

# **A DIFUSÃO DA MEMÓRIA TRAUMÁTICA ATRAVÉS DE EXPOSIÇÕES:**

*O Memorial do Holocausto de São Paulo  
e a afirmação da memória da Shoah*

*por*

**Johanna Torres Kaltenecker,**  
*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Museologia e  
Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

**O presente trabalho foi realizado com apoio  
da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) –  
Código de Financiamento 001**

Orientador: Professor(a) Doutor(a) Helena  
Cunha de Uzeda

*UNIRIO/MAST - RJ, fevereiro de 2023.*

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# A DIFUSÃO DA MEMÓRIA TRAUMÁTICA ATRAVÉS DE EXPOSIÇÕES:

### *O Memorial do Holocausto de São Paulo e a afirmação da memória da Shoah*

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

*Aprovada por:*

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tereza Cristina Moletta Scheiner  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_  
M<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neusa Fernandes  
(Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro)

**Prof(a). Dr(a).** \_\_\_\_\_  
Nome do orientador  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Cunha de Uzeda  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

**Rio de Janeiro, 2023**

## Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

K14 Kaltenecker, Johanna Torres  
A difusão da memória traumática através de exposições: O Memorial do Holocausto de São Paulo e a afirmação da memória da Shoah / Johanna Torres Kaltenecker. -- Rio de Janeiro, 2023.  
107 f

Orientador: Helena Cunha de Uzeda.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2023.

1. Memorial do Holocausto de São Paulo. 2. Shoah. 3. Expografia. 4. Memória traumática. 5. Cenografia em exposições.. I. Uzeda, Helena Cunha de, orient. II. Título.

*A Deus, por sua inestimável bondade e misericórdia em minha vida.*

*Aos meus pais, Gyury e Mônica, por me apoiarem em todos os meus sonhos e projetos.*

*Ao meu irmão, Joseph, pelo companheirismo e zelo.*

*A minha orientadora, Helena Uzeda, pela paciência e incentivo durante esse percurso.*

*Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, pelo aprendizado,  
bem como a Alexandra Durão, da secretaria do PPG-PMUS, pela solicitude.*

*Sem memória, não há cultura.  
Sem memória, não haverá civilização, nem sociedade, nem futuro.*

*Elie Wiesel*

## RESUMO

KALTENECKER, Johanna Torres. **A difusão da memória traumática através de exposições: o Memorial do Holocausto de São Paulo e a preservação da memória da Shoah**. Orientador: Helena Cunha de Uzeda. UNIRIO/MAST. 2023. Dissertação.

A Segunda Guerra Mundial consiste em um dos períodos mais marcantes da recente história mundial e as consequências dos eventos nela ocorridos se estenderam durante anos. Atualmente, entretanto, percebe-se o aumento exponencial de adeptos do movimento negacionista, que contesta o acontecimento da *Shoah* – termo em hebraico que define o holocausto judeu – e, conseqüentemente, coloca em dúvida a morte dos milhões de judeus durante esse período. Na esfera cultural, o Holocausto foi um dos propulsores para que a valorização da memória se tornasse pauta nas políticas públicas e que tais fatos traumáticos passassem a ser temática em instituições culturais, em especial em museus, memoriais e museus memoriais. Para compreender a dimensão dos acontecimentos, o trabalho apresenta uma contextualização histórica da época, abordando a ressonância das ações tomadas pelo Partido Nazista no Brasil, com a vinda de diversos judeus para o país, em especial para a cidade de São Paulo, que abriga um Memorial dedicado à memória do Holocausto/*Shoah*. Nesse sentido, a presente dissertação visa analisar, por meio de uma reflexão sobre a exposição do Memorial do Holocausto, de que maneira o discurso e o design expográfico podem auxiliar na comunicação da memória da história do Holocausto, em especial através da cenografia. A pesquisa analisa ainda, o papel da linguagem expográfica como agente na preservação de memórias traumáticas, em especial a da *Shoah*, e sua importância na construção de uma narrativa fiel aos fatos e emocional.

Palavras-chave: Memorial do Holocausto de São Paulo; *Shoah*; Expografia; Memória traumática; Cenografia em exposições.

## ABSTRACT

KALTENECKER, Johanna Torres. ***The diffusion of traumatic memory through exhibitions: the São Paulo Holocaust Memorial and the preservation of the memory of the Shoah.*** Supervisor: Helena Cunha de Uzeda. UNIRIO/MAST. 2023. *Dissertation.*

*The Second World War is one of the most remarkable periods in recent world history and the consequences of the events that occurred in it extended for years. Currently, however, there is an exponential increase in supporters of the denialist movement, which contests the event of the Shoah – a Hebrew term that defines the Jewish holocaust – and, consequently, calls into question the death of millions of Jews during this period. In the cultural sphere, the Holocaust was one of the drivers for the appreciation of memory to become an agenda in public policies and for such traumatic events to become a theme in cultural institutions, especially in museums, memorials and memorial museums. In order to understand the dimension of the events, the work presents a historical context of the time, approaching the resonance of the actions taken by the Nazi Party in Brazil, with the arrival of several Jews to the country, especially to the city of São Paulo, which houses a Memorial dedicated to the memory of the Holocaust/Shoah. In this sense, the present dissertation aims to analyze, through a reflection on the exhibition of the Holocaust Memorial, how the discourse and the expographic design can help in the communication of the memory of the history of the Holocaust, especially through the scenography. The research also analyses, the role of the expographic language as an agent in the preservation of traumatic memories, especially the Shoah, and its importance in the construction of an true-to-fact and emotional narrative.*

*Keywords: São Paulo Holocaust Memorial; Shoah; Expography; Traumatic memory; Scenography in exhibitions.*

## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

**CNM** - Cadastro Nacional de Museus

**CONIB** - Confederação Israelita do Brasil

**DPH** - Departamento do Histórico

**IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus

**ICOM** - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

**FIESP** - Federação Israelita do Estado de São Paulo

**MHN** - Museu Histórico Nacional

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USHMM** - *United States Holocaust Memorial Museum*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Página
Figura 01	Passaporte emitido para Frida Felicie Perl em fevereiro de 1939. É carimbado com um "J" vermelho e inclui o nome do meio Sara para identificar a proprietária como judia. Ernst usou esse passaporte para fugir da Alemanha e, por fim, seguir para os Estados Unidos.	15
Figura 02	Mapa indicando a movimentação migratória judaica da Alemanha entre 1933 e 1940.	20
Figura 03	Fachada da <i>Kahal Kadosh Zur Israel</i> , em Recife (Pernambuco), primeira sinagoga das Américas.	24
Figura 04	Os réus e seus advogados na audiência do Tribunal Militar Internacional.	26
Figura 05	Pilhas de documentos alemães coletados sendo organizados por funcionários norte-americanos para servirem como evidência no Tribunal Militar Internacional.	28
Figura 06	Pessoas deitadas em um dos blocos de concreto do Memorial aos Judeus Mortos da Europa, em Berlim.	36
Figura 07	<i>Hiroshima Peace Memorial Museum</i> .	41
Figura 08	Museu da Inquisição em Belo Horizonte.	42
Figura 09	<i>Ghetto Fighters' House</i> , em Israel.	45
Figura 10	Monumento em homenagem às vítimas do Holocausto.	47
Figura 11	Exposição do Memorial do Holocausto do Rio de Janeiro.	47
Figura 12	Exposição no Museu do Holocausto de Curitiba.	48
Figura 13	Fachada da Sinagoga <i>Kehilat Israel</i> , na capital paulista.	51
Figura 14	Exposição presente no subsolo do Memorial do Holocausto.	52
Figura 15	Sinagoga <i>Kehilat Israel</i> .	52
Figura 16	Exposição do Memorial da Imigração Judaica.	53
Figura 17	O Memorial do Holocausto.	54
Figura 18	Entrada do Memorial do Holocausto.	54
Figura 19	Entrada do campo de Auschwitz.	54
Figura 20	Instalação no piso da entrada do Memorial do Holocausto.	55
Figura 21	Painéis com definições de termos importantes para a compreensão do assunto.	56
Figura 22	Linha do tempo sobre os acontecimentos marcantes do Holocausto.	56
Figura 23	Apresentação das propagandas nazistas.	57
Figura 24	Arames dispostos na parte superior dos painéis.	58

Figura 25	Cenografia da queima de livros organizada pelo Regime Nazista.	60
Figura 26	Cenografia da Noite dos Cristais.	60
Figura 27	Cenografia sobre a segregação à comunidade judaica.	61
Figura 28	Divisão criada entre duas cenografias.	61
Figura 29	Cenografia sobre os artefatos artísticos roubados pelo Reich.	61
Figura 30	Vitrines representando pertences de prisioneiros e o repositório de sapatos.	62
Figura 31	Instalação com sapatos.	63
Figura 32	Par vermelho de sapatos infantis.	63
Figura 33	Instalação do trem de deportação de prisioneiros.	63
Figura 34	Mural com desenhos de adultos e crianças.	63
Figura 35	Visão ampla da quinta estação expositiva.	64
Figura 36	Cenografia de uma “treliche” em que dormiam prisioneiros dos campos.	65
Figura 37	Painel dedicado aos brasileiros que estão entre os justos entre as nações.	66
Figura 38	Instalação presente fora do circuito expositivo.	66
Figura 39	Vitrine com objetos originais.	66
Figura 40	Sala de reprodução do vídeo.	67
Figura 41	Postagem do Memorial do Holocausto para indicação de livro.	69
Figura 42	Estrelas de Davi amarela nos assentos do Estádio.	70
Figura 43	Exposição “Sobreviventes” realizada na antiga Arena Corinthians.	70
Figura 44	Postagem no <i>Twitter</i> realizada pelo Fluminense Football Club em apoio ao Memorial do Holocausto.	71

# SUMÁRIO

	Página
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>Cap. 1 SHOAH E A MEMÓRIA TRAUMÁTICA: O HOLOCAUSTO JUDAICO</b>	<b>12</b>
1.1 - Rememorações e esquecimentos: A memória do Holocausto Judaico como patrimônio	17
1.2 - Os reflexos da <i>Shoah</i> no Brasil	18
1.3 - A <i>Shoah</i> : o direito à memória versus o negacionismo contemporâneo	25
<b>Cap. 2 MUSEU E MEMORIAL: O TRAUMA E A CULTURA</b>	<b>30</b>
2.1 - Memorialização e esquecimento: A ascensão da cultura da memória	34
2.2 - Reafirmação e ressignificação de um trauma cultural através dos lugares de memória	36
2.3 - A salvaguarda da memória: as instituições culturais dedicadas ao Holocausto e à <i>Shoah</i>	43
<b>Cap. 3 EXPOGRAFIA E MEMÓRIA NARRADA: UM OLHAR ATRAVÉS DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO</b>	<b>49</b>
3.1 - A exposição: Expografia, experiência e espaço	54
3.2 - Memorial e comunicação: difundindo e conscientizando sobre o Holocausto	68
3.3 - A preservação de memórias através de exposições	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>90</b>
ANEXO I	91
ANEXO II	94
ANEXO III	96

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, que impulsionaram uma rápida evolução em seu tempo. No contexto museal, é perceptível que as novas demandas da sociedade, como a inserção dos museus no mundo tecnológico, estão ocorrendo de maneira gradual e desigual. Dessa maneira, diante da facilidade atual no acesso à informação, bem como os diferentes atrativos contemporâneos, tornou-se necessário para os museus a criação de outros estímulos para atrair o(s) público(s)<sup>1</sup>, como a utilização das redes sociais para a comunicação institucional e a aplicação de elementos tecnológicos no ambiente expositivo. Assim, é possível observar o aparecimento de exposições grandiosas espetaculares a partir do início do século XXI, visto que o ser humano já está envolto em uma sociedade repleta de espetacularização, que funciona como um instrumento de unificação da própria sociedade, como aponta Guy Debord (2005). Logo, percebe-se uma alteração na conformação das exposições museológicas, algumas deixando de ser exclusivamente uma mostra organizada de objetos para colocar a experiência surpreendente do visitante como destaque.

A dissertação tem como objetivo analisar o papel da expografia<sup>2</sup> para a preservação da memória – principalmente a memória traumática –, focando no Holocausto sofrido pelo povo judeu, conhecido como *Shoah*, marco histórico ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945. Dessa maneira, a pesquisa tem como objeto de estudo o Memorial do Holocausto, localizado na cidade de São Paulo, que aborda tal acontecimento, fato que não se restringiu apenas aos judeus, tendo sido perseguidos também outros povos e grupos considerados “não-puros” pela ideologia nazista, como ciganos, homossexuais e pessoas com doenças mentais, que não se enquadravam no conceito de “raça ariana”<sup>3</sup>, considerada como superior.

Em 2020, completaram-se 75 anos do final da Segunda Guerra, o que faz com que o número de sobreviventes venha diminuindo gradualmente com o passar dos anos. Junto a isso, novos discursos vêm surgindo, entre os quais a negação da real existência da *Shoah* e do extermínio proposital de cerca de seis milhões de judeus. Considerando a

---

<sup>1</sup> A museóloga Julia Moraes (2019) aponta que no decorrer do século XX, principalmente após sua segunda metade, é crescente o número de debates sobre participação e papel do público nos museus. Nesse sentido, destaca-se a compreensão de que o público na realidade é composto por diversos segmentos, questionando-se, assim, a noção já há tanto tempo estabelecida sobre o público do museu.

<sup>2</sup> Conceitos Chave de Museologia aponta que o termo “museografia” tende a ser utilizado para denominar a arte da exposição. A palavra “expografia”, por outro lado, está relacionada a uma concepção ampla de exposição, não se limitando apenas à exposição dentro de museus. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

<sup>3</sup> O historiador Martin Gilbert (2016) aponta que o termo “ariano”, cuja origem está atrelada a um grupo de línguas indo-europeias, foi citado por Hitler em seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta) como maneira de aludir a uma raça “pura”.

colocação do historiador Pierre Nora (1993), segundo a qual a memória é vida e é mantida por grupos vivos, estando em constante evolução – aberta à lembrança e ao esquecimento, sendo passível de manipulações – a preocupação com a preservação da memória do acontecimento ocorrido neste período é de grande importância para evitar tanto seu esquecimento, quanto a deturpação e banalização desses dados históricos.

Dessa maneira, analisar a exposição permanente do Memorial do Holocausto como agente influenciador da reafirmação desse evento trágico, bem como a concepção do seu design, teria como função transmitir informação e reavivar a memória por meio da construção de uma narrativa sobre o tema e da utilização de acervo e de recursos plásticos. A arquiteta e museóloga Daniela Coelho (2015) afirma que a preservação do patrimônio, como instância museológica, possibilita a (re)construção da memória social e o fortalecimento da consciência histórica do homem. Nesse sentido, apresentar informações sobre uma memória, que Nora (1993) diz estar enraizada no espaço e no objeto, tem o poder de gerar experiências profundas no visitante.

A exposição, para além de seu papel comunicacional, pode ser entendida, segundo a museóloga Marília Xavier Cury (2006), como um espaço capaz de formar valores, quando concebida de modo a estimular uma experiência de caráter sensorial. No contexto de uma exposição sobre a memória da *Shoah*, que já consiste em um assunto com grande carga emocional, conseguir proporcionar ao público uma experiência imersiva poderia ser significativo, na medida em que este conseguiria compreender e assimilar o conteúdo temático proposto pela exposição.

A museóloga Helena Uzeda (2018) aponta para o desenvolvimento adequado de exposições e para a compreensão de como o espaço e os elementos expográficos que o integram influenciam a percepção do público e como ocorre a interação do universo particular do observador com a ambientação. Desta maneira, a compreensão de como utilizar a expografia para potencializar a experiência do visitante torna-se fundamental, na medida em que, por meio de uma relação próxima com o público, a conexão que se estabelece entre este e o ambiente faz-se tema central na comunicação museológica, provocando uma reflexão sobre a influência dos espaços museais na experiência individual e coletiva (UZEDA, 2018). À vista disso, recursos cenográficos podem atuar como agentes potencializadores da experiência do público em exposições, gerando uma experiência única para o visitante.

Em relação à exposição do Memorial do Holocausto de São Paulo, a pesquisa visa analisar como o discurso expositivo utilizado pela instituição pode servir para ampliar a comunicação da história e da memória da *Shoah* com o público, por meio de ambientes cenográficos. Nesse sentido, visa refletir sobre o papel da expografia do Memorial na transmissão da memória do Holocausto judaico, conhecido como *Shoah*. Para tal,

apresenta uma breve contextualização histórica sobre o significado do Holocausto Judaico (a *Shoah*), abordando a ressonância do tema no Brasil e a história da comunidade judaica no país, assim como o recente negacionismo em relação ao fato. Ainda, busca analisar o papel dos museus, memoriais e museus memoriais na preservação das memórias traumáticas e a criação das primeiras instituições culturais com a finalidade de expor o Holocausto, focalizando o Memorial do Holocausto paulista, sua missão e suas atividades junto à sociedade. Por fim, é analisado o papel da expografia utilizada pelo Memorial do Holocausto de São Paulo como agente na preservação da memória da *Shoah* e na percepção do acontecimento pelo público, identificando os recursos e elementos utilizados e sua carga comunicacional com o visitante.

A dissertação reflete sobre as seguintes questões para seu desenvolvimento: de que maneira a expografia configura-se como instrumento para a preservação de uma memória, em específico a da *Shoah*? De que forma a cenografia pode atuar como potencializadora do discurso de uma exposição, tornando-a uma experiência impactante? Como o design expositivo voltado para a experiência do público pode influenciar o discurso de uma exposição? Como a interação entre expografia e a experiência do público pode ser benéfica na comunicação de uma exposição?

Para tentar responder a estas questões, são realizadas reflexões de autores da área da museologia e da comunicação, para o embasamento teórico. Tratando-se de um tema interdisciplinar como a própria museologia, produções teóricas de outras áreas de conhecimento são importantes para uma completa abordagem do assunto.

A escolha da exposição do Memorial do Holocausto originou-se de certo fascínio pela capacidade comunicacional das exposições, bem como pela utilização de recursos que ajudem a potencializar as experiências do visitante. Somado a isso, estava o interesse em realizar uma pesquisa que conseguisse avaliar o papel exercido pela expografia na apresentação de narrativas ligadas a memórias traumáticas junto ao público e, principalmente, como veículo para preservação da memória de grupos que foram afetados por estes episódios.

Considerando tais interesses, realizar uma pesquisa voltada ao estudo da expografia como ferramenta para uma ampliação e reafirmação da memória da *Shoah* pareceu oportuno. Em primeiro lugar, devido ao valor histórico dos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial, cujo término completará 80 anos em 2025; em segundo lugar, por salientar que um dos principais objetivos do regime fascista de Hitler era o completo extermínio da comunidade judaica. A solução final, como foi chamada

essa política oficial, tirou a vida de forma trágica e planejada de cerca de seis milhões<sup>4</sup> de judeus.

Com o passar dos anos, o movimento negacionista, que contesta avidamente a existência real do Holocausto judeu, foi ganhando força, não se constituindo em um processo de revisão da história, como querem deixar crer seus adeptos, mas em um discurso que distorce uma verdade que é revelada por registros, depoimentos e filmes. O intuito é negar a existência do genocídio dos judeus e, mais precisamente, a utilização das câmaras de gás para esse extermínio. Roudnesco (2010) observa, inclusive, que os adeptos de tais teorias negacionistas não se interessam em abordar o extermínio dos doentes mentais, dos ciganos e das testemunhas de Jeová, que foram igualmente perseguidos pelo regime nazista, o que evidencia um negacionismo especificamente antissemita. Preservar e perpetuar a memória das vítimas do Holocausto mostra-se, assim, um ato necessário para que este acontecimento trágico, que marcou a Segunda Grande Guerra, não venha a cair no esquecimento, sendo desvirtuado ou relativizado.

Como forma de exemplificar a atuação da expografia na percepção dos visitantes, bem como a utilização de seus recursos para otimização de uma narrativa estruturada, foi escolhida a exposição da *Shoah*, do Memorial do Holocausto de São Paulo, como estudo de caso para esta pesquisa. Inaugurado em 2017, o Memorial tem o objetivo de manter a memória do Holocausto judeu viva e presente no imaginário da comunidade judaica e do restante da sociedade. O Memorial localiza-se no terceiro andar de um prédio que fora anteriormente ocupado pela primeira sinagoga de São Paulo, fundada em 1912, no bairro do Bom Retiro, funcionando também no local o Memorial da Imigração Judaica, instalado no segundo andar do mesmo prédio. Destaca-se a importância do estudo de um museu localizado numa cidade como São Paulo, visto ser esta a cidade que abriga a segunda maior comunidade judaica da América Latina, como apontado pela Federação Israelita do Estado de São Paulo (FIESP) em 2012.

Saliente-se, ainda, que no momento há apenas duas instituições em atividade dedicada ao tema no Brasil, além do Memorial: o Museu do Holocausto de Curitiba e o Memorial do Holocausto, no Rio de Janeiro. Inaugurado em 2011, o Museu curitibano é o primeiro museu a tratar exclusivamente dessa temática no país. Já o Memorial carioca teve sua inauguração em janeiro de 2023 e é composto por um monumento, inaugurado em 2020. Além disso, destaca-se que instituições como o Museu Judaico, localizado no Rio de Janeiro, que não têm o Holocausto como assunto principal, também atuam na

---

<sup>4</sup> Informação presente na plataforma *on-line* "Enciclopédia do Holocausto", do *United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM, na página "Documentando o número de vítimas do holocausto e da perseguição nazista". Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

difusão de informações sobre essa memória trágica, destinando espaço em suas exposições para abordá-la.

Vale ressaltar que a inserção da comunidade judaica no Brasil ocorreu desde os primórdios da formação do país, onde muitos judeus se refugiaram como “cristãos-novos”, termo este que a historiadora brasileira Neusa Fernandes (2014) explica como sendo resultado da conversão forçada dos judeus de Portugal ao catolicismo, ordenada pelo rei Dom Manuel I. No decorrer dos anos, e com novas ondas de imigrações - motivadas, muitas vezes, por de guerras e perseguições - a comunidade judaica foi, gradualmente, consolidando-se no país. A partir disso, é oportuno evidenciar que, segundo a Confederação Israelita do Brasil (CONIB), aproximadamente 17.500 judeus chegaram em solo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, e que a comunidade judaica de São Paulo, em 1940, era de aproximadamente 56 mil membros e se dedicou ao auxílio a esses refugiados, como aponta Roney Cytrynowicz (2002). A vinda de imigrantes judeus para o Brasil - motivada ou não pela Segunda Guerra - decorreu de forma positiva, na medida em que passaram a fazer parte integrante da sociedade brasileira.

Todavia, ressalta-se a importância da existência de locais no país destinados a contar a história da *Shoah*. Além de questões históricas e do cunho identitário referentes aos judeus brasileiros, não se deve deixar cair no esquecimento também a atuação de pessoas que protegeram alguns judeus, entre 1936 e 1942, contra a perseguição nazista, como a funcionária do consulado do brasileiro em Hamburgo, Aracy Guimarães Rosa (1908-2011) e o diplomata Luís Martins de Souza Dantas (1876-1954), conhecidos, respectivamente, como “Anjo de Hamburgo” e “Schindler brasileiro”. Ambos auxiliaram centenas de judeus, assim como outros tipos de perseguidos, a fugirem para o Brasil durante a Segunda Guerra, arriscando-se pessoal e profissionalmente, como aponta o Memorial do Holocausto em sua exposição.

O estudo da utilização da expografia como meio de comunicar e reafirmar a história do povo judeu e a memória trágica do Holocausto seria enriquecedor para os debates no campo museológico, especialmente pelo seu caráter interdisciplinar, envolvendo as abordagens política, histórica e social. Foi perceptível a ausência de trabalhos sobre o tema durante as pesquisas realizadas para a fundamentação desse texto, sendo pertinente destacar a dissertação de mestrado em museologia de Daniela Vicedomini Coelho (2015), intitulada “O Museu do Holocausto de Curitiba sob a perspectiva da Nova Museologia”, e a tese de doutorado em ciência da informação de Clausi Maria do Porto Gomes (2020), intitulada “Museus temáticos do Holocausto: uma análise dos websites à luz da declaração universal dos direitos Humanos”. Ambas se relacionam ao âmbito interdisciplinar da museologia. Dessa maneira, o entendimento de

que esse trabalho poderia servir como incentivo a novas produções acadêmicas dentro desse tema, ampliou ainda mais o interesse na pesquisa, servindo como estímulo para a sua realização.

Na medida em que a pesquisa visa analisar efetivamente a concepção do design de uma exposição e, em especial, o estudo da atuação do projeto expográfico como agente na preservação da memória, é fundamental o estudo aprofundado de teorias voltadas ao desenvolvimento de exposições museológicas, estando este trabalho vinculado à Linha de Pesquisa 01 - Museu e Museologia. Destaca-se, ainda, a adequação da presente pesquisa – levando em consideração os Projetos de Pesquisa existentes no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) – ao projeto “Design de Exposições: suas relações de influência na percepção do acervo pelo público e na comunicação do discurso expositivo”, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Cunha de Uzeda, que orientou esta dissertação.

Considerando que a pesquisa para a produção dessa dissertação foi realizada principalmente por meio de análises teóricas a partir de levantamento bibliográfico, refletindo sobre as teorias que tratam de aspectos ligados à comunicação e expografia a produção do trabalho tornou-se viável mesmo que a Instituição esteja situada em outro estado. Foram realizadas duas visitas à instituição pesquisada, uma antes e outra após o início da produção da dissertação, além de ter sido realizado contato, por e-mail e por telefone, com a museóloga responsável para a obtenção de mais subsídios a respeito do Memorial e de sua exposição sobre o Holocausto. Ainda, destaca-se que a pesquisa foi amparada através da bolsa oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, possibilitando a pesquisa em tempo integral.

A dissertação tem como ponto de partida o levantamento e análise de pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o assunto com a identificação dos pontos principais abordados pelas fontes selecionadas, a partir das quais será aprofundada a fundamentação teórica da dissertação de mestrado. O trabalho segue uma abordagem qualitativa, teórico-empírica, como base, seguindo método indutivo, partindo da observação específica da exposição do Memorial para elaborar considerações mais amplas sobre as questões propostas pela dissertação. Para maior embasamento do conteúdo referente ao Memorial do Holocausto, além de pesquisas feitas na própria plataforma *on-line* do Memorial, são utilizadas observações das imagens pertencentes ao acervo pessoal da autora. Ainda, para o enriquecimento da dissertação, foram utilizadas representações iconográficas para ilustrar visualmente pontos levantados durante da pesquisa. Em especial, destaca-se o acervo de imagens do *United States Holocaust Memorial Museum* (USHMM), que também contém uma enciclopédia *on-line* do Holocausto disponível em diversos idiomas.

Para a produção da dissertação, alguns teóricos que tratam de temas como memória, história e cenografia foram fundamentais, auxiliando o processo de construção da narrativa textual. Nesse sentido, ressalta-se o caráter transdisciplinar do campo museológico, em sua correlação com diversas áreas de pensamento, possibilitando o diálogo entre diferentes autores que serviram de base teórica para a pesquisa.

O primeiro capítulo da dissertação, *Shoah* e a Memória traumática: O Holocausto Judaico, dedica-se à abordagem da conjuntura histórica e política da Segunda Guerra Mundial, apresentando inicialmente uma breve contextualização sobre os eventos que a antecederam e o aprofundamento da perseguição aos judeus nesse período. Para isso, destacam-se os historiadores ingleses Martin Gilbert (2014; 2016; 2017) e Ian Kershaw (2010) e o historiador judeu alemão Michael Brenner (2013), que apresentam produções de referência sobre o assunto. Em seguida, é ressaltada a história do holocausto judaico e seus reflexos no Brasil. Neste aspecto, destacam-se alguns autores, como a socióloga brasileira Eva Alterman Blay (2020) e os historiadores brasileiros Roney Cytrynowicz (1990; 2002; 2003), Neusa Fernandes, Anita Novinski et al (2015) e Ronaldo Vainfas (2010), além do historiador polonês, naturalizado brasileiro, Ben Abraham (1976) e a arquiteta e museóloga brasileira Daniela Vicedomini Coelho (2015). Ainda no primeiro capítulo é abordada especificamente a *Shoah* em sua relação com a memória e o confronto com o movimento negacionista. Para tais assuntos, servirão como apoio teórico o comunicador Carlos Reiss (2018), a historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco (2010) e Roney Cytrynowicz (1990), cujas produções são focadas nas repercussões sobre o Holocausto no pós-guerra. Destaca-se, ainda, que nesse capítulo é realizada uma breve análise da *Shoah* como patrimônio universal, em que se destaca o educador e comunicador canadense Roland Arpin et al para a fundamentação desse pensamento.

No segundo capítulo, Museu e Memorial: O trauma e a cultura, é tratada a relação entre museus e memórias em seu papel interpelador de consciências. Em primeira instância, é abordada a concepção do museu como um espaço de preservação de memórias, contando com as reflexões realizadas no campo teórico pela museóloga Tereza Scheiner (1999), bem como pelo museólogo, historiador e arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), destacando-se também o pensamento da historiadora Helga Pôssas (2006), quanto aos gabinetes de curiosidade e seus colecionadores, e da antropóloga Regina Abreu (1996), sobre os primórdios do Museu Histórico Nacional. É igualmente importante, o aporte do historiador francês Dominique Poulot (2011; 2013), em sua análise sobre os museus históricos e seu desenvolvimento no decorrer dos anos. Esse capítulo propõe pensar sobre o modo pelo qual os museus têm se adaptado ao mundo atual, transmitindo às novas gerações memórias de maneira efetiva. Nesse

sentido, considerando as mudanças geracionais e a ascensão de uma cultura da memória, o historiador francês Jacques Le Goff (2013), a professora alemã Aleida Assmann (2011) e o linguista alemão Andreas Huyssen (2000; 2014) são teóricos importantes para a compreensão do assunto.

Neste capítulo também são discutidos os lugares de memória e sua importância na estrutura social, tendo o historiador Pierre Nora (1993) principal norteador e dialogando com a museóloga e conservadora francesa Mathilde Bellaigue (1997) sobre a memória e os museus. Ainda, são contrapostos os conceitos de “museu” e de “memorial” em suas especificidades, similaridades e diferenças, bem como o recente conceito de “museu memorial”, sendo apresentadas algumas instituições culturais que se dedicam a expor memórias traumáticas, buscando entender a maneira pela qual acontecimentos dolorosos são abordados no contexto cultural. Para tais tópicos, o historiador brasileiro João Barcellos (1999), o historiador social Gunter Axl (2012), a socióloga americana Amy Sodaro (2018) e o filósofo Georges Didi-Huberman (2017), se destacam. Em seguida, são apresentadas instituições culturais que se dedicam à memória do Holocausto, no Brasil e no exterior. Para essa parte, os teóricos que se destacam são cientista social Michel Lecomte (2001), Andreas Huyssen (2014) e Carlos Reiss (2018), cujos trabalhos que abordam Holocausto e memória.

O terceiro e último capítulo da dissertação, *Expografia e Memória narrada: O Memorial do Holocausto de São Paulo*, é iniciado pela apresentação do Memorial da Imigração Judaica e do Holocausto, desde sua fundação, em 1912, como sinagoga, até a inauguração do andar dedicado à memória do Holocausto, tendo como autores principais para a fundamentação a museóloga Adriana Bialski (2022) e o historiador Otávio Balaguer (2019). Em seguida, é apresentada a exposição presente no Memorial do Holocausto buscando relacionar os elementos plásticos e cenográficos com o discurso construído pela exposição apresentada no Memorial, analisando seu caráter potencializador da narrativa, sua capacidade de contribuir na transmissão da informação e de influenciar a experiência do público. Autores como a professora de teoria espacial Thea Brejzek (2011), o cenógrafo Élcio Rossini (2012) e as museólogas Ingrid Thomassen (2017), Helena Uzeda (2018) e Heloísa Couto (2016) são importantes para o embasamento da análise, visto que contam com produções que dialogam diretamente com questões centrais do trabalho, como ambientações, expografia e percepção de público, especificamente voltadas a exposições museológicas.

Ainda, neste capítulo é analisada a maneira por meio da qual o Memorial do Holocausto realiza a difusão da memória do Holocausto em outras esferas, como as redes sociais, campanhas e atividades educativas, apontando outras maneiras utilizadas pela exposição para além da exposição. Por fim, dedica-se ao estudo da relação entre a

atuação da expografia na comunicação de fatos traumáticos e sua capacidade de estimular a preservação da memória sobre eles. Para isso, sobre memória, destaca-se a museóloga brasileira Tereza Scheiner (1997) e o antropólogo Joël Candau (2019), além de André Desvallées e François Mairesse (2013) para elucidar sobre o conceito de preservação. Para abordar as questões expográficas e a atuação dos museus, a pesquisa tem como base principalmente a museóloga francesa Mathilde Bellaigue (1991), as museólogas brasileiras Marilúcia Bottallo (1995) e Marília Xavier Cury (2006), Tereza Scheiner (2003; 2012) e a socióloga brasileira Lisbeth Gonçalves (2004).

## **CAPÍTULO 1**

# ***SHOAH* E A MEMÓRIA TRAUMÁTICA: O HOLOCAUSTO JUDAICO**

# 1 SHOAH E A MEMÓRIA TRAUMÁTICA: O HOLOCAUSTO JUDAICO

A história política e social do mundo é marcada por diversos conflitos e momentos históricos emblemáticos. O século XX, particularmente, conta com uma extensa lista de embates devastadores, principalmente levando-se em consideração a ascensão das inovações bélicas e tecnológicas. Esse fato pode ser comprovado ao analisarmos a Primeira Guerra Mundial – chamada de Grande Guerra ou Guerra das Guerras até o surgimento do segundo conflito global – e que consistiu, nas palavras da doutora em Relações Internacionais Patrícia Daehnhardt, em “um conflito tecnológico-industrial em grande escala que desenvolveu e testou a utilização de armas novas, como tanques, aviões e submarinos e a arma química como a primeira arma de destruição maciça” (2014, p.80). A guerra perdurou por quatro anos, entre 1914 e 1918, e apenas terminou por conta do enfraquecimento das grandes potências europeias (DAEHNHARDT, 2014). Segundo o historiador britânico Martin Gilbert<sup>5</sup> (2017), apenas no âmbito militar, o conflito ocasionou a morte de mais de nove milhões de soldados – incluindo Marinha, Infantaria e Força Aérea –, sendo considerada a guerra mais destrutiva da história referente ao número de soldados mortos, estimando-se uma média de 5.600 mortes por dia.

Em 1919, um ano após o fim da Guerra, o Tratado de Versalhes, que visava a reparação dos danos causados pelo conflito, foi assinado na França pelas nações envolvidas, estando explícito no preâmbulo das cláusulas de reparação que a Alemanha deveria aceitar sua responsabilidade pelas perdas e danos impostos aos Aliados<sup>6</sup>, a governos associados e aos cidadãos em geral (GILBERT, 2017, p.675). Nos anos subsequentes, os países afetados se esforçaram para superar os prejuízos materiais e as marcas profundas deixadas pela guerra. A Alemanha, entretanto, enfrentava muitos desafios para alcançar sua normalização social e política, visto que além das diversas sanções, devoluções compulsórias e perdas territoriais, ainda tentava lidar com o sentimento de humilhação pela derrota no conflito. E é nesse contexto turbulento que a figura de Adolf Hitler<sup>7</sup> ganha força, e, junto à ele, o posicionamento antijudaico – o que o

---

<sup>5</sup> Martin John Gilbert (1936 - 2015), historiador e membro honorário do *Merton College*, em Oxford, e da Sociedade Real de Literatura, escreveu, durante sua carreira, oitenta e oito livros, e era o biógrafo oficial de Winston Churchill.

<sup>6</sup> Inicialmente, as nações se dividiram em duas alianças: uma chamada “Tríplice Entente”, da qual faziam parte Grã-Bretanha, França e União Soviética (atual Rússia); outra, chamada “Tríplice Aliança”, composta pela Alemanha, o Império Austro-Húngaro e a Itália. Com o tempo, outros países foram se aliando à Tríplice Entente. (GILBERT, 2017).

<sup>7</sup> O austríaco Adolf Hitler (1889-1945) atuou como cabo no Exército Alemão durante a Primeira Guerra Mundial tornando-se Chanceler da Alemanha em 1933 e, posteriormente, *Führer* do regime nazista que durou de 1939 a 1945 (KERSHAW, 2010).

historiador Ian Kershaw<sup>8</sup> (2010) explica só ter sido possível graças ao legado doloroso da Primeira Grande Guerra.

Dez anos depois do fim da guerra, Hitler já era uma figura política relevante, falando em tom estridente sobre a necessidade de vingança, de rearmamento, de recuperação de territórios perdidos e da eliminação, na vida alemã, do bode expiatório que escolhera pela sua derrota e a derrota de seu país: os judeus da Alemanha. Se alguns milhares de judeus tivessem sido mortos com gás em 1918, escreveu Hitler em *Mein Kampf* em 1925, a Alemanha podia ter evitado a derrota. Para ele não contava o patriotismo de centenas de milhares de judeus que serviram no Exército alemão ou a memória dos 12 mil soldados judeus alemães que tinham sido mortos em combate entre 1914 e 1918 (GILBERT, 2017, p.704).

O sentimento de inconformidade alemã, por ser obrigada a assumir a culpa, persistiria até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939, com a invasão à Polônia, orquestrada pelo governo nazista<sup>9</sup> de Adolf Hitler. Dentre os motivos que fizeram a guerra emergir, evidenciam-se a grande insatisfação do governo alemão perante os termos estabelecidos no Tratado de Versalhes, que fomentou um sentimento de “revanche”, bem como a almejada expansão territorial.

O período que assistiu o surgimento da Segunda Guerra Mundial foi marcado por um grande movimento de diversas potências mundiais, configurando-se em “um dos conflitos mais devastadores da história da humanidade” (GILBERT, 2014, p.7), no qual “mais de 46 milhões de militares e de civis morreram, muitos em circunstâncias de crueldade prolongada e terrível” (GILBERT, 2014, p.7) – esse número, segundo Martin Gilbert (2014), estaria contabilizando apenas países que somam um milhão de mortes ou mais.

O elo de ligação entre as duas guerras mundiais, separadas por apenas vinte anos, foi a interpretação, pelos alemães, dessa cláusula de “culpa pela guerra”, agravada por políticos extremistas e organizada em torno de um objetivo e inflamada por Hitler, um antigo cabo que assumiu a missão de vingar-se dos Aliados e dos países associados (três dos quais, a Itália, a Romênia e o Japão seriam seus aliados na Segunda Guerra Mundial). (GILBERT, 2017, p.675).

Destacam-se, entretanto, duas particularidades da ideologia do regime nazista: a defesa da existência de uma suposta raça ariana e o desejo de erradicação total dos judeus que viviam na Alemanha, incluindo também os países que seriam por ela conquistados. Norteados por essa obsessão de superioridade racial, os adeptos do

---

<sup>8</sup> O britânico Ian Kershaw é especialista no período da Alemanha nazista e responsável por diversos artigos sobre o assunto, professor de história contemporânea da Universidade de Sheffield (KERSHAW, 2010).

<sup>9</sup> Popularmente conhecido como Partido Nazista, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* - NSDAP) foi fundado em 5 de janeiro de 1919, quando ainda tinha por nome “Partido dos Trabalhadores Alemães”. Em 1920, passaria a ter Adolf Hitler como orador principal e o responsável pelo desenho da bandeira do partido, com a suástica negra dentro de um círculo branco sobre fundo vermelho, idealizada naquele mesmo ano (KERSHAW, 2010).

nazismo buscavam realizar uma “arianização” social. Dessa maneira, o regime passou a perseguir grupos que não se enquadravam nos parâmetros de um mitificado cidadão ariano e que, por consequência, eram vistos como inferiores, entre os quais, judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com doenças mentais.

Uma das ações do Terceiro Reich<sup>10</sup> (1933-1945), que denotava explicitamente a perseguição aos considerados dessemelhantes a esse modelo, foi a implementação, em 1935, das Leis Raciais de Nuremberg que, dentre outras determinações, “convertiam os judeus em cidadãos de segunda classe e párias”, além de propor “a ‘esterilização obrigatória’ de todos os ‘não arianos’ e a dissolução de todos os casamentos ‘mistos’” (GILBERT, 2014, p.366). Essa foi a estratégia encontrada por Hitler para reforçar o ideal nazista de superioridade racial germânica e manter seu apoio popular que, à época, começava a dar sinais de desaprovação às ações violentas recorrentes e também não estavam sendo muito bem vistas até por alguns integrantes de seu partido.

A solução conciliatória não agradou aos radicais do partido. Mesmo assim, ela aplacava os membros que vinham exigindo uma legislação, especialmente sobre a “contaminação racial”. E, ao mesmo tempo que freava a agitação e a violência desabrida, levava a discriminação para um novo patamar. A decepção dos militantes com o recuo de um ataque direto aos judeus foi mitigada pelo reconhecimento, como afirmado em um relatório, de “que o Führer, para manter as aparências, tinha de proibir as ações individuais contra os judeus em consideração à política externa, mas, na realidade, estava totalmente de acordo que cada indivíduo continuasse por iniciativa própria a lutar contra a judiaria da forma mais rigorosa e radical” (KERSHAW, 2010, p.378-379).

O resultado das crescentes ações que incentivavam as perseguições, em muitos casos, culminaria na morte de milhões de pessoas nos campos de concentração e/ou extermínio nazista<sup>11</sup>.

Particularmente no caso dos judeus, os atritos com os alemães iniciaram-se antes mesmo do início da guerra, principalmente no decorrer dos anos 1920 e 1930. No período que vai da posse de Hitler como Chanceler da Alemanha, em 1933, à consolidação do início efetivo da Segunda Guerra, em 1939, diversas ações contra os

---

<sup>10</sup> Na história da Alemanha, dois períodos destacam-se por terem trazido um sentido de glória à nação, como explica o historiador norte americano William Shirer (2008): o Primeiro Reich, ocorrido durante o Sacro Império Romano-Germânico, entre 982 e 1806, e o Segundo Reich, que ocorreu em 1871 e foi formado por Otto von Bismarck. Nesse sentido, Shirer (2008) aponta que Adolf Hitler era considerado como um sucessor dessas lideranças importantes na história da nação e a expressão utilizada para denominar o seu período como Chanceler, Terceiro Reich, seria uma maneira de reforçar essa ideia.

<sup>11</sup> Criados em 1933, os campos de concentração eram locais de confinamento de prisioneiros, obrigados a realizarem trabalhos forçados. Além dos campos de concentração havia outras categorias, como os de concentração e extermínio, e os dedicados exclusivamente à extermínio, onde, segundo a historiadora Evelyn Reis Bergamim, “sobreviviam, pelo menos de imediato à chegada, pessoas que eram úteis ao trabalho na organização do campo, ou no caso de Auschwitz, se fossem interessantes às experiências médicas largamente realizadas neste campo com crianças, gêmeos, doentes mentais, mulheres, anões, entre outros com características diversas.” (2017, p.308-309)

judeus já haviam sido tomadas. A perseguição dos *pogroms*<sup>12</sup> tornou-se frequente, sendo a Noite dos Cristais<sup>13</sup> (*Kristallnacht*), ocorrida em 1938, um dos eventos mais conhecidos, marcando o clímax da onda de radicalização que pairava na Alemanha durante esse período, visto que diversos judeus foram agredidos e sendo estimado que cerca de cem foram assassinados e outros trinta mil, do gênero masculino, foram levados para os campos de concentração de Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen, como uma forma de forçá-los a emigrar (KERSHAW, 2010). Ainda, destaca-se que "o incidente serviu de pretexto para um *pogrom* planejado com bastante antecedência que se estendeu por toda a Alemanha" (BRENNER, 2013, p.300). Um decreto promulgado pelo governo naquele mesmo ano "tornava compulsório aos homens judeus acrescentar o prenome 'Israel' ao nome e, às mulheres, 'Sara'" (KERSHAW, 2010, p.482), além de ser imposto que seus passaportes contivessem um "J" vermelho carimbado (figura 01).

Figura 01: Passaporte emitido para Frida Felicie Perl em fevereiro de 1939. É carimbado com um "J" vermelho e inclui o nome do meio Sara para identificar a proprietária como judia. Ernst usou esse passaporte para fugir da Alemanha e, por fim, seguir para os Estados Unidos.



Fonte: *United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM, cortesia de Evelyn Perl.  
Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa1108379>.

<sup>12</sup> De origem russa, a palavra "*pogrom*" significa "destruição violenta" e algo que "causa estragos", geralmente relacionada à perseguição de minorias étnicas e religiosas, em especial aos judeus (*United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM, s/d).

<sup>13</sup> Ocorrida na noite do dia 9 para o dia 10 de novembro de 1938, a Noite dos Cristais (*Kristallnacht*) teve seu estopim quando Herschel Grynszpan, um jovem judeu polonês, atirou e matou Ernst von Rath, diplomata alemão, buscando atrair a atenção do mundo para o sofrimento de 16 mil judeus poloneses deportados da Alemanha para a Polônia no mês anterior, entre os quais estavam seus pais (BRENNER, 2013). Como resultado, o movimento nazista causou a destruição de sinagogas e estabelecimentos judaicos, sendo os cacos de vidro encontrados nas calçadas no dia seguinte o motivo do nome dado ao evento. Esse acontecimento também é conhecido por outros nomes, como: Noite dos Cristais do Reich (*Reichskristallnacht*), Noite do Pogrom do Reich (*Reichspogromnacht*) e Noite do Pogrom (*Pogromnacht*).

Em meio a tantas mudanças legais e sanções, os judeus ainda contavam com o empecilho de serem proibidos pelo regime de emigrar, medida restritiva que começou a gerar questionamentos internos sobre o que fazer, então, com os judeus que estavam dentro do domínio nazista, como observa o historiador Michael Brenner<sup>14</sup> (2013). Assim, em 1939, na Polônia, quando o exército alemão já havia conquistado grande parte daquele país, “os judeus que ali viviam foram concentrados em guetos e submetidos a realizarem trabalho forçado” (BRENNER, 2013, p.303). No ano seguinte, seria a vez dos judeus alemães passarem a ser enviados para os guetos poloneses. Outras discriminações explícitas contra o povo judeu viriam a ser implementadas, como a obrigatoriedade da utilização de uma estrela de Davi, na cor amarela, com o dizer “*Jude*” costurada às roupas.

A “Questão Judaica” já vinha sendo discutida no âmbito do núcleo nazista de Hitler havia alguns anos – como é possível perceber com a implementação das Leis de Nuremberg –, bem como a proposta de uma “Solução Final”. Com as sucessivas tentativas de exclusão dos judeus da sociedade alemã – e, tempos depois, da sociedade europeia, considerando a expansão do domínio nazista na região –, começaram a ser traçados planos para solucionar a “Questão Judaica”, tendo um dos primeiros projetos sido chamado “Solução Madagascar” (KERSHAW, 2010), que se baseava na ideia de transferir os judeus alemães para a ilha de Madagascar. O anseio de extirpar a população judaica da Europa afetaria a vida de, aproximadamente, onze milhões de judeus, incluindo mulheres e crianças. Após muitas deliberações, foi decidido que “a morte por gaseamento e por assassinatos sistemáticos era a solução ‘final’, em oposição a outras ‘soluções’, como emigração ou trabalhos forçados” (GILBERT, 2014, p.366), e que passou a nortear as políticas antisemitas que estavam sendo empregadas desde 1933.

Os planos de Hitler não previam a resistência ou a sobrevivência de judeus. Nesse dia, ele disse à sua comitiva, na presença de Himmler: “Temos de agir radicalmente. Quando se arranca um dente, o melhor é fazê-lo com um só puxão, pois a dor passa mais rapidamente. O judeu precisa desaparecer da Europa”. Se os judeus “batem as botas” durante a viagem, comentou Hitler, “não posso fazer nada, mas, caso se recusem a ir voluntariamente, não vejo outra solução senão o extermínio” (GILBERT, 2014, p.368).

Os primeiros sinais de que a Guerra estava chegando ao fim ocorreriam em 1944, cujo marco referencial foi o dia 6 de junho, que ficaria conhecido como “Dia D”, quando

---

<sup>14</sup> Michael Brenner é professor de história e cultura judaica na Universidade de Munique, atuando como presidente do Centro de Estudos Científicos do Instituto Leo Baeck, situado na Alemanha, sendo membro do Comitê de Orientação Acadêmica do Museu Judaico de Berlim. (BRENNER, 2013).

mais de 150 mil soldados aliados<sup>15</sup> desembarcaram na costa da Normandia, região francesa<sup>16</sup>.

É importante salientar as ações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>17</sup>, que combateram as forças alemãs que ameaçavam invadir seu país, libertando Paris, em 25 de agosto de 1944, e Auschwitz, em 27 de janeiro de 1945. Esses eventos prenunciavam o que aconteceria alguns meses depois: a rendição da Alemanha nazista, primeiro aos Aliados, no dia 7 de maio de 1945, e em seguida aos soviéticos no dia 9 do mesmo mês.

### **1.1 Lembranças e esquecimentos: A memória do Holocausto Judaico como patrimônio**

Mesmo com o final do conflito, as lembranças amargas da guerra permaneciam ainda fortes na memória, em especial para os povos vitimados. Para os judeus, particularmente, o Holocausto consistiu em um período sombrio, uma trajetória de perseguições, sanções e assassinatos em massa, entre os quais a “Solução Final”, que resultou no extermínio dos campos de concentração. O número estimado de judeus dizimados ao longo da Segunda Guerra é de seis milhões.

Posteriormente, o Holocausto ao povo judeu recebeu uma denominação específica: *Shoah*, que no hebraico (“שואה”) significa catástrofe ou destruição. A existência do termo denota a importância de reconhecer a gravidade dos acontecimentos voltados diretamente a um grupo específico, os judeus. É perceptível que durante os anos em que Adolf Hitler esteve no poder, seus planos se dividiam principalmente em duas esferas: a soberania da Alemanha nazista e o extermínio dos judeus – juntamente de minorias, como negros, ciganos, homossexuais e deficientes. A afirmação do Holocausto ocorrido na Segunda Guerra por meio de uma nomeação própria, junto às narrativas testemunhais dos sobreviventes, possibilita que esse o acontecimento não se perca na memória.

---

<sup>15</sup> O grupo conhecido como dos “Aliados” era formado pelos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França, contando com a participação de outros países, como China e Brasil. Eles se opunham às potências que formavam o “Eixo”, formado por Alemanha, Itália e Japão (GILBERT, 2014).

<sup>16</sup> Essa ação iria marcar o início de uma nova frente de combate, que, posteriormente, viria libertar os países da Europa do domínio nazista: Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Iugoslávia, Holanda, Luxemburgo, Noruega e Polônia.

<sup>17</sup> Foi notável a atuação soviética contra os nazistas, principalmente na batalha de Stalingrado. Destaca-se, porém, que União Soviética e Alemanha não iniciaram a Segunda Guerra Mundial como nações inimigas, pois haviam assinado, no dia 23 de agosto de 1939, o Pacto de Não Agressão Germano-Soviético (GILBERT, 2014). Todavia, a situação mudou quando dois anos depois, quando o exército nazista invadiu o território soviético.

Não seria, então, equivocado pensar na *Shoah* como patrimônio visto que, segundo Roland Arpin<sup>18</sup> et al, “pode ser considerado como ‘patrimônio’ todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, de que uma comunidade se apropria reconhecendo seu valor como testemunho e memória histórica e destacando a necessidade de protegê-lo, preservá-lo e valorizá-lo.” (ARPIN et al, 2000, p.23, tradução nossa<sup>19</sup>). Nesse sentido, a noção da *Shoah* extrapolaria a simples noção de fato histórico para se transformar na sua transmissão como testemunho, universalizando sua memória nas mais diversas sociedades. Não se deve desconsiderar, entretanto, que a *Shoah* consiste em uma memória traumática, gerando particularidades quanto ao seu trato como patrimônio. Nesse sentido, as historiadoras Ana Maria Sosa e Maria Fernanda Ferreira apontam que

Embora todo patrimônio contenha uma dimensão viva na medida em que para o ser necessita de uma sociedade que o apoie, valorize e preserve, no caso do patrimônio afetado por essas memórias traumáticas de um passado que para muitos não passou, essa dimensão se confunde com processos sociais ainda em aberto. São múltiplas as experiências, testemunhos, protagonistas dos acontecimentos e seus descendentes diretos que ainda vivem, situações passadas e presentes em que não há consenso, vítimas e perpetradores exigindo justiça ou apostando no silêncio, exigindo a verdade ou recusando-se a descobri-la, promovendo instâncias de rememoração ou de esquecimento [...] (GONZÁLEZ; FERREIRA, 2014, p.116, tradução nossa<sup>20</sup>).

Assim sendo, o Holocausto Judaico, bem como todo patrimônio afetado por uma memória traumática, deve ter sua abordagem bem delimitada, evitando conflitos que possam colocar sua validade em dúvida, diante de possíveis interpretações pessoais conflitantes dos sobreviventes. Ainda, tratando-se de uma temática que conta com a participação de testemunhas ainda vivas, a maneira utilizada para a apresentação dos dados e depoimentos sobre patrimônio deve ser realizada de forma a respeitar a narrativa de cada indivíduo conforme sua vivência específica.

## 1.2 Os reflexos da *Shoah* no Brasil

As perseguições aos adeptos do judaísmo derivavam de concepções antissemitas que geraram intolerâncias similares ocorridas no decorrer da história, remontando à

<sup>18</sup> Roland Arpin (1934 - 2010) foi um educador e comunicador canadense, além de presidente do Grupo Consultivo sobre a Política de Patrimônio Cultural de Quebec e diretor do Museu da Civilização. (ARPIN et al, 2000).

<sup>19</sup> “*Peut être considéré comme «patrimoine» tout objet ou ensemble, matériel ou immatériel, que s'approprié une collectivité en reconnaissant sa valeur de témoignage et de mémoire historique et en faisant ressortir la nécessité de le protéger, de le conserver et de le mettre en valeur.*”

<sup>20</sup> “*Si bien todo patrimonio contiene una dimensión viva en la medida que para serlo necesita de una sociedad que lo sustente, valore y preserve, en el caso del patrimonio afectado a esas memorias traumáticas de un pasado que para muchos no ha pasado, esta dimensión se confunde con procesos sociales que aún permanecen abiertos.*”

Antiguidade. O primeiro movimento antijudaico de que se tem registro, como reforça o jornalista Ben Abraham<sup>21</sup> (1976), pode ser visto ainda no do Egito antigo, quando os hebreus<sup>22</sup> foram ali escravizados. A opressão histórica ao povo judeu é destacada pela socióloga brasileira Eva Blay: “ao longo de toda a Idade Média há menções a perseguições e assassinatos de judeus, ações muitas vezes apoiadas pelas leis” (2020, p.47). Na Alemanha, no decorrer desse período, houve perseguições durante as Cruzadas, causando destruições em várias comunidades judaicas. Em 1096, líderes judeus da comunidade de Speier foram degolados após recusarem a conversão forçada ao Cristianismo (ABRAHAM, 1976), tendo, anos mais tarde, ocorrido eventos semelhantes em processos que ficariam conhecidos como Inquisição<sup>23</sup>.

Com a recorrência das perseguições, os judeus dispersaram-se para diversas partes do mundo. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, a imigração dos judeus europeus foi expressiva. A busca por melhores oportunidades e pela sobrevivência causou uma verdadeira diáspora, movendo milhares de judeus para longe de seus países de origem. Essa movimentação pode ser vista na estimativa feita pelo USHMM, de que, entre 1933 e 1945, mais de trezentos e quarenta mil judeus emigraram da Alemanha e Áustria, tendo, porém, aproximadamente, cem mil que se refugiaram em países que acabariam sendo conquistados pela Alemanha posteriormente. Calcula-se, ainda, que apenas entre março de 1938 e setembro de 1939 o número de judeus que emigraram como refugiados para os Estados Unidos tenha sido de oitenta e cinco mil.

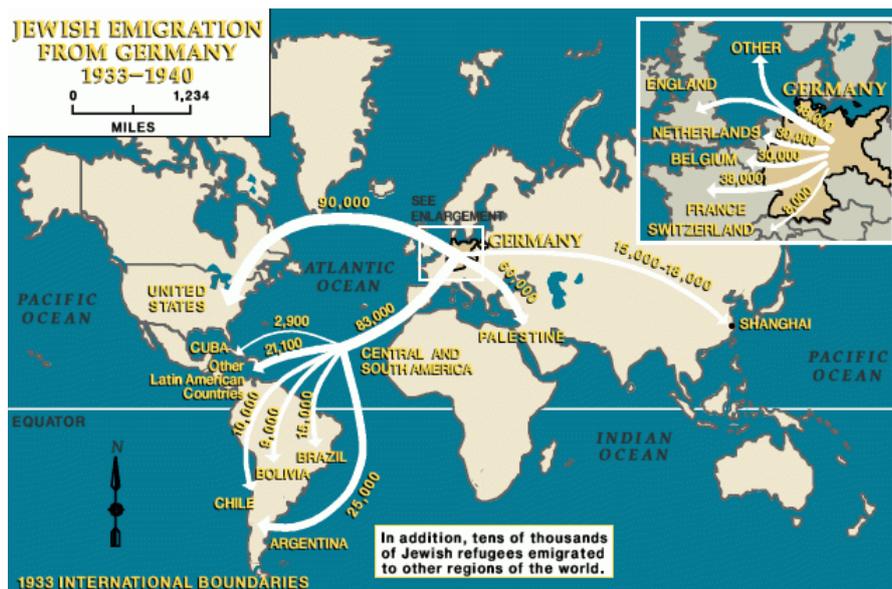
---

<sup>21</sup> Ben Abraham (1924 - 2015), pseudônimo de Henry Nekrycz, nasceu na Polônia e se naturalizou brasileiro, foi jornalista e escritor de diversos livros, sendo um sobrevivente da *Shoah*. Recebeu diversas honrarias, como a Chave de Ouro do Memorial *Yad Vashem* e a Medalha de Honra ao Mérito da Universidade de São Paulo.

<sup>22</sup> O povo hebreu é originário da Mesopotâmia, tendo se estabelecido no Oriente Médio. Dele, os semitas teriam se originado. Atualmente, esse termo é associado apenas ao povo judeu.

<sup>23</sup> Esse movimento têm início, como aponta o historiador português Alexandre Herculano (2009), após a queda do Império Romano e o final do século XI, quando poucos eram os hereges e as heresias e sendo a situação controlada pela igreja por meio de castigos espirituais. Entretanto, o século XII foi marcado por discórdias religiosas, causadas principalmente pelos desentendimentos entre imperadores e papas - desentendimentos que surgiram visto a ambição e a corrupção existentes na clerezia. Assim, a maior parte das heresias consistia na negação do poder do clero, as reações às vezes extrapolavam o justo. Foi após o terceiro concílio geral de Latrão, em 1179, que foram aprovadas as atitudes de alta severidade para punir heresias. Porém, a constituição promulgada por Lúcio III em 1184 que considerada por alguns a origem da Inquisição. No século XIII, então, a Inquisição, como entidade responsável pelo combate de práticas como heresia, blasfêmia e bruxaria, começou a aparecer como uma instituição independente, tendo seu estabelecimento exato em 1229 e perdurou nesse modelo até o século XV, quando foi estabelecida como um Tribunal Permanente. Posteriormente, uma nova fase da Inquisição, mais repressiva e cruel perdurou entre o século XVI e XVIII (HERCULANO, 2009).

Figura 02: Mapa indicando a movimentação migratória judaica da Alemanha entre 1933 e 1940.



Fonte: *United States Holocaust Memorial Museum – USHMM* (s/d).

Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/map/jewish-emigration-from-germany-1933-1940>.

As imigrações não acabariam após o fim da Segunda Guerra Mundial. Muitos judeus, movidos pelo anseio de um recomeço após aquela experiência traumática, buscaram outros países, visto que “aos olhos da maioria dos judeus sobreviventes, a Europa se tornara um gigantesco cemitério onde a vida judaica jamais poderia florescer novamente” (BRENNER, 2013, p.315). Dentre os possíveis destinos para os refugiados judeus, estava a América Latina, o que incluía o Brasil. Segundo dados do USHMM, cerca de oitenta e quatro mil judeus emigraram entre 1933 e 1945 para a região Latino-americana.

A possibilidade de emigração para o Brasil, ainda durante o período de guerra, surgiu como um lampejo de esperança para os judeus que buscavam fugir do conflito. Segundo Maria Luiza Carneiro<sup>24</sup> (2010), o país recebeu cerca de 11.290 judeus, refugiados ou exilados pelo nazismo, entre 1937 e 1945, na expectativa de oportunidades mais favoráveis para suas vidas e negócios.

Ressalta-se, nesse ponto, o auxílio de alguns brasileiros que se arriscaram criando estratégias para auxiliar enviando judeus ao Brasil, permitindo que escapassem do regime nazista, em especial o embaixador brasileiro na França, Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), conhecido como Schindler<sup>25</sup> Brasileiro, a paulista Aracy Moebius de

<sup>24</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro é mestre e doutora em história pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (USP). Conta com diversas produções e livros publicados, tendo a temática sobre os judeus grande destaque em suas pesquisas.

<sup>25</sup> Oskar Schindler ficou conhecido mundialmente por suas ações durante a Segunda Guerra Mundial. Schindler era membro do Partido Nazista, porém atuava escondido como colaborador pela causa dos judeus.

Carvalho Guimarães Rosa (1908-2011), que chefiou o Setor de Passaportes do consulado brasileiro em Hamburgo, na Alemanha, e que futuramente viria a ser chamada de “Anjo de Hamburgo”; e seu marido, o diplomata e escritor João Guimarães Rosa<sup>26</sup> (1908-1967), cônsul-adjunto do Brasil em Hamburgo entre 1938 a 1942. O casal desconsiderou a circular secreta que entrou em vigor no Brasil em 1938, que restringia a entrada de judeus no país, continuando a expedir vistos para judeus, deixando de colocar nos passaportes a letra "J", que identificava quem era judeu.

É importante destacar a presença de um clima hostil<sup>27</sup> contra os judeus mesmo no Brasil durante o período do Estado Novo (1937-1945), o que causou um início de vida conturbado para os que emigraram para solo brasileiro. À vista disso, o historiador brasileiro Roney Cytrynowicz aponta que:

Do ponto de vista da história contemporânea do Brasil e da história dos judeus no Brasil, o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, e mais especificamente o período da Segunda Guerra Mundial, têm sido abordados predominantemente por interpretações que enfatizam o anti-semitismo e colocam o preconceito e a perseguição como a marca dominante da vida dos imigrantes naquele período (CYTRYNOWICZ, 2002, p.394).

Entretanto, a presença judaica no território brasileiro não se deu apenas pela imigração ocorrida nesse período pós-Segunda Guerra, tendo sido iniciada, na realidade, séculos antes. Eva Blay (2020) discorre sobre a participação de judeus nas esquadras dos descobridores portugueses e espanhóis, ocupando posições como homens do mar, geógrafos e astrônomos, demonstrando que a imigração judaica para o “Novo Mundo” seguiria a mesma trajetória das demais imigrações para a América. Ressalta-se que a vinda de membros da comunidade judaica para o Brasil deriva especialmente de atitudes e políticas antijudaicas que se espalharam pela Europa durante o século XIV e que culminaram em eventos como a decisão tomada pelos Reis Católicos Espanhóis<sup>28</sup>, em 1492, de obrigar a conversão forçada dos judeus ao catolicismo ou a expulsão deles do reino espanhol<sup>29</sup>.

---

Sua fábrica de esmaltes em Zabłocie serviu de refúgio para aproximadamente novecentos judeus com o pretexto de trabalhar no local. No final de 1944, transferiu sua fábrica para Tchecoslováquia, então como fábrica de armamentos, onde trabalharam cerca de oitocentos homens judeus do campo Gross-Rosen e trezentas mulheres judias de Auschwitz. Schindler, em 1962, recebeu o título de “Justo entre as Nações” pelo *Yad Vashem* e em 1993, o Conselho USHMM conferiu-lhe postumamente a Medalha de Memória do Museu. (USHMM, s/d).

<sup>26</sup> Guimarães Rosa é considerado um dos maiores escritores brasileiros do século XX, tendo sido autor de obras clássicas como *Sagarana* (1946) e *Grande Sertão Veredas* (1956).

<sup>27</sup> Nas últimas décadas, a questão sobre as restrições de entrada de estrangeiros no Brasil, em especial dos judeus, durante o período citado, vem sendo alvo de diversas discussões no campo historiográfico.

<sup>28</sup> Rainha Isabel I (1452 - 1504) e Rei Dom Fernando II de Aragão (1452 - 1516).

<sup>29</sup> Entre o século XVI e XVIII, a Inquisição estabelecida na Espanha tomava uma proporção de poderes ilimitados. Nesse período, o ódio aos judeus, instigado em especial pelas acusações de serem estrangeiros, sendo propagadas lendas e mitos sobre a vilania e barbaridades dos hebreus. Posteriormente, a situação

Portugal foi um dos países preferidos para os judeus que optaram por deixar a Espanha. Porém, como coloca a museóloga brasileira Neusa Fernandes<sup>30</sup> (2014), desde 1495, quando D. Manuel I subiu ao trono português, os reis da Espanha fomentaram uma pressão para que os judeus também fossem expulsos de Portugal<sup>31</sup>. Até o momento, nenhum tipo de perseguição era permitido por D. Manuel I e a comunidade judaica era uma parcela economicamente atuante e valiosa da sociedade portuguesa, fazendo com que a expulsão desta resultasse em grande perda para a nação. Assim, a decisão do rei português foi a de que os milhares de imigrantes judeus se convertessem ao catolicismo, fazendo com que estes passassem a ser conhecidos como “cristãos-novos”.

Buscando novas oportunidades de comércio, já que estavam impedidos de desenvolver seus negócios na Metrópole, e sabendo que na Colônia brasileira estariam longe das perseguições inquisitoriais e teriam mais liberdade, vários novos convertidos passaram a buscar o Brasil (FERNANDES, 2014). Em vista disso, torna-se importante destacar o relevante papel desse grupo migratório na história brasileira. Como aponta Anita Novinsky, “o rei D. Manuel arrendou o Brasil por dez anos ao cristão-novo Fernando de Noronha, que liderava um grupo de homens de negócios, em sua maioria cristãos-novos, que foram os primeiros homens brancos a chegar à América Portuguesa” (NOVINSKY et al, 2015, p.87). O português Noronha, durante a expedição (1500-1502), encontrou um arquipélago formado por 21 ilhas no litoral brasileiro, que chamou de “Ilha de São João”, conhecida hoje como Fernando de Noronha.

Porém, a chegada dos judeus convertidos ao Brasil não ocorreu tão facilmente, visto que a escolha de muitos cristãos-novos de se deslocarem para o Brasil “levou a Metrópole a reagir com leis anti-imigratórias que, a partir de dom Manuel I, se sucederiam, criadas e abolidas, conforme os interesses políticos e econômicos” (FERNANDES, 2014, p.35). Mas, mesmo com todos os empecilhos encontrados, a atuação dos novos convertidos na economia da colônia brasileira foi marcante, considerando que conseguiram destacar-se em diversas profissões, como comerciantes, lavradores, advogados e médicos (FERNANDES, 2014, p.36). Ainda, tiveram papel importante na implementação do mercado açucareiro, considerando que sua atuação no setor agrícola.

---

culminou na expulsão dos adeptos ao judaísmo do território hispânico, sendo estimada a saída de oitocentos mil judeus (HERCULANO, 2009).

<sup>30</sup> Neusa Fernandes é Pedagoga (UERJ) e Museóloga (UNIRIO), pós-graduada em História pela Universidade de Madri, mestre e doutora em História Social (USP), com pós-doutorado em História da Literatura (UERJ) e Museologia e Patrimônio (UNIRIO). Salienta-se sua atuação na difusão do conhecimento referente aos judeus no Brasil através de seu livro “A Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII”.

<sup>31</sup> D. Manuel I se casou com D. Isabel de Aragão, filha de dos reis espanhóis, Rainha Isabel I e D. Fernando II de Aragão. Em seu contrato de casamento, assinado em 1497, era exigido a expulsão dos indivíduos de raça hebraica. (HERCULANO, 2009).

A civilização brasileira, predominantemente agrícola, teve nos cristãos-novos seus principais experts, pois a agricultura era uma de suas principais atividades durante todo o período colonial. Foram os primeiros mercadores conversos, integrantes do grupo de Fernando de Noronha, que durante suas viagens, aproveitando as paradas para abastecer seus navios na ilha da Madeira, Açores e São Tomé, negociaram as primeiras mudas de cana-de-açúcar, transplantando-as para o Brasil (NOVINSKY et al, 2015, p.89).

O primeiro registro de habitação de um grupo judeu no território brasileiro ocorreu no período da dominação comercial e militar dos holandeses em Pernambuco, entre 1630 e 1654. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, “a primeira grande leva de imigrantes viajou em 1635, ganhando impulso a partir de 1637, no governo de Maurício de Nassau” (2010, p.97), que governou<sup>32</sup> a colônia holandesa em Recife (1637-1644) visando desenvolver a produção açucareira. A segunda onda aconteceu a partir de 1640, impulsionada “pelo crescimento das exportações de açúcar, pelo aumento das importações de mercadorias europeias pela Nova Holanda e pelo incremento da economia colonial” (VAINFAS, 2010, p.98). Tendo a prosperidade dos judeus em solo brasileiro repercutido na Holanda, os parentes dos primeiros imigrantes começaram a buscar o Brasil como rota migratória (VAINFAS, 2010). Ainda, ressalta-se que a vinda ao Brasil se configurou em uma grande oportunidade, visto que muitos eram originários de Portugal, o que facilitava na comunicação com os habitantes da colônia brasileira.

Em Pernambuco, amplas oportunidades de negócios abriram-se aos judeus. Os holandeses não falavam português, assim os judeus portugueses de Amsterdã tornaram-se intermediários indispensáveis nas transações comerciais. Destacaram-se como financiadores da indústria do açúcar, ampliaram a atividade de corretagem para os produtores, exportaram açúcar para a Europa e alguns se tornaram senhores de engenho (NOVINSKY et al, 2015, p.135).

Em um ambiente favorável, os judeus eram apoiados pelos holandeses a exercerem sua liberdade religiosa, visto sua boa atuação nos negócios coloniais, ainda que o fato não fosse bem aceito pelo clero calvinista local e gerasse pressões políticas<sup>33</sup>. Durante esse período de permanência judaica na região seria fundada a primeira sinagoga das Américas<sup>34</sup> em Recife, chamada *Kahal Kadosh Zur Israel*<sup>35</sup> (figura 03).

<sup>32</sup> José Maurício de Nassau (1604-1679) foi convidado pela Companhia das Índias Ocidentais para comandar os novos domínios Holandeses na região por pertencer a uma geração com mentalidade nova, acreditando que a relação pacífica entre os diferentes grupos religiosos poderia ser benéfica ao governo e compreendendo que favorecer o crescimento da burguesia era importante. Demonstrou extrema confiança nos judeus, sabendo que os grupos religiosos possuíam costumes, tradições e idiomas que não seriam apagados através de imposições políticas. (NOVINSKY et al, 2015).

<sup>33</sup> É importante destacar que a liberdade religiosa dos judeus em Pernambuco era relativa, havendo restrições para judeus e cristãos-novos, além de frequentes calúnias e difamações advindas do clero católico e dos predicantes calvinistas. Assim, mesmo bem-sucedidos, sofreram atos antissemitistas de calvinistas e até mesmo de cristãos-velhos, sendo a rivalidade econômica uma das principais razões dos conflitos. (NOVINSKY et al, 2015).

<sup>34</sup> Enquanto a primeira Sinagoga das Américas está localizada no Brasil, o primeiro cemitério judaico registrado nas Américas está situado na Venezuela, na cidade de Coro.

Após a expulsão dos holandeses de Recife, em 1654, os judeus foram expulsos do território brasileiro, alguns retornando para a Holanda e outros se transferindo para a região do Caribe e para a América do Norte, onde participariam da criação da cidade de Nova York, que desde 1624 já funcionava como porto de comércio para os holandeses, com o nome de Nova Amsterdã.

Figura 03: Fachada da *Kahal Kadosh Zur Israel*, em Recife (Pernambuco), primeira sinagoga das Américas.



Fonte: Confederação Israelita Brasileira – Conib (s/d).  
Disponível em: <https://www.conib.org.br/historia/>.

Destaca-se também a presença marcante de cristãos-novos em Minas Gerais no século XVIII, com a crescente exploração do ouro na região, sendo que, como coloca Fernandes (2014), desde o momento em que o ouro foi localizado no Brasil os judeus convertidos estiveram envolvidos em sua extração. Os cristãos-novos conquistaram um papel crucial no sistema colonial português, chegando a somar 60% dos comerciantes locais, tornando-se “intermediários culturais em Minas Gerais, uma vez que, promovendo a circulação dos bens materiais, promoviam também a circulação de bens sociais” (FERNANDES, 2014, p.211).

Todavia, a maior imigração de judeus ocorreu no Brasil entre 1872 e 1972, quando, segundo os dados coletados pelo historiador René Decol (2001), o número de judeus que entraram no país chegou a 93.231 indivíduos. Nesse contexto, o historiador

<sup>35</sup> A sinagoga foi descoberta em escavações em 2001, abaixo de prédios localizados à rua do Bom Jesus – na época conhecida como Rua dos Judeus. Atualmente, o local abriga o Centro Cultural Judaico de Pernambuco (Museu Sinagoga *Kahal Zur Israel*), inaugurado em 2002.

Márcio Mendes da Luz aponta que grande parte deles, originários de territórios do leste europeu, se estabeleceram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse aumento da imigração judaica para o Brasil coincide com a piora de vida de judeus em seus respectivos Estados natais: o aumento dos Pogrom no Império Russo, a Revolução Russa, o esfacelamento do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano, a obrigação de jovens de outras etnias integrarem o exército turco, o aumento a restrição de entrada de imigrantes nos EUA e Argentina, o recrudescimento do antissemitismo em países como Alemanha, Polônia e Romênia onde viviam cerca de 4,5 milhões de judeus, o Holocausto judeu e a perseguição nos países árabes anti-Israel (LUZ, 2012, p.2).

Com o passar dos anos e as novas imigrações, a comunidade judaica foi se consolidando no país, tendo, apenas no período de 1933 a 1939, a Confederação Israelita do Brasil (CONIB) contabilizado a entrada de aproximadamente 17.500 judeus em solo brasileiro, muitos com o auxílio de diplomatas. Nesse contexto, a comunidade judaica paulista se destaca, considerando que “com cerca de 56 mil membros em 1940, ocupou-se de auxiliar os refugiados” (CYTRYNOWICZ, 2002, p.395). Atualmente, a capital paulista congrega a segunda maior comunidade judaica da América Latina, como foi apontado pela Federação Israelita do Estado de São Paulo (FIESP) em 2012. A absorção dos judeus pela sociedade brasileira – tenha sido uma migração derivada ou não da Segunda Guerra – ocorreria sem grandes percalços, considerando a existência um histórico de convívio como parte integrante na história da sociedade brasileira e dos judeus.

### **1.3 A Shoah: o direito à memória versus o negacionismo contemporâneo**

Após o fim da Segunda Guerra, uma nova etapa seria iniciada em âmbito mundial: o julgamento daqueles que foram responsáveis, direta ou indiretamente, pelos acontecimentos durante esse período sombrio da história. As evidências dos crimes cometidos foram divulgadas globalmente, porém, “a Justiça dos países aliados defrontou-se com um complexo problema jurídico: dado o ineditismo dos crimes nazistas, não existia uma lei apropriada para julgá-los” (CYTRYNOWICZ, 1990, p.147). Dessa maneira, criou-se o conceito jurídico de crime contra a humanidade ou crime de genocídio para designar a tentativa de destruir, de forma total ou parcial, determinado grupo (nacional, étnico ou religioso). O próprio termo “genocídio”, utilizado para classificar a *Shoah*, já denunciava essa falta de palavras para classificar os eventos de extermínio em massa de judeus ocorridos na Segunda Grande Guerra. A crueldade dos campos de concentração nazistas foi de tal forma única em toda a história moderna da humanidade que foi preciso criar uma palavra específica para designá-la: genocídio. Quando Raphaël Lemkin, jurista

polonês, descendente de uma família judaica, utilizou o termo pela primeira vez, em 1944 – numa obra intitulada “O poder do Eixo na Europa ocupada” – estava respondendo diretamente a uma preocupação dos aliados, particularmente do primeiro-ministro do Reino Unido Winston Churchill, que qualificara aqueles assassinatos como "crimes sem nome" (ROUDINESCO, 2010, p.127).

Os julgamentos de Nuremberg<sup>36</sup> (figura 04) foram os primeiros julgamentos públicos atrelados às ações cometidas pelos nazistas, que tiveram início em 20 de novembro de 1945 e terminaram em 1 de janeiro de 1946. Dos indiciados, vinte e dois dos principais criminosos nazistas<sup>37</sup> foram julgados pelos Juízes das Forças Aliadas<sup>38</sup>, dos quais doze foram condenados à morte. Em 11 de dezembro de 1946, a legislação sobre essa nova forma de crime foi instituída pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Figura 04: Os réus e seus advogados na audiência do Tribunal Militar Internacional



Fonte: *United States Holocaust Memorial Museum (USHMM)* cortesia do *National Archives and Records Administration, College Park* (1945-1946). Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa7370..>

Os julgamentos de Nuremberg podem ser considerados como um dos primeiros passos para a consolidação da memória do Holocausto Judaico como acontecimento histórico trágico. Dentro da comunidade judaica, a *Shoah* permaneceu como um

<sup>36</sup> Segundo Roney Cytrynowicz (1990), a cidade de Nuremberg foi escolhida para sediar o julgamento público por ter sido o local em que os nazistas elaboraram seus primeiros comícios significativos.

<sup>37</sup> Dos vinte e dois nomes em destaque, apenas dezoito receberam suas respectivas sentenças. Adolf Hitler, Heinrich Himmler e Joseph Goebbles cometeram suicídio antes do julgamento, enquanto Martin Bormann conseguiu fugir após o fim da guerra. Além dos doze condenados à morte, três foram condenados à prisão perpétua e outros três foram absolvidos (CYTRYNOWICZ, 1990).

<sup>38</sup> No total, o Tribunal Militar Internacional foi composto por juízes norte-americanos, franceses, russos e britânicos.

paradigma por muito tempo, tendo, segundo Carlos Reiss<sup>39</sup>, os primeiros trinta anos que se seguiram ao fato geraram uma ressignificação lenta e complexa dessa lembrança, tornando-a uma “memória coletiva israelense e judaica - para mais tarde, ingressar no terreno do universalismo” (2018, p.69). Pouco a pouco, os depoimentos de sobreviventes ganharam espaço, revelando um “trajeto doloroso que envolveu aspectos políticos, históricos e sociais do Estado de Israel e de todo o povo judeu fora dele” (REISS, 2018, p.69). Nesse sentido, através do compartilhamento de testemunhos sobre a *Shoah*, sua afirmação torna-se mais efetiva, tanto no contexto interno da comunidade judaica quanto no panorama mundial.

Entretanto, nos últimos anos, um movimento negacionista – autodenominado “revisionista” –, visando contestar a veracidade e a amplitude do Holocausto, começou a ganhar força significativa, sendo possível perceber manifestações públicas disseminando essa nova interpretação de um acontecimento histórico repleto de registros, incluindo fotografias e filmes de caráter inquestionável. Em contrapartida, a historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco aponta o foco antissemita do movimento, na medida em que

O negacionismo não é uma revisão da história, como dizem seus adeptos, mas um discurso patológico que consiste em negar a existência do genocídio dos judeus e, mais precisamente, a das câmaras de gás. Observamos, aliás, que os Negacionistas não se interessam pelo extermínio dos doentes mentais, dos ciganos, das testemunhas de Jeová, o que mostra claramente que seu negacionismo é, principalmente, um antissemitismo (ROUDINESCO, 2010, p.173).

Assim, mesmo que a existência das câmaras de gás, dos campos de concentração e dos milhões de judeus mortos na investida nazista tenha vasta fundamentação, contendo provas, testemunhas e diversos documentos, que foram apresentados, inclusive, nos próprios julgamentos realizados (figura 05), o historiador brasileiro Márcio Selligmann-Silva (2003) aponta que os negacionistas mantêm discursos como o de que o genocídio, na realidade, não ocorreu, sendo somente uma peça de propaganda, e que o número de judeus assassinados – que na visão dos negacionistas são tão culpados quanto os alemães – não chegaria aos seis milhões anunciados, mas seria em torno de 200 mil.

---

<sup>39</sup> Carlos Reiss é formado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo especialista em História e Ética Judaicas e tendo estudado Relações Internacionais na Universidade Hebraica de Jerusalém e Geopolítica na Universidade Tuiuti do Paraná. Atualmente, é coordenador-geral do Museu do Holocausto de Curitiba. (REISS, 2018). Reiss empenha-se na disseminação de informações, e na importância do ensino, do Holocausto, sendo relevante destacar seu livro “Luz Sobre o Caos: educação e memória do Holocausto”.

Figura 5: Pilhas de documentos alemães coletados sendo organizados por funcionários norte-americanos para servirem como evidência no Tribunal Militar Internacional.



Fonte: *United States Holocaust Memorial Museum – USHMM*, cortesia do *National Archives and Records Administration, College Park (1945-1946)*. (s/d).

Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa1069544>.

Em 13 de janeiro de 2022, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou a Resolução A/76/L30 sobre a negação do Holocausto (anexo I). Nela, reafirma que o Holocausto “resultou no assassinato de quase 6 milhões de judeus, dos quais 1,5 milhão eram crianças, compreendendo um terço do povo judeu [...]” (ONU, 2022, p.3, tradução nossa<sup>40</sup>), bem como de outros grupos e minorias, e destaca que “a negação do Holocausto se refere ao discurso e propaganda que negam a realidade histórica e a extensão do extermínio dos judeus pelos nazistas e seus cúmplices durante a Segunda Guerra Mundial, conhecida como Holocausto ou *Shoah*” (ONU, 2022, p.3, tradução nossa<sup>41</sup>). Ainda, ressalta pontos referentes à negação do Holocausto:

- (a) Esforços intencionais para desculpar ou minimizar o impacto do Holocausto ou seus principais elementos, incluindo colaboradores e aliados da Alemanha nazista,
- (b) Minimização grosseira do número de vítimas do Holocausto em contradição com fontes confiáveis,
- (c) Tentativas de culpar os judeus por causarem seu próprio genocídio,
- (d) Declarações que lançam o Holocausto como um evento histórico positivo,
- (e) Tentativas de obscurecer a responsabilidade pelo estabelecimento de campos de concentração e extermínio planejados e operados pela

<sup>40</sup> “[...] which resulted in the murder of nearly 6 million Jews, 1.5 million of whom were children, comprising one third of the Jewish people [...]”.

<sup>41</sup> “Noting that Holocaust denial refers to discourse and propaganda that deny the historical reality and the extent of the extermination of the Jews by the Nazis and their accomplices during the Second World War, known as the Holocaust or Shoah”.

Alemanha nazista, colocando a culpa em outras nações ou grupos étnicos [...] (ONU, 2022, p.3, tradução nossa<sup>42</sup>).

Na Resolução também é destacada a atuação da internet como meio de propagação do negacionismo, sendo observado “com preocupação a crescente prevalência da negação ou distorção do Holocausto por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação” (ONU, 2022, p.3, tradução nossa<sup>43</sup>). Assim, percebe-se que combater as informações deturpadas que vem se propagando é fundamental para que a preservação dos fatos históricos ocorra e para que essas informações sejam difundidas no presente e no futuro próximo, permitindo reflexões, mas sem manipulações.

Pensar nos meios de transmissão e afirmação da *Shoah* tornou-se ainda mais essencial quando considerado que, com o passar dos anos, as testemunhas do fato estão diminuindo gradualmente e “que estamos diante da possibilidade de não termos mais a voz direta, viva, dos sobreviventes” (CYTRYNOWICZ, 2003, p.138). A criação de museus e memoriais com o intuito de difundir a memória da *Shoah*, amparados por diversos testemunhos de sobreviventes, imagens e documentos foi uma maneira encontrada para fortalecer esse anseio. Porém, tratando-se de uma memória traumática, o tratamento das informações fornecidas pelos sobreviventes deve ser cuidadosamente trabalhado, visto que “é preciso resguardá-los da exploração que os torna espetáculo de um apaziguamento e de uma intensa exposição para fins políticos em um mundo que apazigua sua má consciência dos atuais crimes celebrando a memória dos crimes passados” (CYTRYNOWICZ, 2003, p.138).

---

<sup>42</sup> “(a) Intentional efforts to excuse or minimize the impact of the Holocaust or its principal elements, including collaborators and allies of Nazi Germany, / (b) Gross minimization of the number of the victims of the Holocaust in contradiction to reliable sources, / (c) Attempts to blame the Jews for causing their own genocide, / (d) Statements that cast the Holocaust as a positive historical event, / (e) Attempts to blur the responsibility for the establishment of concentration and death camps devised and operated by Nazi Germany by putting blame on other nations or ethnic groups.”

<sup>43</sup> “Noting with concern the growing prevalence of Holocaust denial or distortion through the use of information and communications technologies.”

## **CAPÍTULO 2**

### **MUSEU E MEMORIAL: O TRAUMA E A CULTURA**

## 2 MUSEU E MEMORIAL: O TRAUMA E A CULTURA

A relação entre história, memória e as ciências naturais com os museus é perceptível desde os gabinetes de curiosidades<sup>44</sup>, cujos objetos, segundo a museóloga brasileira Tereza Scheiner<sup>45</sup> (1999), representavam um microcosmo espetacular do mundo, tentando exibir, assim, o universo que se almejava conhecer. O ato do colecionismo, para a historiadora brasileira Helga Pôssas, “transfigura-se em compreensão de tudo o que há no mundo” (2006, p.12). Refletiam, portanto, a história e a ciência do mundo selecionadas a partir da visão de seus colecionadores, com destaque aos eixos da *naturalia*, que representa os reinos animal, vegetal e mineral, e da *mirabilia*, que consiste nos produtos fabricados pelo homem, nas antiguidades e nos objetos exóticos (PÔSSAS, 2006). Intrínseco a isto, a memória também era um tópico que despertava certo sentimento de inquietação nos detentores dos gabinetes:

Remontando aos séculos XVI e XVII, os gabinetes de curiosidades europeus traduzem a preocupação com a memória. Sabem-se, os homens, de sua incapacidade de guardar na memória toda a maravilha da criação divina e da ação humana. [...] Os gabinetes, a princípio, revelam um caráter enciclopedista, uma tentativa de se ter ao alcance dos olhos, pelo menos, o que existe em lugares distantes e desconhecidos (PÔSSAS, 2006, p.12).

Destaca-se, ainda, a presença de livros e manuscritos nos gabinetes, reforçando a ideia dos colecionadores como “guardiões da memória e da ciência de então, aqueles que estavam em condições especiais e favoráveis para que o entendimento do processo da criação fosse entendido e, conseqüentemente, dominado” (PÔSSAS, 2006, p.20). Todavia, inicialmente a preocupação com a construção para uma narrativa sobre a coleção era dispensável, sendo normalmente priorizado pelo colecionador a exposição do maior número possível de objetos, visando demonstrar status, poder e riqueza. É no decorrer do século XVI, segundo Pôssas (2006), que surgem as primeiras iniciativas de investigação e ordenação sobre as coleções.

---

<sup>44</sup> Os gabinetes de curiosidade podem ser considerados manifestações primitivas do que conhecemos hoje por “museus”. Os objetos eram dispostos, de forma ordenada ou não, nos cômodos da moradia do colecionador. A historiadora brasileira Patrícia Raffaini (1993) aponta que, segundo o filósofo e historiador polonês Krzysztof Pomian, nos séculos XVI e XVII, é perceptível o surgimento por toda a Europa de centenas ou milhares de Gabinetes de Curiosidades, ou Câmaras de Maravilhas (*Kunst und Wunderkammer*), sendo mantidos por monarquias, artistas ou colecionadores burgueses que almejavam conhecer e colecionar “vestígios do mundo”.

<sup>45</sup> Tereza Scheiner é museóloga, tendo licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É mestre e doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e é criadora e consultora permanente do Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus para a América Latina e Caribe ICOFOM LAC (originalmente ICOFOM LAM). Atualmente, é docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS - UNIRIO/MAST), coordenando o curso de doutorado.

No decorrer dos anos, após a institucionalização das coleções e dos avanços da museografia<sup>46</sup>, os museus passaram a adotar diferentes maneiras de apresentar essas coleções, visando a melhor forma de colocar em prática a narrativa expositiva. Mesmo considerando que a presença de uma narrativa em tais instituições já ocorria – voltada para a glorificação dos heróis históricos e dos impérios –, é com o pensamento derivado da nova museologia que há o deslocamento da atenção do museu para o público e sua experiência.

Destoa-se, então, de uma característica predominante nos gabinetes de curiosidades: a disposição dos objetos nos ambientes, geralmente ocupando-os completamente, ao ponto de englobar os elementos domésticos à observação do visitante, como apontado pela museóloga brasileira Helena Uzeda<sup>47</sup> (2018). Portanto, enquanto nos gabinetes os objetos eram mesclados com em sua narrativa – não se preocupando necessariamente em estabelecer uma ordem expositiva que facilitasse a compreensão do conteúdo pelos visitantes –, os museus que têm os objetos como cerne principal passam a se preocupar mais com a forma como estes são apresentados ao público, bem como a absorção do conteúdo proposto.

Ainda, destaca-se que, com o aprofundamento do estudo dos museus, agora subdivididos em tipos, os museus históricos despontam como os espaços responsáveis pela narrativa da história da vida social. À vista disso, o historiador francês Dominique Poulot<sup>48</sup> (2013) pondera que o perceptível desenvolvimento desses museus no decorrer do século XIX aparenta estar relacionado aos intensos momentos patrióticos da época, destoando-se de sua atuação no século seguinte, quando houve uma diminuição desse sentimento. Logo, “os museus de história se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidades” (POULOT, 2013, p.35). Nesse sentido, os museus históricos estão para além de apenas detentores de uma museália específica, mas consistem na apresentação da identidade e da vivência de uma sociedade. Dessa maneira, segundo o museólogo, historiador e arqueólogo brasileiro Ulpiano de Meneses,

---

<sup>46</sup> Em Conceitos Chave de Museologia (2013), os museólogos André Desvallées e François Mairesse apontam que o termo “museografia” tende a ser utilizado para denominar a arte da exposição. Ainda, é destacado pelos autores que o termo é ainda mais antigo do que “museologia” e é comumente utilizado para as práticas e ações intelectuais no campo museal.

<sup>47</sup> Helena Uzeda é museóloga pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). mestre em História e crítica da arte e doutora em artes visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais - PPGAV, da Escola de Belas Artes da UFRJ. Atualmente, é professora no curso de Graduação em Museologia da UNIRIO e no PPG-PMUS - UNIRIO/MAST), do qual é coordenadora. Tem como foco o estudo e desenvolvimento de exposições.

<sup>48</sup> Dominique Poulot: Historiador francês e especialista em museus e patrimônio histórico. Atua como professor na Pantheon-Sorbonne University (Paris-I) e pesquisador no Centre National de la Recherche Scientifique, na Unité Mixte de Recherches Laboratoire d'Anthropologie et d'Histoire de l'Institution de la Culture.

[...] conviria conceber um museu histórico, não como a instituição voltada para os objetos históricos mas para os problemas históricos. Assim, em última instância, seriam históricos os objetos, de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade). (MENESES, 1992, p. 5).

No contexto brasileiro, pode-se ter como exemplo o Museu Histórico Nacional (MHN), criado em 1922. A instituição teve Gustavo Barroso<sup>49</sup> como primeiro diretor, sendo, como aponta a historiadora brasileira Myrian Sepúlveda dos Santos, “o principal idealizador e o grande responsável pelo primeiro perfil da instituição” (SANTOS, 2006, p.32), mais voltado para a história militar brasileira. Ainda nesse âmbito, a antropóloga brasileira Regina Abreu (1996) destaca que, em sua criação, o MHN se consagra como uma instituição dedicada à nação brasileira, partindo de um ponto de vista histórico e cujo “objeto privilegiado consistia no processo de construção do Brasil enquanto nação independente” (ABREU, 1996, p.44), denotando seu forte caráter político-social.

A proposta de um museu histórico nacional distanciava-se, portanto, dos museus enciclopédicos dedicados à temática da evolução dos seres vivos, em especial, da espécie humana. Seu principal objetivo era tratar de uma outra evolução, a evolução da chamada nação brasileira. (ABREU, 1996, p.44)

Na mesma medida, os monumentos históricos despontam como mediadores na história e memória social. Em um contexto amplo, a historiadora francesa Françoise Choay aponta que o monumento “não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva” (2001, p.17). A especificidade do monumento, segundo a autora, consiste na sua ação sobre a memória, não apenas a trabalhando, mas também mobilizando “pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente” (CHOAY, 2001, p.17). No que tange ao monumento histórico, destaca-se que para compreendê-lo é necessária a apresentação de seu contexto histórico e social.

Percebe-se, então, a busca pela afirmação e propagação de uma memória histórica para o futuro, não permitindo seu esquecimento. Segundo Meneses, “a evocação e celebração da memória devem estar obrigatoriamente presentes no museu histórico” (1992, p. 6), o que reforça o fato de que “esses devem sua abertura à vontade política de colocar certas lembranças no primeiro plano da consciência coletiva” (POULOT, 2011, p.477). Portanto, é plausível conjecturar o valor social de museus,

---

<sup>49</sup> Gustavo Adolpho Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888 - 1959): Foi um advogado, museólogo, professor, cronista, político, escritor e folclorista brasileiro. Destaca-se sua atuação como primeiro diretor do Museu Histórico Nacional.

monumentos e símbolos culturais com temáticas sensíveis à história nacional, como os que tratam sobre guerras, e sua importância na memória coletiva, como por exemplo museus dedicados à ditaduras ou ao holocausto.

## 2.1 Memorialização e esquecimento: A ascensão da cultura da memória

O retorno ao passado consiste em uma movimentação que pode causar sentimentos distintos, como alegria, desconforto, nostalgia e melancolia. Navegar pelo passado de uma nação torna-se ainda mais difícil, principalmente quando os momentos decorridos contêm memórias traumáticas. Nesse sentido, não é de se admirar que tais lembranças não fossem um tópico recorrente. Porém, destaca-se o apontamento do historiador francês Jacques Le Goff<sup>50</sup> de que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2013, p.435).

A cultura e a política da memória, segundo o historiador alemão Andreas Huyssen<sup>51</sup>, se tornaram transnacionais ao longo das últimas duas décadas. Huyssen afirma que “o trauma histórico e as violações dos direitos humanos despontaram como *loci* privilegiados da comemoração pública no trabalho de arquitetos, acadêmicos, pintores e escritores” (2014, p. 139). Assim, percebe-se que, gradualmente, as nações estão abordando acontecimentos sombrios, que por muito tempo permaneceram reprimidos, além de pressionarem para que outros países também enfrentem sua própria história (HUYSSSEN, 2014). Todavia, para o autor,

[...] é importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos. Na medida em que as nações lutam para criar políticas democráticas no rastro de histórias de extermínios em massa, *apartheids*, ditaduras militares e totalitarismos, elas se defrontam, assim como foi e ainda é o caso da Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial, com a tarefa sem precedentes de assegurar a legitimidade e o futuro das suas políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado (HUYSSSEN, 2000, p.16-17).

O período após Segunda Guerra foi duro na esfera mundial. Contabilizar os danos materiais e econômicos era uma tarefa difícil, mas mensurar as marcas profundas no

<sup>50</sup> Jacques Le Goff (1924 - 2014) foi um historiador francês, tendo como ênfase o estudo da Idade Média. Publicou diversos livros e trabalhos e, em especial, destaca-se sua produção para a área da memória, ressaltando-se o livro “História e Memória”, publicado em 1977.

<sup>51</sup> Andreas Huyssen é professor pela Universidade de Zurique de língua alemã e literatura. É autor de diversos livros, incluindo obras com a temática do Holocausto. Entre as áreas que estuda, destacam-se: trauma, memória e pós-modernismo.

espírito daqueles que foram afetados era inimaginável. Lidar com a realidade parecia uma tarefa inalcançável, inicialmente, por conta de sentimentos como vergonha, culpa e negação. Porém, com a passagem do tempo e conforme a visão foi sendo alterada, a cultura da memória foi ganhando espaço, ampliando a importância dos lugares dedicados à recordação. Assim, a professora alemã Aleida Assmann ressalta que

A memória não conhece a norma corpulenta e incorruptível da medida temporal cronológica. Pode mover o que há de mais próximo até uma distância indeterminada e trazer o que está distante até muito próximo, às vezes, próximo demais. Ao passo que os livros de história ordenados cronologicamente são úteis quando se trata de elucidar a consciência histórica de uma nação, a memória de uma nação se materializa na paisagem memorativa de seus locais de recordação. O vínculo peculiar entre proximidade e distância confere aura a esses locais e neles se procura um contato direto com o passado (ASSMANN, 2011, p.359).

Porém, um ponto importante a ser ressaltado é o caráter comercial e a banalização da cultura da memória, considerando que – com a emergência do interesse e a preocupação com a questão da memória – diversas instituições e iniciativas foram sendo criadas para atender a esta demanda. Centros de memória, museus, memoriais, museus memoriais e monumentos foram ganhando espaço no meio social e cultural. Todavia, torna-se necessário questionar se essas instituições estão conseguindo, de fato, impactar na conscientização de seus visitantes.

É cada vez mais comum observar pessoas que visitam lugares de memória agindo como se não conhecessem a real simbologia destes. O exemplo mais comum é o caso do Memorial aos Judeus Mortos da Europa, de Berlim, conhecido popularmente como Memorial do Holocausto. Inaugurado em 2004, o Memorial apresenta 2.711 blocos de cimento em uma área de 19 mil metros quadrados. O local, que se assemelha a um grande cemitério, tem como objetivo trazer uma profunda reflexão sobre a questão do Holocausto, servindo como um meio educativo. Entretanto, mesmo sendo amplamente conhecido e com uma mensagem impactante, está se tornando normal encontrar pessoas correndo, sentando ou deitando nos blocos, fazendo acrobacias e malabarismos, brincando enquanto fazem poses para fotos ou *selfies* (figura 06).

Figura 06: Pessoas deitadas em um dos blocos de concreto do Memorial aos Judeus Mortos da Europa, em Berlim.



Fonte: Deutsche Welle - DW.

Disponível em: [https://static.dw.com/image/37194085\\_605.jpg](https://static.dw.com/image/37194085_605.jpg).

Além da descontextualização dos lugares dedicados à memória, destaca-se que o anseio pela volta ao passado e a afirmação da memória nacional significa para alguns “uma necessidade crescente de historicidade num mundo de obsolescência planejada, bem como no presente em eterna expansão da cultura de consumo” (HUYSSSEN, 2014, p.139). Ainda, há o temor “que a ubiquidade do discurso sobre a memória, no público e na mídia, ameace o conhecimento histórico objetivo, eliminando as barreiras entre passados inventados e o presente vivido” (HUYSSSEN, 2014, p.139). Dessa maneira, ressalta-se a linha tênue entre apresentar a memória na indústria cultural de maneira a evidenciá-la e agir em prol de sua perpetuação para as próximas gerações e utilizar dessa memória para fins de mercado, afinal “a própria memória pode tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreados” (HUYSSSEN, 2014, p.139).

## **2.2 Reafirmação e ressignificação de um trauma cultural através dos lugares de memória**

A partir da constante preocupação com o esquecimento e uma possível repetição de acontecimentos históricos traumáticos por meio deste, lugares de memória ganharam espaço gradualmente na realidade social e cultural. Para além de apenas apresentar, e

eternizar momentos emblemáticos da história de uma nação, esses locais são instrumentos simbólicos poderosos, que podem funcionar para a conscientização popular sobre acontecimentos marcantes na sociedade. Além da valorização da memória, o sentimento de fazer justiça é um fator importante na criação desses locais, que reafirmam a necessidade de corrigir e compensar erros cometidos. Assim, eles desempenham um papel importante na sociedade: uma prova materializada e que, a princípio, tem como objetivo apresentar um acontecimento histórico traumático que não deve nunca mais ser repetido.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los (NORA, 1993, p.13).

Indo além, Pierre Nora<sup>52</sup> (1993) ressalta que se a sociedade vivesse verdadeiramente as lembranças que esses locais evocam, eles não teriam utilidade. Porém, o constante medo do esquecimento impulsiona a existência desses espaços, que consistem em

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semioficiais e institucionais, semiafetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica (NORA, 1993, p.14).

Dessa maneira, através da valorização da memória e da memória traumática, lugares dedicados especificamente para tratar de temáticas sensíveis começaram a ganhar espaço na esfera cultural. Museus, memoriais e museus memoriais são as nomenclaturas geralmente utilizadas para essas instituições. O termo “museu”, entretanto, ainda é a mais comum nessas situações, mas vem se tornando cada vez mais usual perceber definições como “memorial” ou “museu memorial”.

No caso dos museus, a transmissão da memória traumática se encaixa em sua própria definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovada em 2022, segundo a qual os museus, dentre outras coisas, “proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento” (ICOM, 2022).

---

<sup>52</sup> Pierre Nora é um historiador francês e grande contribuinte no campo da memória. Dentre seus trabalhos, destaca-se a organização do livro sobre o conceito de “lugares de memória”, que lhe rendeu, em 1993, o prêmio Gobert.

Considerando que as instituições museais buscam gerar reflexão ao visitante – bem como partilhar conhecimento através da fruição em suas exposições, utilizando-se, assim, de um caráter educativo – o museu encaixa-se perfeitamente como instituição capaz de tratar de temas ligados à memória traumática. Ainda sobre isso, a museóloga francesa Mathilde Bellaigue<sup>53</sup> aponta que:

O museu oferece ao visitante uma experiência de memória. Memória íntima e memória coletiva não se opõem, podem conjugar-se para dar uma percepção polissêmica do real no tempo e no espaço, propondo à sensibilidade e à imaginação uma aproximação possível com a aura das coisas. Partindo de diversos exemplos de diferentes naturezas, tentamos ver de que maneira a memória pode trabalhar e sugerimos que o museu não é de nenhum modo um lugar de armazenamento, mas que se encontra numa ‘linha de passagem’ que faz da recordação um documento válido para o futuro. A memória e o museu resistem tanto à ruína do mundo como à afluência supérflua das imagens sem sentido (BELLAIGUE, 1997, p.71).

Contudo, considerando a natureza plural dos museus, não sendo destinados necessariamente à apresentação de acontecimentos marcantes e/ou traumáticos específicos de uma sociedade, os termos “memoriais” e “museus memoriais” assumiram mais protagonismo no âmbito cultural.

A definição do termo “memorial”, entretanto, ainda é incerta. Segundo João Barcellos (1999), historiador brasileiro, a identidade conceitual da palavra não é bem definida, tampouco debatida, sendo tratada de forma muito similar aos museus. A própria nomenclatura é fator de confusão, visto que “memorial” pode ser tanto uma instituição com espaços para exposições, como um monumento construído ou um local dedicado exclusivamente à preservação da memória de um acontecimento histórico. Assim, um memorial nem sempre consiste em um local onde são realizadas práticas expositivas de museologia. De maneira geral, o historiador social Gunter Axt explica que

Originalmente, nos Estados Unidos, por exemplo, memorial indicava um patrimônio de pedra e cal, geralmente em um espaço público destinado a emular ou enaltecer alguma figura de escol, de impacto na história nacional, ou a recordar o marco físico e simbólico de uma conquista, ou alguma tragédia, ou evento brutal, como os mortos na Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, etc. (AXT, 2012, p.65).

No caso dos “museus memoriais”, a socióloga Amy Sodaro<sup>54</sup> aponta que sua emergência ocorreu como uma “resposta à violência e às atrocidades do século XX”,

---

<sup>53</sup> Mathilde Bellaigue, museóloga e conservadora francesa, é membro ativo e de destaque na história do ICOM e do ICOM, sendo referência no campo e autora de diversos trabalhos com temáticas como museologia experimental e memória,

<sup>54</sup> Amy Sodaro é PhD em Sociologia e mestre em estudos liberais pela New School, tendo lecionado sociologia, estudos culturais e estudos de genocídio na mesma instituição e na William Paterson University, em Nova Jersey. Ainda, seu estudo tem como ênfase: memória e memorialização da violência e da atrocidade.

tendo como objetivo “traduzir o sofrimento do passado em compromissos éticos para criar um futuro melhor por meio da educação e da comemoração” (2018, p.4, tradução nossa<sup>55</sup>). Nesse sentido, os museus memoriais são derivados da mudança da relação da sociedade com o passado, deslocando-se “da ênfase comemorativa – e muitas vezes esquecida – do estado-nação do século XIX em triunfos passados, para um esforço reflexivo para chegar a um acordo com o legado negativo do passado” (SODARO, 2018, p.4, tradução nossa<sup>56</sup>). Ainda, ressalta-se que tais espaços visam sanar as expectativas políticas e morais demandadas por uma sociedade que muitas vezes carrega um sentimento de culpa.

Museus memoriais focados em violência passada, atrocidades e abusos de direitos humanos refletem uma demanda hoje de que aqueles dias mais sombrios da história humana não sejam apenas preservados, mas musealizados e interpretados de uma maneira amplamente acessível ao público presente e futuro. Eles fazem parte da tendência cada vez maior de “*dark tourism*” e refletem uma mudança significativa no final do século XX na forma como sociedades, nações e grupos comemoram a violência do passado (SODARO, 2018, p. 3, tradução nossa<sup>57</sup>).

Dessa forma, para Amy Sodaro, os museus memoriais se constituem em “centros de educação, pesquisa, documentação e divulgação da verdade que podem expandir a sociedade amplo conhecimento sobre os contextos e situações em que ocorrem violências e injustiças” (2018, p.4, tradução nossa<sup>58</sup>). Buscam, ainda, sensibilizar seus visitantes moralmente, através de “estratégias experienciais, interativas e afetivas para proporcionar aos visitantes um encontro impactante com o passado e inspirar empatia neles” (SODARO, 2018, p.4, tradução nossa<sup>59</sup>). Logo, seu papel institucional está atrelado profundamente ao caráter educacional, uma característica comum à concepção tradicional de museu, porém, nesse caso, busca-se dialogar diretamente com a percepção moral do visitante.

Ao longo do século XX, o paradigma da memorialização evoluiu, e as novas formas culturais de lembrança não são como suas predecessoras que pontilham a paisagem memorial do final do século XIX – lembretes triunfantes das glórias do Estado-nação. Em vez disso, esses novos memoriais destinam-se a lembrar e ensinar as lições dos horrores de

<sup>55</sup> “*response to the violence and atrocities of the twentieth century*”; “*translate the suffering of the past into ethical commitments to creating a better future through education and commemoration*”.

<sup>56</sup> “*from the nineteenth-century nation-state’s celebratory—and often forgetful—emphasis on past triumphs, to a reflective effort to come to terms with the negative legacy of the past*”

<sup>57</sup> “*Memorial museums focused on past violence, atrocity, and human rights abuses reflect a demand today that those darkest days in human history are not only preserved but musealized and interpreted in a way that is widely accessible to present and future audiences. They are part of the ever-growing trend of “dark tourism”<sup>1</sup> and reflect a significant shift in the late twentieth century in how societies, nations, and groups memorialize past violence*”.

<sup>58</sup> “*They also serve as centers for education, research, documentation, and truth-telling that can expand society-wide knowledge about the contexts and situations in which violence and injustice occur*”.

<sup>59</sup> “*They further seek to morally educate their visitors, using experiential, interactive, and affective strategies to give visitors an impactful encounter with the past and inspire empathy in them*”.

conflitos passados, violência e genocídio, para garantir que aquilo que a sociedade mais gostaria de esquecer nunca seja esquecido. E eles parecem, de fato, ser cada vez mais globais em forma e conteúdo (SODARO, 2018, p. 13, tradução nossa<sup>60</sup>).

Essas instituições, segundo Sodaro (2018), estão cercadas pela necessidade de enfrentar o passado para, enfim, poder seguir em frente. E foi por meio desse retorno a eventos traumáticos que novas formas comemorativas foram criadas, visando “expressar uma relação mais ambígua com a violência do passado e aplicar suas lições para o fortalecimento de uma cultura baseada em valores democráticos como a liberdade, a tolerância, os direitos humanos e a prevenção de violência futura” (SODARO, 2018, p.4, tradução nossa<sup>61</sup>).

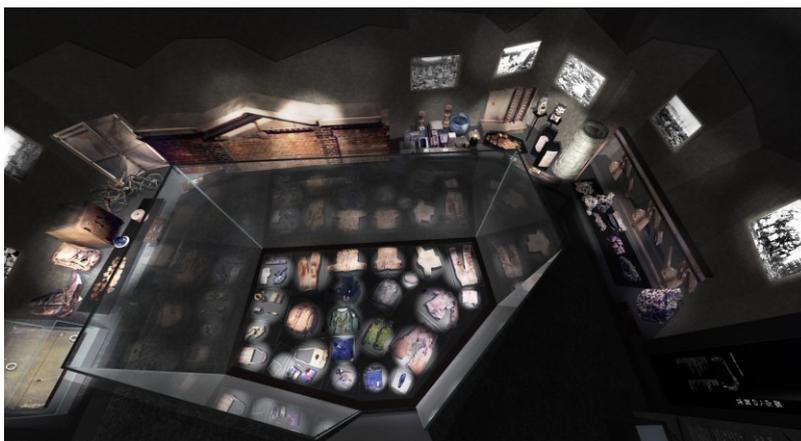
O *Hiroshima Peace Memorial Museum* (figura 07) teve o início de sua concepção em 1949, cerca de quatro anos após os bombardeios atômicos nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, e do final da Segunda Guerra Mundial. Sua inauguração ocorreu em 1955 e foi considerado, em 2006, como a primeira propriedade cultural nacional importante após a Segunda Guerra. A instituição dedica cinco de suas seis exposições permanentes para contar a história de Hiroshima antes e depois de ser bombardeada pelos Estados Unidos no dia 6 de agosto de 1945, abordando profundamente o trauma enfrentado pela cidade. A única exposição permanente que não está inteiramente relacionada ao bombardeio visa explicar a existência das bombas atômicas de modo geral, sua história, desenvolvimento, uso e abolição. Denota-se, então, o caráter educativo do Museu Memorial.

---

<sup>60</sup> *“Throughout the twentieth century, the paradigm of memorialization has evolved, and the new cultural forms of remembrance are not like their predecessors that dot the memorial landscape of the late nineteenth century—triumphant reminders of the glories of the nation-state. Rather, these new memorials are intended to remember and teach the lessons of the horrors of past conflicts, violence, and genocide, to ensure that that which society might most like to forget is never forgotten. And they appear, indeed, to be increasingly global in form and in content”.*

<sup>61</sup> *“[...] express a more ambiguous relationship to the violence of the past and apply its lessons to the strengthening of a culture based on democratic values like freedom, tolerance, human rights, and the prevention of future violence”.*

Figura 07: *Hiroshima Peace Memorial Museum*.



Fonte: *Hiroshima Peace Memorial Museum*

Disponível em: [https://hpmuseum.jp/uploads/zone/00000000007\\_b9b0ea0f2a38f2349743d5c2993c1016.jpg](https://hpmuseum.jp/uploads/zone/00000000007_b9b0ea0f2a38f2349743d5c2993c1016.jpg).

É sabido que o período após a Segunda Guerra foi fundamental no âmbito do debate sobre a memória e a importância da rememoração sobre o conflito. Porém, como destacado por Andreas Huyssen, a política dos memoriais se fundamentou após a queda do Muro de Berlim, na década de 1990, através de três fatores:

[...] o discurso sobre o Holocausto e debates públicos mais intensos sobre o 50° e o 60° aniversários de eventos relacionados com a Segunda Guerra Mundial; as transições para a democracia, após o colapso dos regimes de terrorismo de Estado na América Latina e do apartheid na África do Sul; e a recorrência da limpeza étnica e do genocídio, na atualidade, nos Bálcãs e em Ruanda (HUYSSSEN, 2014, p.139).

No Ocidente, Andreas Huyssen coloca que a “dimensão política da comemoração foi acompanhada [...] por uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado, através de ondas de nostalgia e moda retrô” (HUYSSSEN, 2014). Nesse sentido, percebe-se que a questão da valorização da memória abrangeu novos horizontes, trazendo de volta, por exemplo, moda retrô que havia tempos não estava mais em foco. Todavia, ressalta-se que os lugares dedicados a esse tipo de memória de traumas históricos também ganharam mais espaço no Ocidente, sendo valorizada, cada vez mais, a importância de abordar assuntos que antes não tinham tanta exposição e que permaneciam ocultos do espaço de debate público.

No Brasil, pode-se destacar o Museu da História da Inquisição (figura 08), situado em Belo Horizonte, Minas Gerais, inaugurado em 2012. A instituição aborda perseguições e assassinatos ocorridos no Estado, bem como no restante do Brasil e

também no mundo. O Museu é pioneiro em apresentar as influências judaicas na cultura brasileira, mostrando um assunto que é escasso até mesmo nos livros oficiais da história brasileira. Em entrevista, Marcelo Miranda Guimarães, diretor-presidente e um dos fundadores do Museu, deixa claro que a Instituição conta o aspecto histórico, social e moral para combater a intolerância, bem como destaca o aspecto educacional, visando proporcionar uma sociedade melhor e mais tolerante (Prefeitura de Belo Horizonte, 2017). Percebe-se, então, características do movimento de retorno ao passado e enfrentamento de memórias traumáticas.

Figura 08: Museu da Inquisição



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-cantos-museu-da-historia-da-inquisicao>.

Ainda, no que tange aos lugares de memória, Aleida Assmann traz a seguinte problemática:

Os locais da recordação remodelados em memoriais e museus estão sujeitos a um paradoxo profundo: a conservação desses locais em favor da autenticidade significa inegavelmente uma perda de autenticidade. Enquanto se preserva o local, também não se pode evitar ocultá-lo e substituí-lo. Apenas uma pequena parte do acervo pode ser preservada como representativa, e também nesse tipo de prédio é preciso reformar e substituir as partes em ruínas. Com o tempo, a autenticidade se retrairá, passará dos elementos remanescentes ao "aqui" da localidade. Quem dá muita importância à força memorativa do local corre o risco de confundir o local memorativo remodelado, o local dos visitantes, com o local histórico, o local dos prisioneiros (ASSMANN, 2011, p.354).

A questão levantada remete ao caso do Paradoxo do Navio de Teseu, publicado pela primeira vez pelo filósofo grego Plutarco. O Paradoxo consiste na história do retorno de Teseu após uma viagem marítima que exigiu a substituição, de forma gradual, das tábuas que compunham a estrutura do navio – trocando as tábuas desgastadas por tábuas novas ao longo da viagem. Quando a tripulação, finalmente retornou todas as

tábuas já haviam sido trocadas, não existindo mais nenhuma original. A partir disso, questionava-se se os viajantes retornaram no mesmo navio que haviam embarcado e se a resposta de alguém poderia mudar caso o navio contivesse uma ou duas tábuas originais.

Acerca desse paradoxo, o filósofo Georges Didi-Huberman<sup>62</sup> levantou questionamentos similares quando realizou uma viagem ao campo de concentração de Auschwitz, agora chamado *Memorial and Museum Auschwitz-Birkenau*. Ao observar duas cercas de arame farpado da instituição, Didi-Huberman percebeu que seus estados de conservação estavam diferentes – uma estando enferrujada e outra com aspecto de ter sido instalada recentemente. Sobre isso, o filósofo pondera: “significa que Auschwitz como ‘lugar de barbárie’ (o campo) instalou os arames farpados do fundo nos anos 1940, ao passo que os do primeiro plano foram dispostos por Auschwitz como ‘lugar de cultura’ (o museu) bem mais recentemente” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 22). Entre as possibilidades da cerca ter sido inserida como uma forma de orientar os visitantes ou de realmente ser uma maneira de “restaurar” uma cerca antiga, Didi-Huberman aponta que consistem “em duas temporalidades terrivelmente disjuntas, duas gestões bem diferentes da mesma parcela de espaço e de história” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 22).

Após a Guerra, a perplexidade de parte da sociedade diante das atrocidades ocorridas foi tornando, gradualmente, os campos de concentração remanescentes em locais de profunda significação. Com o objetivo claro de serem a história materializada, tais espaços congelam os acontecimentos no tempo, eternizando-os e servindo como lembrança e reflexão sobre fatos e atitudes. Entretanto, uma nova perspectiva cultural desdobra-se em novos debates sobre como preservá-los devidamente, mantendo sua autenticidade, conciliando com sua nova posição na indústria cultural.

### **2.3 A salvaguarda da memória: as instituições culturais dedicadas ao Holocausto e à Shoah**

A profunda relação entre os judeus e o esforço em preservar as recordações de seu povo não são uma novidade quando considerada a tradição da passagem dessa memória de geração em geração, desde os primórdios. Todavia, após os acontecimentos da Segunda Guerra, lidar com essa memória traumática tornou-se um desafio. O cientista

---

<sup>62</sup> Georges Didi-Huberman é um filósofo, professor e historiador e crítico da arte francês. É autor de diversos livros e tem a imagem como objeto de estudo. Ainda, foi responsável pela produção de obras que permeiam a temática do Holocausto.

social Jean-Michel Lecomte<sup>63</sup> (2001) aponta que, com o final da guerra os judeus que haviam sobrevivido aos campos de extermínio sentiram-se culpados diante das pessoas que haviam morrido nas câmaras de gás – ainda mais considerando que, muitas vezes, para que pudessem sobreviver, alguns haviam agido de maneira que poderia ser vista como egoísta, como “pecado” ou “ofensa” às demais vítimas. Dessa maneira, muitos judeus sobreviventes mantinham seus testemunhos em segredo e buscavam levar a vida como cidadãos comuns, chegando a esconder o que haviam passado até mesmo para os próprios familiares.

Antes pertencente a uma realidade universal de caos, o sobrevivente agora deveria se reconectar ao mundo que lhe havia sido cortado há anos. Porém, assim como a sensação de culpa por ter sobrevivido, este também deve ser considerado um aspecto secundário na retenção dessas histórias (REISS, 2018, p.47).

Na realidade, o sentimento de inferioridade dos sobreviventes para com os seus próprios antepassados teria tido um peso determinante, sendo “o principal motivo do silêncio inicial [...] o que o sobrevivente [...] Israel Gutman chamou de ‘Maldição da Diáspora’” (REISS, 2018, p.47). Com o recém-criado Estado de Israel<sup>64</sup>, os judeus que haviam escapado do Holocausto foram vistos com certo pré-julgamento, a partir da ideia de que teriam se submetido facilmente aos nazistas, diferentemente dos judeus da época Diáspora (REISS, 2018). E, seguindo essa concepção de reconhecer àqueles que agiram como “heróis”, os primeiros movimentos de reconhecimento da memória do Holocausto preocupavam-se em honrar os judeus que resistiram, envolvendo-se em revoltas<sup>65</sup> durante o período.

Em suma, houve no início um rechaço brutal pelo tema da passividade judaica e um enfoque central exclusivo nas histórias (minoritárias) de resistência armada. A sociedade israelense, que passara recentemente pelas lutas e glórias da Independência e de sua guerra de sobrevivência, se via como seguidora fiel dos heróis que lutaram nos guetos e nas florestas (REISS, 2018, p.53).

<sup>63</sup> O francês Jean-Michel Lecomte é cientista social e autor de trabalhos sobre a *Shoah*, ressaltando-se “*Enseigner l’Holocauste au XXI<sup>e</sup> siècle*” (Ensinando o Holocausto no século XX).

<sup>64</sup> Poucos meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, no dia 24 de outubro de 1945, a ONU foi criada com o objetivo de trabalhar em função da manutenção da paz, sendo sucessora da antiga Liga das Nações. A ONU chegou a sugerir, anos mais tarde, a criação de Estados árabes e judeus na Terra de Israel, o que daria fim à dominação britânica no local. Entretanto, um dia após a criação do Estado de Israel, no dia 15 de maio de 1948, a região foi invadida por cinco países árabes, acarretando na Guerra de Independência. O evento durou de maio de 1948 a julho de 1949, ano em que Jerusalém foi dividida entre Israel e Jordânia, e em que Israel passou a fazer parte da ONU como o 59º membro.

<sup>65</sup> Durante a Segunda Guerra, algumas revoltas lideradas por judeus eclodiram na Europa, sendo “O Levante de Varsóvia”, provavelmente, o mais conhecido. No dia 19 de abril de 1943, quando soldados alemães entraram no gueto de Varsóvia, na Polônia, para encaminhar mais judeus para campos de concentração, uma revolta foi iniciada por cerca de seiscentos e cinquenta judeus. Mesmo com pouco armamento e consideravelmente enfraquecidos – pela fome e por doenças –, os combatentes resistiram por quase um mês, tendo o levante chegado ao fim no dia 16 de maio. Como resultado, mais de cinquenta e seis mil judeus foram capturados, sendo aproximadamente sete mil assassinados a tiros e o restante enviado para os campos (USHMM, s/d).

Foi com esse anseio de reconhecer os esforços e heroísmos de alguns judeus que foi criado, em 1949, em Israel, o *Beit Lohamri Haguetaot* (mais conhecido por “*Ghetto Fighters’ House*”, ou, em português, “A Casa dos Combatentes do Gueto”), considerado como o primeiro museu referente ao Holocausto. Todavia, esse museu difere dos museus sobre o Holocausto existentes atualmente, visto que “não era um espaço de memória voltado às vítimas ou à própria memória da Shoá, e sim um local que possuía em sua centralidade as diferentes manifestações de luta armada judaica e não judaica” (REISS, 2018, p.55). Reforça-se, então, a dura realidade dos demais sobreviventes que por muito tempo ficaram invisíveis e tiveram suas histórias mantidas em segredo. Nesse sentido, “nos anos 1950 em Israel, viviam centenas de pessoas com números tatuados no braço, mas em suas casas reinava um profundo silêncio” (REISS, 2018, p.51).

Figura 09: *Ghetto Fighters’ House*, em Israel.



Fonte: Efrat-Kowalsky Architects - EK A.

Disponível em: <https://www.efrat-kowalsky.co.il/public-projects/ghetto-fighters-house-museum>.

Tornando a situação ainda mais delicada, o silêncio pós-Holocausto também atingiu os não-judeus. A busca pela retomada da vida e a vontade de esquecer os acontecimentos tomaram conta da população geral nos anos posteriores à guerra, uma vez que muitos civis acabaram sentindo-se culpados por terem se mantido passivos diante de todo o episódio. Em meio a isso, “colaboradores, traficantes e informantes tentaram freneticamente serem esquecidos, assim como um bom número de funcionários, principalmente na polícia e no judiciário” (LECOMTE, 2001, p.112, tradução

nossa<sup>66</sup>). Esse silêncio se propagou pela Europa e chegou a dificultar a divulgação dos trabalhos que começaram a ser produzidos por testemunhas oculares, como Primo Levi, que teve dificuldade em achar uma editora para publicação de textos sobre o assunto (LECOMTE, 2001).

Segundo Carlos Reiss (2018), os primeiros trinta anos pós-guerra trilharam um caminho lento e doloroso até que os educadores de todo o mundo comessem a discutir sobre a necessidade, a metodologia e o conteúdo do ensino do Holocausto, considerando essencial “que as lembranças e as experiências traumáticas deixassem a exclusiva carga emocional e passassem por um processo de reconstrução e remodelação para o formato de memória e, posteriormente memória coletiva (primeiro judaica/particular, depois universal)” (REISS, 2018, p.39). Assim, as lembranças traumáticas deveriam ser transformadas em memória, considerando que

A lembrança é uma evocação ingênua do nosso passado, a capacidade humana para reter e guardar o tempo que já se foi, salvando-o da perda total. Já a memória possibilita que cultivemos esse mesmo tempo que passou, mas também permite que projetemos o futuro - já que sem ela não poderíamos ter consciência do tempo e tampouco da nossa identidade (REISS, 2018, p.40).

Enfim, “na década de 1980, a memória do Holocausto entrou de maneira mais ampla na esfera pública, articulada com projetos locais e regionais de história oral com a ascensão da literatura do testemunho e, em especial, com o cinema e a televisão” (HUYSSSEN, 2014, p.134). Desse modo, os acontecimentos passaram a ganhar destaque expressivo no panorama global, principalmente considerando que “os filmes e os seriados de televisão sobre o Holocausto e o Terceiro Reich, combinados com importantes aniversários históricos, obtiveram audiências maciças e criaram um aumento explosivo da memória popular [...]” (HUYSSSEN, 2014, p.134). Porém, juntamente com a difusão da informação por meio das mídias contemporâneas, percebeu-se a necessidade de atrair as novas gerações para apresentar essa memória, agora universalizada.

O Holocausto passou a ser uma empreitada museológica, na medida em que a geração que o tinha vivenciado e testemunhado foi desaparecendo, e visto que as gerações mais novas só conhecem “o Holocausto” em segunda ou terceira mão, por meio de imagens, filmes e documentos (HUYSSSEN, 2014, p.135).

Dessa maneira, não é surpresa o fato de que grande parte das instituições museológicas dedicadas à memória do Holocausto e/ou da *Shoah* que foram sendo criadas tenham diversos projetos voltados à difusão desses testemunhos, reforçando o papel educativo intrínseco aos museus. E, acompanhando os efeitos da globalização, “a

---

<sup>66</sup> “*Collaborators, traffickers and informers all frantically endeavoured to be forgotten, as did a fair number of officials, particularly in the police and the judiciary*”.

cultura memorial do Holocausto tornou-se cada vez mais internacional na década de 1990, o que resultou em vários projetos espetaculares de museus” (HUYSSSEN, 2014, p.135). Com isso, museus sobre o Holocausto e/ou *Shoah* passaram a ter o design de exposição como ferramenta importante nesse processo de divulgação da memória.

Atualmente, existem ao menos cinquenta e duas instituições dedicadas especifica e prioritariamente ao Holocausto (anexo II) – seja referente ao Holocausto em sua totalidade, ou particularmente à *Shoah*. Os Estados Unidos aparecem como o país com maior número de instituições, sendo seguido por Israel e pela Polônia. No total, vinte e sete países possuem ao menos uma instituição dedicada exclusivamente à memória dos horrores ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, o que corresponderia a aproximadamente 13,9% de países no mundo.

O Brasil conta com três instituições culturais dedicadas à memória do Holocausto: o Museu do Holocausto, em Curitiba (2010); o Memorial do Holocausto, em São Paulo (2017); e o Memorial do Holocausto, no Rio de Janeiro, sendo a mais recente inaugurada em janeiro de 2023 e estando localizado no Parque Yitzhak Rabin, também conhecido como Morro do Pasmado. O local abriga um monumento a céu aberto de vinte metros de altura, inaugurado em 2020 e composto por dez blocos que representam os dez mandamentos e tendo o sexto, “não matarás”, como base (figura 10). A exposição do Memorial do Holocausto do Rio de Janeiro situa-se no subsolo da praça, abaixo do monumento (figura 11).

Figura 10: Monumento em homenagem às vítimas do Holocausto



Fonte: Fotografia da autora (2023)

Figura 11: Exposição do Memorial do Holocausto do Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia da autora (2023)

No entanto, a primeira instituição criada com tema voltado principalmente à reflexão sobre a perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra no Brasil foi o Museu do Holocausto de Curitiba (figura 12). Fundado em 2010, o museu localiza-se no bairro Bom Retiro, em Curitiba, compondo um complexo arquitetônico que abriga também as sedes da Comunidade Israelita do Paraná, da Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann e da nova Sinagoga *Beit Yaacov*.

Figura 12: Exposição no Museu do Holocausto de Curitiba.



Fonte: Portal Comunicare.

Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/museu-intensifica-acoes-aos-75-anos-do-holocausto/>.

A museóloga Daniela Coelho<sup>67</sup> enfatiza que “o Museu do Holocausto de Curitiba constitui-se numa instituição cultural e educacional, com atuação no campo da história dedicada à pesquisa, preservação e comunicação da memória e história do Holocausto” (2015, p.193), e sua atuação para que esses objetivos sejam alcançados pode ser percebida nos diversos eventos, palestras e cursos oferecidos pelo Museu. A instituição atua ativamente nas redes sociais, compartilhando tanto informações sobre suas exposições, como indicando artigos acadêmicos, livros e filmes sobre a temática do Holocausto.

Sete anos após a criação do Museu em Curitiba, foi a vez da capital paulista sediar uma instituição dedicada ao tema: o Memorial do Holocausto de São Paulo.

---

<sup>67</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Daniela Vicedomini Coelho é mestre e doutora em museologia pela Universidade Lusófona, em Lisboa. Em sua dissertação de mestrado, tratou do Museu do Holocausto de Curitiba, o primeiro da temática no país.

## **CAPÍTULO 3**

# **EXPOGRAFIA E MEMÓRIA NARRADA: UM OLHAR ATRAVÉS DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO**

### 3 EXPOGRAFIA E MEMÓRIA NARRADA: UM OLHAR ATRAVÉS DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO

Situado na capital do estado de São Paulo, o Memorial do Holocausto fica no interior da Sinagoga *Kehilat Israel*, fundada em 1912 no bairro do Bom Retiro. Foi a primeira sinagoga criada no estado de São Paulo pela comunidade judaica local<sup>68</sup>, sendo a maioria dos membros imigrantes da Bessarábia, que tinham como hábito a reza em *shtiblech* (pequenas casas). Em 1912, um sobrado foi comprado pelos membros dessa comunidade na esquina da Rua da Graça com a, então, Rua Correia dos Santos (atualmente, Rua Lubavitch). A partir disso, segundo a museóloga Adriana Bialski<sup>69</sup> (2022), iniciou-se uma vida judaica comunitária intensa, servindo de referência por muitos anos para os judeus que chegavam à cidade, sendo um local de reza, onde também funcionavam uma biblioteca e uma escola. A instituição abrigava, ainda, em seu porão, imigrantes recém-chegados, que oferecia cozinha e dormitório, até que conseguissem trabalho (BIALSKI, 2022). Por conta da remodelação do bairro do Bom Retiro na década de 1940, as edificações antigas foram derrubadas e substituídas por novas, sendo apenas em 28 de novembro de 1954 que a sinagoga lançou sua pedra fundamental, tendo sua inauguração ocorrido três anos mais tarde. O local passaria, mais tarde, a abrigar dois espaços musealizados.

Tendo em vista a diminuição da frequência, motivada pela transferência contínua a partir dos anos 1950 de boa parte da comunidade para bairros como Higienópolis, Jardins, Morumbi, Pinheiros, Moema, Itaim Bibi, entre outros, e ainda pela preocupação com a preservação da memória judaica, surge a ideia do estabelecimento de um museu ocupando o imóvel centenário da sinagoga Kehilat Israel. Os trabalhos de restauração foram iniciados em 2012 (BIALSKI, 2022, p.18).

Entre 2012 e 2016, o espaço passou por reformas, culminando com a inauguração do Memorial da Imigração Judaica no dia 23 de fevereiro, como aponta o historiador Otávio Balaguer (2019). Anos mais tarde, em novembro de 2017, foi inaugurada a exposição destinada à rememoração do Holocausto do povo judeu, ocorrido na Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, a instituição passa a utilizar, a partir de 2018, o nome “Memorial da Imigração Judaica e do Holocausto” (BALAGUER, 2019). A Instituição também se apresenta como “museu”, estando registrada no Cadastro Nacional de Museus (CNM). Logo, enquanto ainda apenas Memorial da Imigração Judaica,

---

<sup>68</sup> Imigrantes judeus da Europa Oriental e Ocidental e do Oriente Médio formaram comunidades estruturadas nas principais cidades do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e Salvador (CONIB, s/d).

<sup>69</sup> Adriana Bialski é graduada em Economia e mestre em estudos judaicos pela Universidade de São Paulo (USP), além de possuir especialização em museologia, cultura e educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ainda, foi voluntária no Museu Judaico e coordenadora do Memorial do Holocausto de São Paulo.

considerando seu pioneirismo na temática e sua autodefinição como instituição museal, consistiu no primeiro museu judaico da cidade de São Paulo, e seguiu seu pioneirismo na capital com a inauguração do terceiro andar do prédio, dedicado, especificamente, ao Holocausto, tornando-se o primeiro memorial-museu abordando essa temática na cidade (BALAGUER, 2019). Em 2021, a sinagoga *Kehilat Israel* “passou a fazer parte do Departamento do Histórico (DPH) da Prefeitura de São Paulo, o que se justifica pelo marco que ela representa como ponto de partida da vida comunitária na cidade” (BIALSKI, 2022, p.17).

Figura 13: Fachada da Sinagoga *Kehilat Israel*, na capital paulista.



Fonte: Fotografia da autora (2022)

No que tange às exposições, o Memorial contém quatro andares visitáveis. O espaço do subsolo (figura 14) aborda a presença judaica no Brasil, destacando os pontos: ofícios dos imigrantes judeus, a imprensa judaica no país, personalidades de destaque na sociedade brasileira e a relação do bairro paulista de Bom Retiro com os imigrantes judeus. No espaço também são realizadas exposições temporárias, como a mostra “Como foi humanamente possível”, desenvolvida pelo *Yad Vashem*. Por fim, é nesse andar que está situada a loja da instituição, bem como uma lanchonete.

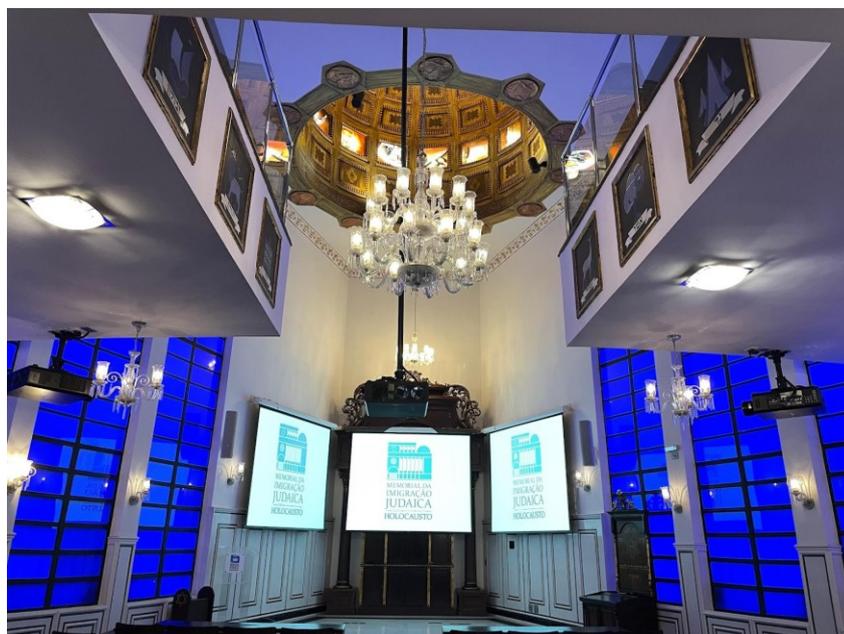
Figura 14: Exposição presente no subsolo do Memorial do Holocausto



Fonte: Fotografia da autora (2022).

No térreo está a sinagoga (figura 15), que é aberta à visitação e que abriga diversos eventos promovidos pela Instituição. Do lado de fora, são expostos documentos, fotos e objetos referentes à história da edificação e dos imigrantes judeus.

Figura 15: Sinagoga *Kehilat Israel*.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Localizado no primeiro andar do prédio, o Memorial da Imigração Judaica tem como temática o ciclo da vida judaica (figura 16), bem como aspectos de seu cotidiano e tradições. São abordados momentos sociais importantes, como nascimentos, maioridade religiosa<sup>70</sup>, casamento e falecimento, além de apresentar costumes, festas, rituais e comidas típicas presentes no calendário judaico. São utilizados diversos vídeos, fotos, objetos e recursos cenográficos no ambiente da exposição, que possui grande parte de objetos originais doados por membros da comunidade judaica. Neste andar também é possível ter acesso à galeria superior da sinagoga, onde são expostas obras de arte.

Figura 16: Exposição do Memorial da Imigração Judaica.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

No segundo, e último, andar da instituição fica situado o Memorial do Holocausto (figura 17), espaço destinado exclusivamente para a apresentação dos horrores ocorridos durante um dos momentos mais sombrios da história, com o objetivo de preservar a memória dos cerca de seis milhões de judeus vitimados entre 1933 e 1945, período de vigência do Terceiro Reich. A exposição contém um circuito definido e seis estações<sup>71</sup> temáticas distribuídas no espaço.

<sup>70</sup> Aos treze anos para os meninos e aos doze para as meninas são realizados os Bar Mitsvá e Bat Mitsvá, respectivamente, que dão início a responsabilidade de seus atos e do cumprimento da Torá.

<sup>71</sup> Termo utilizado pela Instituição.

Figura 17: O Memorial do Holocausto.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

### 3.1 A exposição: Expografia, experiência e espaço

Ao adentrar o espaço de uma exposição, a primeira impressão do visitante pode ser determinante para a sua fruição no decorrer do trajeto. No Memorial do Holocausto, a primeira imagem com a qual o público tem contato é a reprodução dos portões de entrada do campo de concentração e extermínio de Auschwitz (figuras 18 e 19). A proposta da Instituição é que o visitante tenha sua primeira sensação de aflição e agonia ao atravessar, mesmo que simbolicamente, os portões do antigo campo, passando pela placa “*Arbeit macht frei*”<sup>72</sup>.

Figura 18: Entrada do Memorial do Holocausto.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 19: Entrada do campo de Auschwitz.



Fonte: USHMM (s/d).

Disponível em:

<https://onlinecal.ushmm.org/media/54ea7cb3-e160-4773-9787-f5a3b382eda0.jpg>.

<sup>72</sup> O trabalho liberta, em alemão.

Ao passar pelo portão cenográfico, o texto que abre a exposição reforça o objetivo da Instituição em disseminar e alertar sobre os acontecimentos que ocasionaram o genocídio oficial de milhões de judeus durante a Segunda Grande Guerra, que consiste em fio condutor de toda a exposição. O espaço busca mostrar os resultados trágicos do racismo, da intolerância, do preconceito e do ódio, com o texto inicial ressalta que “quando não se conhece a história, é possível que se repitam os mesmos erros, ainda que em circunstâncias e épocas diferentes”. Dessa maneira, “relembrar o Holocausto é unir forças para que este triste episódio da humanidade jamais volte a acontecer contra nenhum povo ou nação”, como texto inicia enfatizando.

É ainda nesse primeiro contato com a exposição que o visitante se depara com a primeira instalação, localizada no piso da galeria (figura 20). Por ocupar um espaço reduzido, o Memorial do Holocausto aproveitou o ambiente em sua totalidade, englobando até mesmo o piso na fruição do visitante. Nessa primeira situação, o público se coloca diante da representação de um(a) prisioneiro(a) indefeso(a) com roupas desgastadas.

Figura 20: Instalação no piso da entrada do Memorial do Holocausto



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Após essa cenografia, visando a conscientização dos visitantes através da divulgação de informações relevantes sobre o assunto, a primeira estação da exposição é composta por três grandes painéis (figura 21) que trazem o significado de alguns termos cruciais para o entendimento dos acontecimentos ocorridos no Terceiro Reich: “Genocídio”, “Antissemitismo” e “Holocausto”. A exposição apresenta ainda uma linha do tempo organizando cronologicamente os eventos importantes da época (figura 22), que culminam na perseguição e assassinato de membros da comunidade judaica de diferentes países europeus.

Figura 21: Painéis com definições de termos importantes para a compreensão do assunto.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

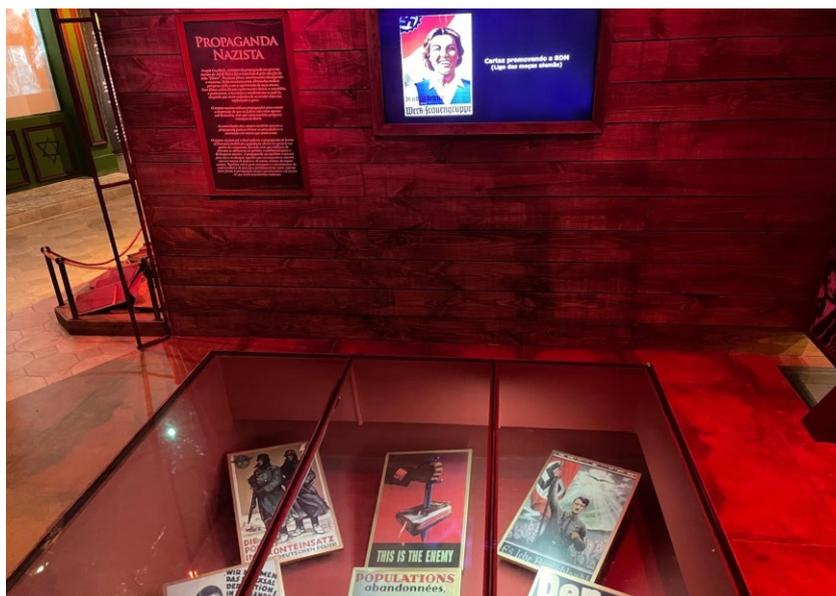
Figura 22: Linha do tempo sobre os acontecimentos marcantes do Holocausto.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Em seguida, o visitante é levado para a segunda estação, na qual são apresentadas informações sobre a propaganda nazista e o plano de Adolf Hitler de aniquilar o povo judeu e outros grupos considerados “inimigos do estado”, como doentes mentais, homossexuais e ciganos. Novamente, o assoalho é utilizado, sendo nele dispostos cartazes nazistas em línguas como inglês, alemão e francês, retratando situações como a opressão de judeus e a glorificação de Hitler (figura 23). Essa é, também, a primeira ocasião em que na exposição um suporte multimídia é utilizado, sendo reproduzido um vídeo com propagandas que circulavam durante o regime nazista.

Figura 23: Apresentação das propagandas nazistas



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Desde o início do percurso percebe-se que a exposição faz uso de recursos para enriquecer sua narrativa. No contexto museológico, a busca por maneiras de potencializar a experiência dos públicos nas exposições fez com que os suportes expográficos passassem a ganhar cada vez mais espaço. Desde o início da utilização de elementos tecnológicos – como suportes multimídia e telas interativas, a abordagens imersivas, como as instalações e cenografias – algumas instituições culturais vêm apostando em novos meios de apresentar exposições, seja para enriquecer suas narrativas, seja para atrair a atenção dos visitantes, adequando-se à contemporaneidade. Assim, tornou-se cada vez mais comum observar a presença de espaços interativos, mídias audiovisuais e efeitos sonoros. Quanto a isso, a designer Diana Lorentz reforça:

Em experiências sensoriais como as exposições, a informação que o visitante encontra é captada em tempo real, filtrada e colorida pelas suas próprias experiências e memórias. O que o visitante vê e ouve também tem impacto e, embora a função cognitiva associada ao processamento de informações seja importante por um lado, a capacidade de atrair e prender um visitante por meio da atenção visual e auditiva é igualmente importante (LORENTZ, 2006, p.74, tradução nossa<sup>73</sup>).

Na exposição em questão, a utilização de sonoplastia foi a forma encontrada para auxiliar na imersão proposta aos públicos, a partir de sua entrada pela réplica dos portões. Três músicas acompanham os visitantes durante todo o trajeto, sendo duas

<sup>73</sup> *In sensory experiences such as exhibitions, the information that the visitor encounters is taken on in real time, filtered and coloured by their own experiences and memories. What the visitor sees and hears also has an impact, and while cognitive function associated with information processing is important on one hand, the ability to attract and hold a visitor through visual and auditory attention is equally important.*

canções de ninar na língua *yiddish*<sup>74</sup> e uma música da trilha sonora do filme A Lista de Schindler. Intrínseco a isto, está o fato de o Memorial utilizar profusamente efeitos cenográficos, considerando que, como elucida o cenógrafo Élcio Rossini (2012), esta é mais que apenas um elemento decorativo, mas uma forma de apontar uma dimensão conceitual através da proposição de ritmos e ambientes por meio da organização do espaço, da iluminação e do som. Um exemplo disso é a presença ao longo do circuito de arames farpados na parte superior de todos os painéis (figura 24), dando a sensação desconfortante de se estar cercado.

Figura 24: Arames dispostos na parte superior dos painéis.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

A utilização da cenografia como auxílio expográfico nas exposições museológicas possibilita ampliar os meios de comunicação no espaço expositivo. Diferente da cenografia teatral tradicional, a professora de teoria espacial Thea Brejzek<sup>75</sup> afirma que “a cenografia contemporânea opera muito além do teatro em todas aquelas áreas do design espacial que nelas inscrevem elementos da *mise en scène*, da narratividade, da transformatividade e da medialidade” (BREJZEK, 2011, p.4, tradução nossa<sup>76</sup>). Nesse caso, a cenografia é compreendida “como uma prática que utiliza estratégias

<sup>74</sup> Língua que teve origem no alto alemão, durante o século IX, falada pelos judeus da Europa Central.

<sup>75</sup> Thea Brejek é professora de Teoria Espacial na University of Technology Sydney e co-diretora do programa de doutorado “Pensamento Espacial Crítico: Práticas Performativas e Espaços Narrativos em Design”, em colaboração com a Faculdade de Arquitetura da Technical University Berlin. Atuou como professora de cenografia da Zurich University entre 2007 e 2012.

<sup>76</sup> *Contemporary scenography operates far beyond the theatre in all those areas of spatial design that have inscribed onto them elements of the mise en scène, of narrativity, transformativity and medality.*

transdisciplinares na concepção de espaços performáticos na interface entre teatro, mídia, arquitetura e instalação” (BREJZEK, 2011, p.4, tradução nossa<sup>77</sup>). Assim, segundo a museóloga Ingrid Thomassen, “o papel da cenografia pode ser visto como a chave para ajudar na reflexão sobre produção e apresentação da exposição como um fator crítico para responder às expectativas de acesso do público do século XXI, como também democratizar as práticas museais” (THOMASSEN, 2017, p. 11, tradução nossa<sup>78</sup>).

O emprego da cenografia, de forma mais acentuada, pode ser observado na terceira estação da exposição, dedicada ao relato sobre a discriminação contra os judeus na Alemanha, abordando fatos como a queima de mais de 20 mil livros<sup>79</sup>, ocorrida em 1933, e a Noite dos Cristais, em 1938. Nesse setor, as cenografias de ambos os fatos são apresentadas ao visitante ao lado de outros recursos, como imagens e iluminação, visando ampliar a compreensão sobre tais acontecimentos. Na cenografia usada para representar a queima dos livros (figura 25), percebe-se a predominância da luz vermelha, simulando o fogo, projetada em cima dos exemplares, bem como sobre a imagem ao fundo do exato momento em que o ato era realizado. Já na cenografia referente à Noite dos Cristais é reproduzida uma loja da comunidade judaica como se houvesse sido atacada durante os acontecimentos da noite de 9 de novembro de 1938 (figura 26). Uma janela cenográfica foi utilizada como fundo para a projeção de fotos e vídeos sobre o evento histórico, combinando cenas reais das vitrines de comércios judaicos quebradas pelos nazistas. Próximo a ela, também estão disponibilizadas imagens, de forma que o público não necessite, obrigatoriamente, assistir ao vídeo integralmente para que os registros sobre o fato sejam interpretados.

---

<sup>77</sup> [...] as a practice that utilizes transdisciplinary strategies in the design of performative spaces at the interface of theatre, media, architecture and installation.

<sup>78</sup> [...] the role of scenography can be seen as a key to assist in reflecting upon exhibition production and presentation as a critical factor into answering 21st century audience access expectations, as well as democratizing museum practices.

<sup>79</sup> A queima de livros realizada pelos nazistas consistiu na tentativa de Adolf Hitler de “limpar” a literatura, destruindo qualquer obra que se desviasse dos padrões do partido.

Figura 25: Cenografia da queima de livros organizada pelo Regime Nazista.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 26: Cenografia da Noite dos Cristais.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Continuando o percurso, a estação seguinte destaca a humilhação sofrida pelos judeus nos guetos, como uma representação cenográfica (figura 27) que conta com dois manequins, um feminino e outro masculino, utilizando vestimentas típicas da época e da cultura judaica, porém, com a presença das estrelas de Davi na cor amarela presas às roupas. Essas estrelas passaram a ser utilizadas obrigatoriamente pelos judeus, em 1941, para distingui-los dos não judeus dentro da sociedade. Para compor o ambiente cotidiano dos guetos, o Memorial compôs o espaço com a imagem de uma cerca ao fundo, utilizando um poste de luz real. Para comportar essa cenografia, o Museu dividiu a área com a representação criada para reproduzir a queima dos livros, numa forma de aproveitar todo o reduzido espaço disponível do local (figura 28). O projeto de iluminação atua em conjunto com a divisória, auxiliando a construção de dois ambientes distintos. A museóloga Heloísa Couto (2016) destaca que a iluminação é de fundamental importância no espaço expográfico, sendo capaz de exercer grande influência no ambiente e na narrativa. Assim, no primeiro momento, o público se depara com o vermelho pujante que representa o fogo, mas logo em seguida é inserido em outro assunto com o auxílio de uma iluminação mais clara.

Figura 27: Cenografia sobre a segregação à comunidade judaica.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 28: Divisão criada entre duas cenografias.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Ainda na quarta estação, é abordado o saque realizado pelo Terceiro Reich aos museus da Europa, quando foram roubados diversos artefatos de valor e obras de arte (figura 29). Todavia, destaca-se que não foram roubados apenas objetos de instituições culturais, mas itens pessoais dos prisioneiros do Regime e de propriedades particulares dos países ocupados pelas forças nazistas. A movimentação de obras de arte durante o Reich foi algo sem precedentes, considerando-se a grande quantidade de bens furtados. Novamente, percebe-se o uso enfático da iluminação, que é utilizada para destacar as réplicas das pinturas saqueadas pelos nazistas.

Figura 29: Cenografia sobre os artefatos artísticos roubados pelo Reich.

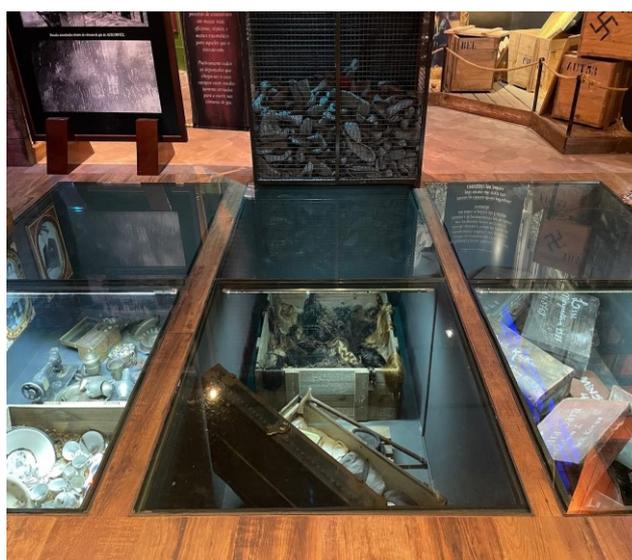


Fonte: Fotografia da autora (2022).

A quinta e penúltima estação da exposição é dedicada às deportações e à estadia dos prisioneiros nos campos de concentração e/ou extermínio, narrando desde a

chegada, quando eram forçados a abandonar todos seus pertences, rasparem o cabelo e trocaram suas roupas comuns por os uniformes listrados. A narrativa perpassa a rotina que os prisioneiros tinham nos campos, chegando até os últimos momentos de suas vidas, seja pela execução nas câmaras de gás, seja por morte derivada de outras formas. Para entrar nessa parte da exposição, o visitante precisa passar por cima das grandes vitrines instaladas no chão, que contém objetos que representam os bens que os prisioneiros haviam sido obrigados a abrir mão quando chegavam aos campos (figura 30).

Figura 30: Vitrines representando pertences de prisioneiros e o repositório de sapatos.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Parcialmente apoiado em uma das vitrines está um repositório repleto de sapatos, tendo como legenda o poema “Sapatos de Treblinka” (anexo III), de Moshe Schulstein, representando os mais de 800 mil pares de sapatos encontrados no campo de concentração de Treblinka. Em meio a eles, um par infantil na cor vermelha se destaca entre os demais, o único com cor vibrante (figuras 31 e 32). Aos familiarizados com a temática do holocausto e com as produções sobre o acontecimento, esse detalhe cenográfico assemelha-se a uma particularidade do filme *A Lista de Schindler* (1993), de Steven Spielberg. O drama é quase totalmente em preto e branco, tendo poucos elementos com cor. Uma das cenas mais emblemáticas ocorre quando o personagem principal, Oskar Schindler, está observando as ações de eliminação de um *ghetto* e notando, em meio ao caos, uma menina de vestimentas vermelhas andando perdida pelas ruas. A mesma menina aparece momentos mais tarde, dessa vez quando Schindler observa o seu corpo sem vida sendo levado para as esteiras de cremação.

Figura 31: Instalação com sapatos



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 32: Par vermelho de sapatos infantis



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Na parede, uma réplica de um dos trens (figura 33) utilizados para o transporte dos prisioneiros é acompanhada de trilhos colocados no chão e um suporte multimídia, onde um vídeo ilustra as viagens de trem realizadas pelos grupos enviados aos campos de concentração e/ou extermínio. Ao lado, um mural apresenta cópias de desenhos autênticos feitos por adultos e crianças dentro dos campos (figura 34).

Figura 33: Instalação do trem de deportação de prisioneiros.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 34: Mural com desenhos de adultos e crianças



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Ressalta-se que a quinta estação é a que utiliza o maior espaço físico de todo o circuito (figura 35), contendo diversos textos para a contextualização histórica dos acontecimentos, bem como a definição de conceitos, que nem sempre costumam ser claros, como a diferença entre campos de concentração e campos extermínio. Além disso, conta com a maior quantidade de suportes expográficos, utilizando instalações, imagens, objetos cenográficos e réplicas. Um ponto de destaque são os manequins vestindo réplicas dos uniformes utilizados pelos prisioneiros dos campos, vestimenta que se tornou amplamente reconhecida após as diversas produções cinematográficas e documentais sobre o episódio realizadas nas últimas décadas, entre as quais, os filmes: *A Vida é Bela* (1997), do diretor Roberto Benigni, e *O Menino do Pijama Listrado* (2008), de Mark Herman.

Figura 35: Visão ampla da quinta estação expositiva.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

A sexta e última estação é composta pela recriação de uma barraca e de uma “treliche” utilizadas pelos prisioneiros para dormir (figura 36). Visando a melhor compreensão da vida dessas pessoas nos campos, foi realizado um estudo pela observação através das fotografias da época para a produção desse conjunto de camas, que não continha colchão e muito menos travesseiros, com prisioneiros utilizando as próprias tigelas de comida viradas como apoio para suas cabeças. Nesse espaço, também é possível encontrar duas fotografias de prisioneiros, com aparência bastante debilitada, amontoados nessas camas. São as únicas fotografias explícitas mostrando o

estado real daquelas pessoas disponibilizadas na visitação. Destaca-se, ainda, o projeto de iluminação utilizado na exposição, priorizando-se a tonalidade vermelha, além de focos de luz sobre as imagens, causando um jogo de luz e sombras no espaço. Nesse sentido, como ressalta Helena Uzeda, “a relação entre zonas iluminadas e sombreadas, principalmente sobre as cores das superfícies, pode conferir dramaticidade, mistério e introspecção, sintonizando o espírito a um tema que deverá enquadrar-se na mesma índole” (2018, p. 61).

Figura 36: Cenografia de uma “treliche” em que dormiam prisioneiros dos campos.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

O último painel, já fora da representação do grande portão de Auschwitz, ainda pertencente à exposição e é dedicado aos dois únicos brasileiros que receberam o título de “os justos entre as nações” pelo *Yad Vashem* (figura 37): Aracy Guimarães Rosa, prestadora de serviços ao Ministério das Relações Exteriores, agraciada com o título em 1982, e Luiz Martins de Souza Dantas, diplomata brasileiro na França, que o recebeu em 2003. Nesse painel há um relato sucinto sobre os feitos heroicos dessas duas personalidades durante a Segunda Guerra Mundial, permitindo que diversos judeus e outros perseguidos pelo nazismo fossem salvos por meio da concessão de vistos de saída dos territórios em guerra, proibidos pelo governo nazista, para o Brasil.

Figura 37: Painele dedicado aos brasileiros que estão entre os justos entre as nações.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Do lado de fora do circuito há uma instalação (figura 38) composta por duas estacas que sustentam arames no formato de uma estrela de Davi, com uma flor branca iluminada. Essa instalação remete, para os visitantes mais imersos à temática do Holocausto, ao movimento da Rosa Branca<sup>80</sup>. Junto a ela, uma vitrine com alguns objetos originais da época (figura 39), entre os quais, passaportes de judeus, uma estrela de Davi e um carimbo, doados ao Memorial e expostos aos visitantes.

Figura 38: Instalação presente fora do circuito expositivo.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Figura 39: Vitrine com objetos originais.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

<sup>80</sup> Como aponta a escritora alemã Inge Scholl (2014), o Rosa Branca consistiu em um grupo de resistência não violenta, atuante entre 1942 e 1943, fundado em Munique, na Alemanha. Tinha como principais membros os estudantes Hans e Sophie Scholl, Alexander Schmorell, Christoph Probst e Willi Graf, da Universidade de Munique, e professor Kurt Huber. O grupo, que distribuía panfletos contra o Nacional-Socialismo, foi capturado pela *Gestapo* (abreviatura para *Geheime Staatspolizei*, Polícia Secreta do Estado, em alemão) e sentenciado à morte pelo Tribunal do Povo (*Volksgerichtshof*, em alemão) entre fevereiro e abril de 1943.

Ao finalizar o percurso, o visitante pode assistir a trechos de vídeos produzidos por nazistas ou por soldados aliados, com cenas gravadas durante o período, mostrando guetos, trens lotados e campos de concentração e/ou extermínio. O ambiente para essa projeção (figura 40) é semelhante ao espaço no qual foi recriada a “treliche” dos prisioneiros, o que dá a sensação de se estar, novamente, em um dos alojamentos dos campos de prisioneiros.

Figura 40: Sala de reprodução do vídeo.



Fonte: Fotografia da autora (2022).

Como forma de conhecer as considerações dos visitantes sobre a exposição, o museu disponibiliza material com fichas impressas ao final do percurso. Nelas o visitante é convidado a responder a pergunta “Que lição você levou dessa visita?” ou a definir sua experiência na exposição em seis palavras, consistindo em propostas da Instituição para que o público registre no papel sua experiência após terminar a visita.

### 3.2 Memorial e comunicação: difundindo e conscientizando sobre o Holocausto

Além da exposição, a instituição comunica-se ativamente por meio de suas redes sociais<sup>81</sup>. No *Instagram*, o Memorial conta com a maior quantidade de seguidores, totalizando mais de 27 mil até o dia 30 de janeiro de 2023, enquanto no *Facebook* o número aproxima-se dos 20 mil. As postagens institucionais disponibilizam informações sobre o Holocausto e sobre a comunidade judaica. As mídias do Memorial divulgam também palestras, cursos e eventos produzidos, além de outras atividades referentes à temática promovidas por outras instituições. São destacados também em sua página no *Instagram* artigos acadêmicos relevantes sobre o assunto, divulgando pesquisas científicas na área.

No caso do Memorial do Holocausto, as abordagens nas mídias sociais podem se constituir numa maneira de incentivar a população a conhecer mais sobre o assunto e estabelecer um primeiro contato com os públicos, considerando que, por se tratar de um tema traumático, muitas pessoas possuem receio de visitarem a instituição presencialmente. Assim, como elucida a historiadora da arte Meghan Adamovic, “as mídias sociais têm o potencial de preencher a lacuna para o público que pode se sentir confortável com a Internet e os espaços digitais, mas ainda não está preparado para dar o salto para uma experiência de museu físico” (ADAMOVIC, 2013, p. 18, tradução nossa<sup>82</sup>).

O Memorial também se utiliza de *hashtags*<sup>83</sup> para tratar de assuntos específicos em sua página do *Instagram*. Como aponta a comunicadora social Mariana Marques, “dentro das redes sociais, as *hashtags* se tornam *hiperlinks* indexáveis pelos mecanismos de busca” (2019, p.35), o que facilita a localização de postagens similares ou de um conjunto de postagens sobre um mesmo tópico. Para a divulgação de informações referentes ao Holocausto, o Museu contém diversos quadros em suas redes sociais (figura 41), como por exemplo o “#memorialindica”, com indicações de livros e filmes sobre a temática, o “#conhecendoosjustos”, em que apresenta alguns dos integrantes dos Justos entre as Nações, e o “#conhecendooscampos”, que aborda, especificamente, os campos de concentração.

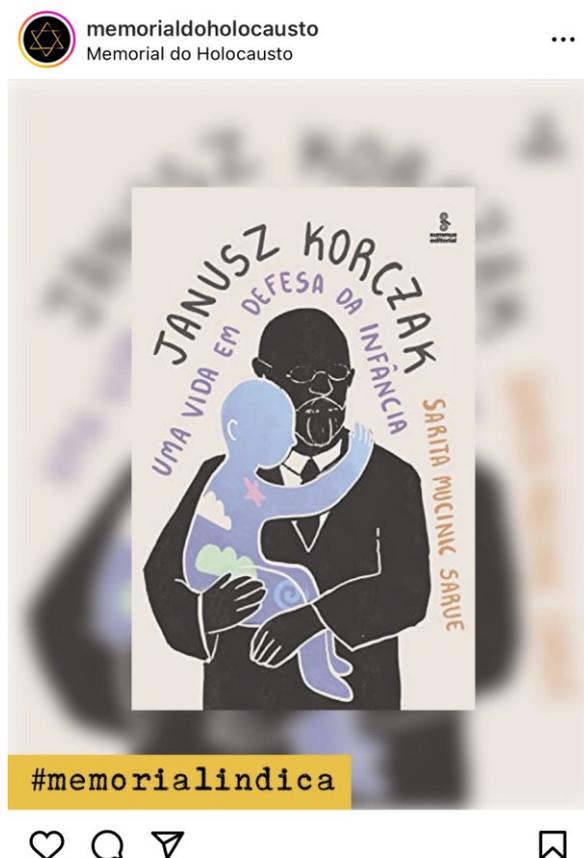
---

<sup>81</sup> O Memorial do Holocausto contém, atualmente, três plataformas digitais em funcionamento: *Instagram*, *Facebook* e seu próprio site.

<sup>82</sup> *Social media have the potential to bridge the gap for audiences that may be comfortable with the Internet and digital spaces, but not yet prepared to make the leap to a physical museum experience.*

<sup>83</sup> Palavra ou conjunto de palavras precedido pelo símbolo cerquilha (#).

Figura 41: Postagem do Memorial do Holocausto para indicação de livro.



Fonte: Instagram do Memorial do Holocausto.

O Museu investe com afinco na parte educacional, mantendo visitas guiadas e mediações, atividades frequentes na Instituição. O setor educativo atua apenas nos dias úteis da semana, com visitação direcionada a grupos específicos<sup>84</sup>, e com visitas em grupo ou espontâneas durante um domingo no mês (em outras ocasiões, é necessário que a visita seja agendada). Destaca-se, ainda, que o Memorial recebe uma porcentagem alta de visitação escolar, como observado no levantamento de Adriana Bialski (2022), que apurou que entre maio e junho de 2022, ainda durante a pandemia, os números variaram entre 75% e 91% em comparação às visitas espontâneas, sendo predominante a presença de escolas da rede pública (municipal e estadual).

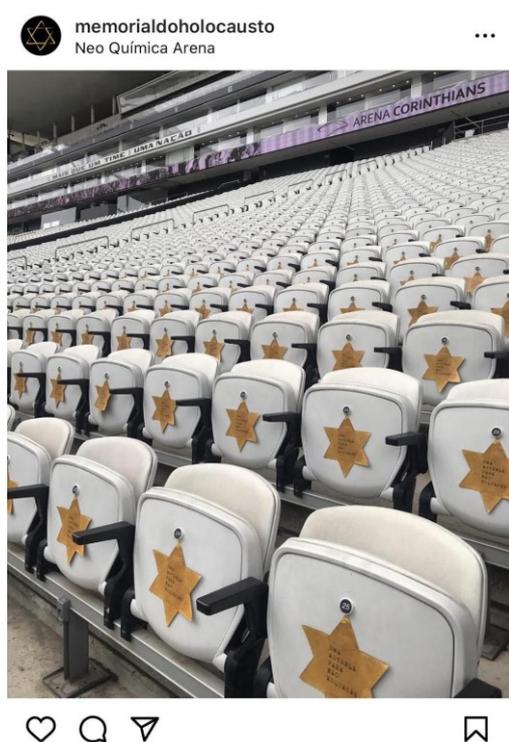
No que tange a campanhas, a instituição realizou, no ano de 2019, a ação “Uma estrela para não esquecer”, juntamente com o time de futebol Sport Club Corinthians Paulista, em que os jogadores entraram em campo utilizando uma estrela de Davi amarela bordada em suas camisas<sup>85</sup> (figura 42), em memória dos 81 anos da Noite dos

<sup>84</sup> Idosos, turistas acompanhados de guias ou interessados de clubes ou associações (BIALSKI, 2022).

<sup>85</sup> As camisas foram, posteriormente, leiloadas e a renda foi revertida para o Memorial do Holocausto.

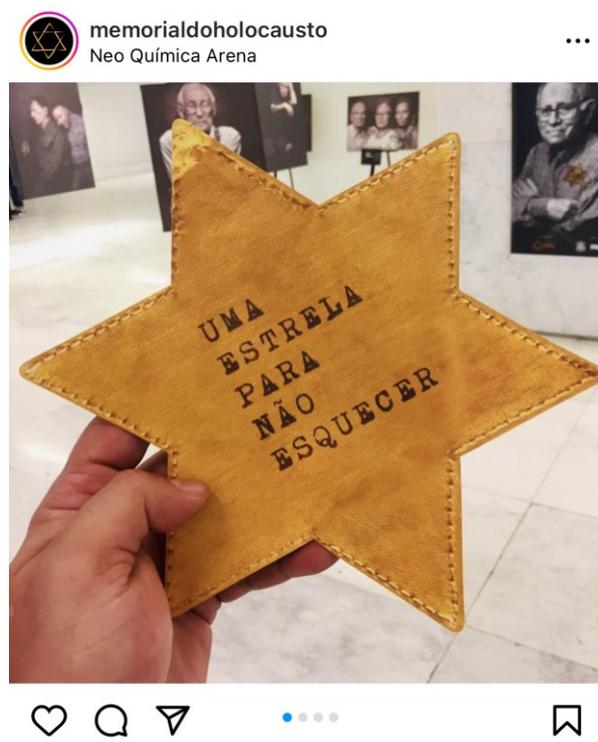
Cristais. Durante a partida contra o Fortaleza, estrelas foram colocadas nos assentos dos torcedores (figura 43) e a *hashtag* #umaestrelaparanaoesquecer foi exibida em um telão no estádio. Ainda, o Memorial, tendo apoio do Clube de futebol Corinthians e da papelaria Kalunga, realizou uma exposição temporária intitulada “Sobreviventes” na, então, Arena Corinthians – atualmente, Neo Química Arena –, que consiste no estádio de futebol de propriedade do clube paulista (figura 28).

Figura 40: Estrelas de Davi amarela nos assentos do Estádio.



Fonte: *Instagram* do Memorial do Holocausto.

Figura 41: Exposição “Sobreviventes” realizada na antiga Arena Corinthians.



Fonte: *Instagram* do Memorial do Holocausto

Em 2022, ação semelhante foi realizada pela Instituição, porém, em maior dimensão. Diversos times da Série A do Campeonato Brasileiro aderiram à campanha de conscientização sobre o Dia Internacional contra o Fascismo e o Antissemitismo (09 de novembro), utilizando a estrela de Davi amarela em seus uniformes nas partidas da 37ª rodada do campeonato, em lembrança à Noite dos Cristais. Dessa vez, a ação não se limitou ao Estado de São Paulo, tendo ocorrido em outras localidades do país, com times como o Fluminense Football Club<sup>86</sup>, no Rio de Janeiro, o Clube Atlético Mineiro, em

<sup>86</sup> No que tange ao Fluminense Football Club, destaca-se sua participação no esforço de guerra do país na década de 1940, tendo formado, no Estádio das Laranjeiras uma escola de enfermagem e disponibilizando

Minas Gerais, e o Atlético Clube Goianiense, em Goiás, participando da homenagem. Além disso, várias postagens foram realizadas nas redes sociais desses clubes sobre o assunto (figura 44).

Figura 44: Postagem no *Twitter* realizada pelo Fluminense Football Club em apoio ao Memorial do Holocausto.



2:54 PM · 9 de nov de 2022

Fonte: *Twitter* do Fluminense Football Club.

Atividades realizadas com as vítimas do Holocausto também são frequentes no Memorial do Holocausto, que mantém fortes laços com os sobreviventes, contando com a presença destes em palestras e cursos promovidos pelo Museu. Durante o auge da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 foram realizadas diversas *lives* pela instituição

---

seu estande de tiro para treinamento militar, além de doar um monomotor, modelo *Fairchild* PT-19, à Força Expedicionária Brasileira através de uma campanha conjunta com seus sócios para arrecadar o dinheiro necessário para a compra da aeronave (FLUMINENSE FOOTBALL CLUB, 2020).

com a presença de sobreviventes que compartilharam seus testemunhos sobre o Holocausto. Eventos são promovidos para homenageá-los, sendo realizado o Projeto Gerações, em que jovens voluntários entregam cestas para os sobreviventes do Holocausto em celebração pelo *Rosh Hashaná*, o ano-novo judaico, e pela *pessach*, a páscoa judaica.

Em janeiro 2023, o Memorial do Holocausto lançou um novo projeto, intitulado “Obrigado, Paulistanos”, idealizado pelos curadores da Instituição Marcio Pitliuk e Luiz Rampazzo, tendo organização *StandWithUs* Brasil e a Federação Israelita de São Paulo (FIESP). O projeto conta com a presença de sobreviventes que ainda vivem na capital de São Paulo, tendo como objetivo comemorar as datas de 25 de janeiro, aniversário da cidade, e 27 de janeiro, que é o Dia Mundial em Lembrança das Vítimas do Holocausto. A campanha conta com exposições, eventos especiais e depoimentos de sobreviventes, sendo uma forma de agradecer o acolhimento que receberam em um momento tão sombrio para a sua comunidade e para o mundo.

### **3.3 A preservação de memórias através de exposições**

Preservar, em seu sentido mais amplo, “significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.79). No contexto da museologia, a preservação abrange todas as ações envolvidas desde a chegada de um objeto ao museu. Assim, preservar consiste em um dos pilares básicos para os museus, constituindo-se “em um eixo da ação museal, sendo o outro eixo o da difusão aos públicos” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.79).

No que tange à memória, o anseio e a busca por sua preservação está, em suma, associado ao medo do abandono do patrimônio físico e do esquecimento do patrimônio imaterial. Segundo o antropólogo francês Joël Candau<sup>87</sup>, “mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória” (2019, p.107). Ainda, como salienta a museóloga Monica Gorgas “a memória é o suporte sobre o qual inscrevemos, seja como indivíduos ou como sociedade, nossa própria representação do mundo” (1997, p.110).

---

<sup>87</sup> Joël Candau é antropólogo e professor de antropologia na Université Nice Sophia Antipolis. Seus estudos têm como ênfases temáticas como memória e identidade.

Nesse contexto, a museóloga Tereza Scheiner destaca a dinâmica entre memória, mudança e esquecimento, em que: “a memória se funda sobre o tempo social de cada indivíduo ou grupo social: a permanência da memória se apoia sobre um espaço social onde ela coloca sua marca” (1997, p.134). Todavia, essa memória se altera, sendo “essencialmente uma mudança das ideias dominantes do grupo, unificadas em sistemas de representação” (SCHEINER, 1997, p.134). Scheiner (1997) salienta que o esquecimento ocorre a partir da eliminação de determinadas lembranças, individuais ou coletivas.

Este esquecimento é semi-espontâneo, semi-voluntário, mas tem sempre uma finalidade utilitária. O trabalho da memória é, portanto, ao mesmo tempo um trabalho de esquecimento e de reconstrução - delicado mecanismo onde a noção de valor é o parâmetro que define a ação (SCHEINER, 1997, p.134).

Para os judeus, destaca-se o valor fundamental da memória, considerando que, como declarou Jacques Le Goff (2013), o povo hebreu é, por excelência, um povo que valoriza a memória. Em especial, a tradição escrita – na medida em que “os primeiros memoriais consagrados ao Holocausto não foram monumentos, mas narrativas, os Yizkor Bucher, ou livros da lembrança, que contam a vida e a destruição das comunidades judaicas”, assim “o objetivo era o de transformar o lugar de leitura em espaço comemorativo, resposta à ‘síndrome da tumba ausente’, que exercerá um papel importante como recurso identitário” (CANDAU, 2019, p.107).

Para a museologia, segundo a museóloga argentina Monica Corgas, “tentar restaurar a memória é uma responsabilidade e como toda responsabilidade, é um risco que os museus não podem evitar, pois conservar a memória é um ato de fé no futuro” (GORGAS, 1997, p.111). Dessa maneira, uma das tarefas dos museus é apresentar à sociedade e interpretar acontecimentos passados, por mais difíceis e dolorosos que possam parecer. No caso do Holocausto, as exposições despontam como uma importante ferramenta de difusão, considerando que o impacto visual pode ajudar a materializar uma informação que, muitas vezes, é apresentada de forma mais convencional, não sendo absorvida e compreendida em sua totalidade.

Segundo Mathilde Bellaigue (1991), a exposição consiste em “colocar para fora” e “colocar à vista”, ou seja, trazer de um lugar secreto para um lugar visível. Porém, algumas coisas, quando expostas, não resistem, como uma película fotográfica que, quando exposta à luz, sofre danos irreparáveis, nunca mais retornando ao seu estado original e carregando para sempre o reflexo de um momento da realidade. Assim, Bellaigue aponta que expor é correr riscos e, no caso das “linguagens de exposição”, esse risco é profundo. Para pensar nessas linguagens, deve-se ter em mente que

diferentes museus, ou exposições, necessitam de diferentes linguagens (BELLAIGUE, 1991).

No contexto de uma exposição dedicada a um tema sensível, como o Holocausto, destaca-se a importância de uma linguagem expográfica eficiente, que faça jus ao objetivo que se busca atingir. Exposições que visam honrar a memória das vítimas, bem como assegurar que esses acontecimentos traumáticos não ocorram novamente, costumam investir principalmente na parte educativa e lançar mão de ricas informações durante o percurso percorrido pelo visitante. Nesse sentido, Mathilde Bellaigue (1991) aponta que o museu contém uma segunda possibilidade: ser uma alternativa das escolas e da educação tradicional. Ressalta-se que “hoje a exposição é uma linguagem sensível, sendo a educação do olhar” (BELLAIGUE, 1991, p.29, tradução nossa<sup>88</sup>) e que tudo no museu apela à sensibilidade, como, por exemplo, na expografia e nos próprios artefatos, que, ao serem colocados de forma dialética, transformam a exposição dos museus numa verdadeira linguagem (BELLAIGUE, 1991). Nesse sentido, como aponta a museóloga e historiadora Marilúcia Bottallo,

O trabalho da museologia, em suas várias áreas aplicadas, e, especialmente, a exposição museológica devem permitir a capacidade de desenvolver a apreciação, a emoção e a reflexão para que, nesse processo, reaproximem o público de questões intrínsecas à participação do ser humano na (re)elaboração de realidades distintas. O museu, na sociedade contemporânea, poderá, então, reivindicar para si um amplo espaço preservado de discussão e de exercício da cidadania (BOTTALLO, 1995, p.286).

A apreciação, no entanto, nem sempre é o sentimento buscado. Através de suportes utilizados, como vídeos, imagens fotográficas e cenografias, a visita a exposições que tratam temáticas traumáticas não suscitam o deleite presente na definição de museu, como consta no Estatuto do ICOM de 1974:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 2013).

Ao contrário disso, as exposições que tratam de temas traumáticos estimulam sentimentos de angústia e melancolia nos visitantes para aproximá-los dos acontecimentos narrados. Assim sendo, “o uso adequado das linguagens que irá contribuir para tornar a exposição um ‘espaço emocionante’, ajudando a tornar a experiência da visita uma experiência vivencial” (SCHEINER, 2003, p. 4), principalmente considerando que “a exposição é uma mídia em três dimensões que se oferece para ser

---

<sup>88</sup> *Now the exhibition os sensible language, it is the education of seeing.*

percorrida sensivelmente por cada um dos visitantes e cujo discurso se constrói no espaço” (ROSSINI, 2012, p. 162). Nesse aspecto, a cenografia pode atuar como uma ponte para gerar a imersão do visitante no espaço e na índole da exposição. Através de recriações realistas é possível perceber que a cenografia aplicada à prática expográfica funciona, como aponta a cientista social Lisbeth Gonçalves<sup>89</sup>, “como o modo de criar uma atmosfera que se pensa ideal e representativa das situações envolvidas numa apresentação 'narrativa'” (GONÇALVES, 2004, p.37), colaborando, assim, para “instigar a imaginação e o conhecimento sensível do que se apresenta ao visitante” (GONÇALVES, 2004, p.37).

Ainda, a museóloga e antropóloga brasileira Marília Xavier Cury, destaca que os recursos expográficos como “textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliário, sons, texturas, cheiros, temperatura compõem um conjunto de elementos enriquecedores da experiência do público, na medida em que potencializa a interação entre o público e o patrimônio cultural” (CURY, 2006, p. 46). Dessa maneira, Scheiner lembra que

[..] a exposição importa ainda elementos específicos de outras linguagens e de outros campos do conhecimento, externos à Museologia: do campo tecnológico, os efeitos de som, luz e as linguagens virtuais; da arquitetura, da arte, do teatro e do design, a capacidade de conjugar forma, espaço, cor, tempo e movimento, criando conjuntos sógnicos de grande expressividade; das disciplinas científicas, o discurso do objeto (SCHEINER, 2003, p.6).

Assim, Scheiner identifica a exposição como uma “experiência multidimensional de comunicação” (2003, p.3), considerando que esta trabalha com todos os sentidos. Essas experiências multissensoriais, por sua vez, “permitem que toda a ampla gama de experiências visuais, tácteis, aurais e emocionais impregnem o processo, transformando o observador em participante ‘ativo’ e permitindo maior grau de imersão no conjunto a ser comunicado” (SCHEINER, 2003, p.3). Todavia, as exposições não são uma unanimidade para os visitantes, podendo ser compreendidas de maneiras diferentes, como indica a historiadora da arte Rachel Fairfield:

Projetar uma exposição é uma forma de comunicação percebida de forma diferente para cada visitante. O espaço expositivo torna-se um espaço de experiência para um público específico. Esse espaço pode ser influente ou desagradável, o sucesso da exposição depende da experiência do visitante. Os atributos espaciais de iluminação, circulação do visitante, layout e cor são tão importantes quanto o que está em exibição (FAIRFIELD, 2020, p.11, tradução nossa).

---

<sup>89</sup> Lisbeth Rebollo Gonçalves é graduada em ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP), tendo mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma universidade e sendo sua ênfase de estudo a sociologia da arte.

Os recursos, então, devem ser oferecidos “respeitando-se os tempos e espaços perceptuais de cada indivíduo ou grupo: pois a comunicação só se estabelece efetivamente quando sua forma e seu conteúdo mediam, simultaneamente, emoção e informação”, sendo o verdadeiro conhecimento “não a informação em si, mas o conhecimento que, partindo da informação, elabora-a pela emoção e a transforma em vivência” (SCHEINER, 2003, p.3). Sob esse aspecto, a museóloga brasileira Maria Horta reflete que

[..] uma exposição museológica é o produto e o processo de "falar" a linguagem do museu, da seleção e combinação, da negociação de sentidos, das significações atribuídas aos signos do museu pelos emissores e receptores das mensagens. Assim, o significado não está nos objetos em si mesmos, mas na mente humana (os objetos não "falam por si mesmos"). Dado que não há um significado "fixo" ou "único" para um "signo" e, portanto, é impossível controlar as mentes das pessoas, há que considerar a natureza interativa deste processo e reconhecer as exposições nos museus como "textos abertos, 'prontos a serem interpretados e explorados [...]. (HORTA, 1991, p.58, tradução nossa).

Nesse sentido, destaca-se uma aliada importante: a visita guiada, ou mediação. Essa atividade, quando bem utilizada, configura-se em ferramenta poderosa para instigar e gerar curiosidade sobre o tema, principalmente considerando-se que, como elucida a francesa Marie-Clarté O'Neill, “a visita a uma exposição não é ocasião para um aprendizado formal ou acadêmico, mas diz respeito mais a uma experiência de descoberta que deixa traços pessoais profundos no nível da vivência e da compreensão global do mundo” (O'NEILL, 2014, p. 266). No Brasil, o Museu do Holocausto, de Curitiba, e o Memorial do Holocausto, em São Paulo, realizam de forma recorrente visitas guiadas, principalmente, com grupos escolares, incentivando, desde cedo, reflexões críticas sobre acontecimentos que marcaram a sociedade em escala global, auxiliando que o conteúdo da exposição possa ser transmitido em sua totalidade para as gerações futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reflexos dos horrores ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial geraram consequências que ainda, nos dias de hoje, são enfrentadas pela sociedade. A perseguição deliberada a todos que não se enquadravam ao padrão de uma “raça perfeita” imposto pelo regime nazista e, principalmente, o ódio a um grupo específico – como no caso dos judeus – geraram milhões de mortos em diversos países, além de feridos, desabrigados, crises econômicas e uma marca traumática que se estendeu mundialmente. Porém, mesmo com as diversas provas materiais, como fotos, filmes e testemunhos sobre o ocorrido, o discurso negacionista continua ganhando força e adeptos. Além de contestar a existência do Holocausto, esse movimento tem como objetivo específico refutar a ocorrência das perseguições e assassinatos de judeus. Nesse sentido, percebe-se a importância de medidas que ampliem a difusão de informações confiáveis sobre o Holocausto.

No âmbito cultural, as últimas décadas foram marcadas pela criação de diversas instituições com o intuito de manter as lembranças sobre o Holocausto/*Shoah* vivas. Todavia, mesmo com a valorização da memória sobre o episódio, auxiliando que o Holocausto fosse difundido de forma mais ampla para a sociedade, essa popularização nem sempre vem tendo uma sinalização positiva, considerando uma banalização pela turistificação que certos locais passaram a sofrer. Entre eles podemos citar o Memorial de Berlin e até mesmo o atual Museu Memorial de Auschwitz, sendo possível encontrar diversas fotos em redes sociais de selfies de visitantes com poses que não condizem com a memória trágica desses locais.

Tais situações trazem o questionamento se as ações de conscientização estão sendo de fato efetivas e se as novas gerações, responsáveis por levar essa memória adiante, estarão realmente sendo alcançadas pela informação sobre tal processo histórico traumático. Nesse sentido, no que diz respeito aos museus e as instituições culturais, algumas iniciativas têm sido realizadas no ambiente virtual para que a memória do Holocausto/*Shoah* alcance o maior número de pessoas de forma efetiva. O *Yad Vashem*, maior centro cultural dedicado ao assunto no mundo, é uma Instituição de referência no oferecimento de cursos que abordam o tema em plataformas digitais em parceria com universidades renomadas como a *University College London* e a *Tel Aviv University*. Nos Estados Unidos, o *United States Holocaust Memorial Museum* promove a “*Holocaust Encyclopedia*” – uma plataforma com diversas definições de palavras, explicações sobre fatos e um rico acervo fotográfico sobre o Holocausto – funciona como

uma base de dados rica em informações e de fácil acesso, aberta a pesquisas em diversos idiomas.

Percebe-se, assim, que iniciativas para a democratização, modernização nos meios de comunicação e difusão de conhecimento sobre o episódio estão sendo tomadas por museus renomados que abordam o tema, abrindo portas para que pessoas de todo o mundo tenham acesso à informação confiável. Nota-se, ainda, que, na maioria das vezes, essas instituições contam com um grande amparo de ações educativas, reforçando, assim, o grande potencial do caráter educacional dos museus como formadores de opinião.

No que tange às exposições, as instituições dedicadas a temas traumáticos como o Holocausto buscam, através de forte apresentação visual, alcançar o visitante e impactá-lo por meio de grande carga dramática. No Memorial do Holocausto de São Paulo nota-se que a comunicação entre o conteúdo e o visitante apoia-se estritamente no caráter visual da exposição, amparando-se, principalmente, em recursos cenográficos. Desde o momento em que o público chega ao andar do prédio onde ocorre a mostra, tendo como primeira visão o portão do campo de Auschwitz, até o final da exposição, onde se vê a réplica de uma instalação que reproduz o local em que os prisioneiros dormiam, o visitante é instado a viajar no tempo e vivenciar os eventos que marcaram um dos períodos mais marcantes da história em diversas esferas: social, política, econômica e humanitária.

É possível perceber, ainda, na utilização da iluminação da exposição o anseio em acentuar pontos importantes da narrativa, utilizando cores acentuadas quando necessário. O tom vermelho foi especialmente usado, fosse para representar o Nazismo, como na estação da propaganda nazista, ou o fogo, na cenografia da queima de livros, ou ainda o assombro diante da realidade, presente na cenografia dos treliches. Assim, o projeto de iluminação é, sem dúvida, um fator importante na narrativa de uma exposição, especialmente aquelas voltadas às memórias traumáticas, considerando sua capacidade de inferir sensações e acentuar.

Dentro da exposição, a narrativa se desenrola de maneira cronológica, o que facilita a compreensão do conteúdo e possibilita ao público acompanhar os acontecimentos de forma sequencial, quase como em uma imersão histórica. São criadas ao longo do percurso situações de desconforto para o visitante, o que normalmente seria o oposto a ser buscado em uma exposição convencional. A quarta estação do percurso, por exemplo, conta com três grandes vitrines no piso, contendo objetos que simulam os pertences que os judeus foram obrigados a deixar para trás por conta da perseguição –

de partes de suas memórias, representadas por porta-retratos, aos próprios direitos individuais, simbolizados por cabelos, considerando que os judeus eram obrigados a raspar as cabeças quando chegavam aos campos. Porém, para acessar essa estação, o visitante precisa caminhar por cima dessas vitrines, o que pode gerar a sensação de estar passando por cima das vítimas de um regime que nada mais fez que passar por cima dos direitos mais básicos dos seres humanos.

Entretanto, algumas questões e reflexões surgiram no decorrer da pesquisa, entre elas, destaca-se a presença de uma vitrine com objetos originais, porém sem quaisquer informações – tanto sobre os objetos em si, quanto sobre o método de aquisição daqueles bens. Para as visitas realizadas sem o amparo de mediadores, a falta de tais informações pode inviabilizar aos visitantes o reconhecimento dos objetos exibidos. Em segundo lugar, como apontado pela museóloga responsável pela Instituição, Adriana Bialski, não há um plano museológico disponível para análise. Dessa maneira, considerando o plano museológico como o instrumento fundamental para a compreensão das funções essenciais de um museu, como apresentado na publicação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2016), a ausência desse documento torna difícil o acesso aos objetivos do Memorial do Holocausto e, por extensão, de sua exposição.

Ressalta-se que o Memorial do Holocausto conta com uma grande organização para propagar a memória da *Shoah* através de iniciativas educativas e midiáticas. Como instituição museológica, o Memorial preza pelas atividades educativas que desenvolve, sendo as visitas guiadas amplamente divulgadas em suas redes sociais. Ainda, campanhas com grande alcance midiático, como parcerias com times de futebol e mobilizações comemorativas, possibilitam visibilidade à instituição e, conseqüentemente, ao assunto nela tratado. Porém, o que mais se destaca nas ações desenvolvidas pelo Museu são as participações constantes de sobreviventes, em especial nas atividades educativas, como cursos, palestras, visitas guiadas e atividades com escolas. Assim, percebe-se a grande importância dada pelo Memorial do Holocausto para a difusão de conhecimento em diversas esferas, reforçando, assim, seu compromisso com a preservação da memória da *Shoah*.

A pesquisa conseguiu reafirmar a importância da linguagem expográfica utilizada na exposição de longa duração do Memorial, considerando a forma pela qual ela consegue potencializar a narrativa proposta, informando de forma dramática, e se adequando às possibilidades oferecidas pelo espaço disponível. Os objetos, ainda que cenográficos, emocionam e induzem à leitura dos textos. Lamentando que algumas peças originais careçam de maiores informações, os elementos que estruturavam essa ambiência amplificavam a narrativa, auxiliando uma imersão no sofrimento dos

prisioneiros. Efeitos de luz e cor, assim como uma cenografia que recriava imagens e símbolos carregados de opressão e desumanidade, como arames farpados e camas de aspecto aterrador, levam o visitante a estabelecer empatia para com as vítimas da *Shoah*. Todavia, é importante ter em mente que a experiência é individual e, por mais que a exposição busque alcançar a todos de modo equânime, causando impacto em suas vidas e gerando uma experiência marcante, nem sempre esse objetivo poderá ser concretizado num mesmo nível e profundidade.

Cabe ao Museu continuar sua missão de conscientização e disseminação da informação, na intenção de alcançar os sentidos dos visitantes, cumprindo seu objetivo de perpetuar a história das vítimas do Holocausto. Utilizando-se de recortes dessa memória traumática, o Memorial dramatiza toda essa potência perturbadora numa exposição, na qual fatos reais e cenários imaginários compõem uma narrativa que informa e emociona.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Ben. **Holocausto**. São Paulo, WG Comunicações e Produções. 1976.
- ABREU, Regina. Memória, História e Colação. *In: 28º edição: Anais do Museu Histórico Nacional*. vol. 28-1996. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional/Imprensa Nacional, p. 37-64 , 1996.
- ADAMOVIC, Meghan. **Social Media and Art Museums: Measuring Success**. Mestrado em Administração de Artes pela *University of Oregon*. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36687473.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.
- ARPIN, Roland. et al. **Notre Patrimoine, un présent du passé**. Québec. 2000.
- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU (AG). **Resolução A/76/L.30**. AG Index: A/76/L.30, treze de janeiro de 2022. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N22/230/12/PDF/N2223012.pdf?OpenElement>. Acesso em: 22 de maio de 2022.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.
- AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. *In: MÉTIS: história & cultura* – v. 12, n. 24, jul./dez. 2012. p.64-89.
- BALAGUER, Otávio Pereira. **Kehilat Israel: um estudo de narrativas expositivas sobre a imigração judaica**. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BARCELLOS, Jorge. **O Memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas de um conteúdo**. Versão modificada da palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/273/27351198017.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.
- BELLAIGUE, Mathilde. From speech to secrets. *In: ISS 19*. 1991. p.21-32.
- BELLAIGUE, Mathilde. Museologia e as formas de Memória. *In: VI Encontro Regional do ICOFOM LAM*. Colóquio: Patrimônio, Museus e Memória na América Latina e no Caribe. 1997.
- BERGAMIM, Evelyn Reis. Auschwitz e Treblinka: o cotidiano da morte nos campos de concentração e extermínio sob domínio nazista. *In: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. p.297-315. 2017.
- BIALSKI, Adiana Abuhab. **Memorial do Holocausto: um estudo dos públicos escolar e espontâneo**. Monografia (Especialização em Museologia, Cultura e Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- BLAY, Eva Alterman. **O Brasil como destino**. Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. Editora UNESP. 2ª Edição. 2020.
- BOTTALLO, Marilúcia. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 5: 283-287, 1995.

BREJZEK, Thea. Space and Desire. In: BREJZEK, Thea; GREISENEGGER, Wolfgang; WALLEN, Lawrence. **Space and Desire: Scenographic Strategies in Theatre, Art and Media**. Zurich University of the Arts. 2011.p.4-9.

BRENNER, Michael. **Breve história dos judeus**. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 20102.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo, O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo**. São Paulo: Perspectiva. 2010.

CHOAY, F. A Alegoria do patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

COELHO, Daniela Vicedomini. O Museu do Holocausto de Curitiba sob a perspectiva da museologia contemporânea. Tese (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Museologia. 2015. Disponível em: [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniela\\_vicedomini.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniela_vicedomini.pdf). Acesso em: 27 de julho de 2021.

Confederação Israelita Brasileira – CONIB. **Fachada da Kahal Kadosh Zur Israel**. s/d. Disponível em: <https://www.conib.org.br/historia/>. Acesso em 07 de jun de 2022.

Confederação Israelita do Brasil – CONIB. **História**. <https://www.conib.org.br/historia/>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

COUTO, Heloísa Helena. Expografia: Design do espaço expositivo. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. p. 3658-3669. 2016.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. 1.ed. São Paulo: Annablume. 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p.393-423. 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Memória da Barbarie**: a história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. O Silêncio do Sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio Orlando (org.). **História, Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003. P.123-128.

DAEHNHARDT, Patrícia. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha. In: **Relações Internacionais**. Lisboa. p.79-93. 2014.

DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DECOL, René. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 16 N.46. 2011. p.147-160.

DEVALLÉES, Andrés; MAIRESSE, François. **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

Deutsche Welle - DW. **Pessoas deitadas em um dos blocos de concreto do Memorial aos Judeus Mortos da Europa, em Berlim**. Disponível em: [https://static.dw.com/image/37194085\\_605.jpg](https://static.dw.com/image/37194085_605.jpg). Acesso em: 24 de novembro de 2022.

Efrat-Kowalsky Architects (EK A). **Ghetto Fighters' House, em Israel**. s/d. Disponível em: <https://www.efrat-kowalsky.co.il/public-projects/ghetto-fighters-house-museum>. Acesso em: 07 de jun de 2022.

FAIRFIELD, Rachel. **How the properties of colors effect visitors experience in na exhibit space**. Trabalho para o grau de mestre. *Ball State University*. 2020.

Federação Israelita do Estado de São Paulo – FIESP. **São Paulo tem a segunda maior população judaica da América Latina**. Disponível em: <https://www.fiesp.org.br/2012/01/23/sao-paulo-tem-a-segunda-maior-populacao-judaica-da-america-latina/>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

FERNANDES, Neusa. **A Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII**. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Mauad. 2014.

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB. **O Estádio de Laranjeiras e a Segunda Grande Guerra Mundial**. Disponível em: <https://www.fluminense.com.br/noticia/o-estadio-de-laranjeiras-e-a-segunda-grande-guerra-mundial>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

GILBERT, Martin. **A história do século XX**. São Paulo: Planeta, 2016.

GILBERT, Martin. **A Primeira Guerra Mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

GILBERT, Martin. **Segunda Guerra Mundial: os 2174 dias que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

GORGAS, Monica Risnicoff de. Os Museus em Busca da Memória Perdida. *In: VI Encontro Regional do ICOFOM LAM*. Colóquio: Patrimônio, Museus e Memória na América Latina e no Caribe. 1997. P.110-112.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre cenografias: o museu e a exposição de arte no século XX**. São Paulo, 2004.

GONZÁLEZ, Ana Maria; FERREIRA, Maria Leticia. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. *In: Revista Museologia e Patrimônio*. Vol. 7, No 1. 2014. p.109-130.

HERCULANO, Alexandre. **História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Biblioteca Nacional Digital. 2009.

HORTA, Maria de Lourdes. [untitled]. *In: Symposium The Language Of Exhibitions. Le Langage de L'exposition*. ISS: ICOFOM STUDY SERIES, Vevey, Switzerland. ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM. N.19, Oct, 1991. p. 54-60.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro/Aeroplano 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

ICOM. **Nova definição de Museu aprovada**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 29 de janeiro de 2022.

*Instagram* do Memorial do Holocausto. **Postagem do Memorial do Holocausto para indicação de livro**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIGkQHvOnAV/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

*Instagram* do Memorial do Holocausto. **Estrelas de Davi amarela nos assentos do Estádio**. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B4iE\\_XjnzDw/?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://www.instagram.com/p/B4iE_XjnzDw/?igshid=YmMyMTA2M2Y=). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

*Instagram* do Memorial do Holocausto. **Exposição “Sobreviventes” realizada na antiga Arena Corinthians**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4igG2xHI35/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013 [1977]

LECOMTE, Jean-Michel. **Teaching about the Holocaust in the 21st century**. Council of Europe. 2001.

LORENTZ, Diana. **A study of the notions of immersive experience in museum based exhibitions**. Tese de mestrado em Design na *University of Technology Sydney*. 2006.

LUZ, Márcio Mendes da. Yiddishkeit: a construção da identidade judaica em São Paulo. In: **Cordis**: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. 2012.

MARQUES, Mariana Santana. **Exposições de arte e Instagram: da contemplação íntima às selfies compartilhadas**. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Novos Media e Práticas Web, realizada sob a orientação científica da Professora Graça Rocha Simões. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 2019.

MEMORIAL DO HOLOCAUSTO. **Página Inicial**. <https://memorialdoholocausto.org.br/>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Para que serve um museu histórico? In: **Museu Paulista - USP**. (Org.). Como explorar um museu histórico (material didático). São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992.

MORAES, Julia. Museus e Público(s): a centralidade da relação público(s)–museu nos debates contemporâneos da Museologia. In: **Anais do XX Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Ciência da Informação**. SC: ANCIB e UFSC, 2019, v. GT-9.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *In: Projeto História*. São Paulo. V.10. 1993.

NOVINSKY, Anita; et al. **Os judeus que construíram o Brasil**: fontes inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta do Brasil. 2015.

O'NEILL, Marie-Clarté. Como foram recebidas quatro exposições nas galerias nacionais do Grand Palais. *In: EIDELMAN, Jacqueline; ROUSTAN, Mélanie; GOLDSTEIN, Bernardette (Org.). O lugar do público: sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*. São Paulo: Iluminuras, 2014, p. 253-268.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. BH em Cantos: Museu da História da Inquisição. 2017. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-cantos-museu-da-historia-da-inquisicao>.

Portal Comunicare. **Exposição no Museu do Holocausto de Curitiba. 2015**. Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/museu-intensifica-acoes-aos-75-anos-do-holocausto/>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

PÔSSAS, Helga. **Saber Fazer e Fazer Saber: os museus de ciência da UFMG (uma contribuição para a reflexão em torno dos museus de ciência universitários)**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orientadora: Prof<sup>a</sup> Betânia Gonçalves Figueiredo. 2006.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. *In: VARIA HISTORIA*. Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.471-480, jul/dez 2011.

RAFFAINI, Patricia. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. *In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 3: 159-164, 1993.

REISS, Carlos. **Luz Sobre o Caos: educação e memória do Holocausto**. Rio de Janeiro (RJ) Imprimatur. 2018.

ROSSINI, Elcio. Cenografia no teatro e nos espaços expositivos: uma abordagem além da representação. *In: TransInformação*. Campinas. p. 157-164. set./dez., 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Retorno à Questão Judaica**. Tradução: Claudia Berliner - Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2010.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. **A Escrita do Passado em Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio Orlando. Reflexões sobre a memória, a memória e o esquecimento. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio Orlando (org.). História, Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2003. p.59-88.

SCHEINER, Tereza. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. *In: Symposium Museology and Philosophy / Muséologie et Philosophie / Museología y Filosofía / Museologia e Filosofia / Museologie und Philosophie*. ICOM/ ICOFOM. ICOFOM

STUDY SERIES – ISS 31. Munich, Germany: Museums-Pädagogisches Zentrum, 1999. p. 103-173.

SCHEINER, Tereza. Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos. *In: Revista Semiosfera*. ano 3, n° 4-5, p. 1-8, 2003.

SCHEINER, Tereza. Memória e Museu: expressões do passado, visões do futuro. *In: VI Encontro Regional do ICOFOM LAM*. Colóquio: Patrimônio, Museus e Memória na América Latina e no Caribe. 1997. P.130-140.

SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca: A história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo**. Organização: Juliana P. Perez e Tinka Reichmann. São Paulo: Editora 34. 2014 (2ª edição).

SHIRER, William Lawrence. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SODARO, Amy. **Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence**. 2018.

THOMASSEN, Ingrid. **The role of scenography in museum exhibitions: The case of the Grossraum at the Norwegian Museum of Science and Technology**. Oslo. 59 p. Tese de mestrado em Museologia e Patrimônio Cultural na Universidade de Oslo, 2017.

*Twitter* do Fluminense Football Club. **Postagem no Twitter realizada pelo Fluminense Football Club em apoio ao Memorial do Holocausto**. Disponível em: <https://twitter.com/fluminensefc/status/1590402385398009856?s=46&t=wM-Kmwl-3kaQqFALKqY5fA>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

*United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM. Entrada do campo de Auschwitz. s/d. Disponível em: <https://www.ushmm.org/online-calendar/event/mwchiclawmeet1218>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

*United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM. **“Oskar Schindler”**. *Holocaust Encyclopedia*. <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/oskar-schindler>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

*United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM. **Mapa indicando a movimentação migratória judaica da Alemanha entre 1933 e 1940**. s/d. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/map/jewish-emigration-from-germany-1933-1940>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

*United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM. **Os réus e seus advogados na audiência do Tribunal Militar Internacional**. 1945-1946. Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa7370>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

*United States Holocaust Memorial Museum* - USHMM. s/d. **Passaporte emitido para Frida Felicie Perl em fevereiro de 1939**. É carimbado com um "J" vermelho e inclui o nome do meio Sara para identificar a proprietária como judia. Ernst usou esse passaporte para fugir da Alemanha e, por fim, seguir para os Estados Unidos. Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa1108379>. Acesso em: 06 de set de 2021.

*United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM. **Pilhas de documentos alemães coletados sendo organizados por funcionários norte-americanos para servirem como evidência no Tribunal Militar Internacional**. 1945-1946. Disponível

em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa1069544>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

*United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM. **“Pogroms”**. *Holocaust Encyclopedia*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/pogroms>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

*United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM. **“Refugees”**. *Holocaust Encyclopedia*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/refugees>. Acesso em: 21 de mar de 2022.

*United States Holocaust Memorial Museum* – USHMM. **“The Warsaw Ghetto Uprising”**. *Holocaust Encyclopedia*. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-warsaw-ghetto-uprising>. Acesso em: 06 de jun de 2022.

UZEDA, Helena Cunha de. O espaço nas exposições museológicas: atualizando percepções e significações. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação de Museologia e Patrimônio PPG-PMUS**. Vol. 11, no1 (2018).

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

## **ANEXOS**

# ANEXO I

## Resolução A/76/L30 sobre a Negação do Holocausto

United Nations

A/76/L.30



**General Assembly**

Distr.: Limited  
13 January 2022

Original: English

Seventy-sixth session  
Agenda item 16  
Culture of peace

Albania, Argentina, Armenia, Australia, Austria, Azerbaijan, Belarus, Belgium, Bosnia and Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Canada, Colombia, Costa Rica, Croatia, Cyprus, Czechia, Denmark, Dominican Republic, Ecuador, Estonia, Fiji, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Guatemala, Honduras, Hungary, Iceland, Ireland, Israel, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Marshall Islands, Mexico, Monaco, Mongolia, Montenegro, Nauru, Netherlands, New Zealand, North Macedonia, Panama, Papua New Guinea, Peru, Philippines, Poland, Portugal, Republic of Korea, Romania, Rwanda, San Marino, Seychelles, Slovakia, Slovenia, South Sudan, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, Tuvalu, Ukraine, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, United States of America, Uruguay and Zambia: draft resolution

### Holocaust denial

*The General Assembly,*

*Reaffirming* the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations, as well as the Universal Declaration of Human Rights,<sup>1</sup> which proclaims that everyone is entitled to all the rights and freedoms set forth therein, without distinction of any kind, such as, inter alia, race, religion or other status, and the International Covenant on Civil and Political Rights,<sup>2</sup> which state that everyone has the right to freedom of thought, conscience and religion,

*Bearing in mind* that the founding principle of the Charter of the United Nations, “to save succeeding generations from the scourge of war”, is testimony to the indelible link between the United Nations and the unique tragedy of the Second World War,

*Recalling* the preamble to the Universal Declaration of Human Rights, which states that disregard and contempt for human rights have resulted in barbarous acts which have outraged the conscience of mankind,

*Recalling also* that 2020 marked the seventy-fifth anniversary of the end of the Second World War, a war which brought untold sorrow to humankind, particularly in Europe, Asia, Africa, the Pacific and other parts of the world,

<sup>1</sup> Resolution 217 A (III).

<sup>2</sup> See resolution 2200 A (XXI), annex.

22-00401 (E) 180122

Please recycle



*Recalling further* the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide,<sup>3</sup> which was adopted in order to avoid repetition of genocides such as those committed by the Nazi regime,

*Recalling* article 18 of the Universal Declaration of Human Rights and article 18 of the International Covenant on Civil and Political Rights, which state that everyone has the right to freedom of thought, conscience and religion,

*Reaffirming* the positive role that the exercise of the right to freedom of opinion and expression and full respect for the freedom to seek, receive and impart information can play in strengthening democracy and combating religious intolerance, and reaffirming further that the exercise of the right to freedom of expression carries with it special duties and responsibilities and may therefore be subject to certain restrictions, but that these shall only be such as are provided by law and are necessary for respect of the rights or reputations of others, and for the protection of national security or of public order, or of public health or morals, and that all measures taken must be in full compliance with international human rights law, in accordance with article 19 of the International Covenant on Civil and Political Rights,

*Deeply concerned* about the prevalence of impunity in some instances, and the lack of accountability in some cases, in addressing violence against persons on the basis of religion or belief in public and private spheres, and stressing the importance of making the necessary efforts to raise awareness to address the spread of hate speech against persons on the basis of religion or belief,

*Reaffirming* its resolution 60/7 of 1 November 2005, which underlines that remembrance of the Holocaust is a key component of the prevention of further acts of genocide, and recalling that ignoring the historical facts of those terrible events increases the risk that they will be repeated,

*Reiterating* the principles of international law recognized by the Charter of the Nürnberg Tribunal, and taking note with appreciation of their codification by the International Law Commission in 1950,

*Reaffirming* its resolution 61/255 of 26 January 2007 on Holocaust denial,

*Noting* that 27 January has been designated by the United Nations as the annual International Day of Commemoration in Memory of the Victims of the Holocaust,

*Acknowledging* the establishment by the Secretary-General of the programme of outreach on the subject of “the Holocaust and the United Nations” as well as the work of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, including on countering Holocaust distortion and denial,

*Honouring* the courage and dedication shown by the soldiers who liberated Nazi concentration and extermination camps, and those who fought against the Nazis, including in the resistance movements, as well as all those who resisted the Nazis, and who protected or sought to rescue those who were in danger,

*Taking note* of the reports of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance contained in documents A/HRC/26/50, A/75/329 and A/HRC/44/58 and the report of the Special Rapporteur on freedom of religion or belief contained in document A/74/358,

*Recalling* that 20 January 2022 will mark 80 years since the “Wannsee Conference”, at which the implementation of the so-called “Final Solution to the Jewish Question” was discussed and coordinated by officials of Nazi Germany,

<sup>3</sup> Resolution 260 A (III), annex.

resulting in the systematic establishment of the Nazi death camps, ultimately resulting in war crimes and crimes against humanity,

*Reaffirming* that the Holocaust, which resulted in the murder of nearly 6 million Jews, 1.5 million of whom were children, comprising one third of the Jewish people, in addition to the killing of millions of members of other nationalities, minorities and other targeted groups and individuals, will forever be a warning to all people of the dangers of hatred, bigotry, racism and prejudice,

*Noting* that Holocaust denial refers to discourse and propaganda that deny the historical reality and the extent of the extermination of the Jews by the Nazis and their accomplices during the Second World War, known as the Holocaust or Shoah,

*Noting also* that Holocaust denial refers specifically to any attempt to claim that the Holocaust did not take place, and may include publicly denying or calling into doubt the use of principal mechanisms of destruction (such as gas chambers, mass shooting, starvation, and torture) or the intentionality of the genocide of the Jewish people,

*Bearing in mind* that Holocaust denial in its various forms is an expression of antisemitism,

*Noting* that distortion and/or denial of the Holocaust refers, inter alia, to:

- (a) Intentional efforts to excuse or minimize the impact of the Holocaust or its principal elements, including collaborators and allies of Nazi Germany,
- (b) Gross minimization of the number of the victims of the Holocaust in contradiction to reliable sources,
- (c) Attempts to blame the Jews for causing their own genocide,
- (d) Statements that cast the Holocaust as a positive historical event,
- (e) Attempts to blur the responsibility for the establishment of concentration and death camps devised and operated by Nazi Germany by putting blame on other nations or ethnic groups,

*Emphasizing* that States, regional organizations, national human rights institutions, civil society, non-governmental organizations, religious communities and the media play a crucial role in promoting tolerance and understanding, as well as fighting racism, negative stereotypes, hate speech and the deliberate spread of disinformation that may incite to discrimination, hostility or violence, and in the universal promotion and protection of human rights,

*Noting with concern* the growing prevalence of Holocaust denial or distortion through the use of information and communications technologies,

*Noting* the global and open nature of the Internet and the significant role of social media in spreading information, and their potential to play a positive role in the preservation of the memory of the Holocaust, promoting historically accurate Holocaust education and countering Holocaust denial and distortion,

*Expressing concern* about the spread of disinformation and misinformation, particularly on social media platforms, which can be designed and implemented so as to mislead, to spread racism, intolerance, xenophobia, negative stereotyping and stigmatization, and to violate and abuse human rights,

*Taking note* of the report of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance contained in document A/64/295 emphasizing the importance of history classes in teaching the events and human suffering which arose out of the adoption of ideologies such as

Nazism and Fascism, and also emphasizing that school classes and schoolbooks which are inclusive, representative, unbiased, aimed at reflecting with objectivity and accuracy the history of people belonging to minorities and the relations with neighbouring countries, well-trained teachers and human rights courses are essential to instil tolerance and respect,

1. *Rejects and condemns without any reservation* any denial of the Holocaust as a historical event, either in full or in part;

2. *Urges* all Member States to reject without any reservation any denial or distortion of the Holocaust as a historical event, either in full or in part, or any activities to this end;

3. *Commends* those Member States which have actively engaged in preserving those sites that served as Nazi death camps, concentration camps, forced labour camps, killing sites and prisons during the Holocaust, as well as similar places operated by Nazi-allied regimes, their accomplices or auxiliaries;

4. *Urges* Member States to develop educational programmes that will inculcate future generations with the lessons of the Holocaust in order to help to prevent future acts of genocide, and in this context commends the International Holocaust Remembrance Alliance;

5. *Urges* Member States and social media companies to take active measures to combat antisemitism and Holocaust denial or distortion by means of information and communications technologies and to facilitate reporting of such content;

6. *Requests* the United Nations outreach programme on the Holocaust as well as all relevant United Nations specialized agencies to continue to develop and implement programmes aimed at countering Holocaust denial and distortion, and to advance measures to mobilize civil society, and invites all relevant stakeholders, including States, parliaments, the private sector and academia to educate their societies truthfully about the facts of the Holocaust and the importance of its lessons as a countermeasure against Holocaust denial and distortion, in order to prevent future acts of genocide.

---

## ANEXO II

Tabela: Museus, memoriais e centros culturais dedicados à memória do Holocausto.

País	Quantidade	Nomes
Estados Unidos da América	11	<i>Adelaide Holocaust Museum and Andrew Steiner Education Centre (AHMSEC); Dallas Holocaust and Human Rights Museum; Florida Holocaust Museum; Holocaust Memorial Center (HC) Holocaust Memorial Committee; Holocaust Museum Houston; Holocaust Museum LA; Illinois Holocaust Museum and Education Center; Museum of Jewish Heritage – A Living Memorial to the Holocaust; Simon Wiesenthal Center (SWC); United States Holocaust Memorial Museum.</i>
Israel	5	<i>Chamber of the Holocaust; From Holocaust to Revival Museum; Ghetto Fighters' House; The Yad LaYeled Children's Museum; Yad Vashem;</i>
África do Sul	3	<i>Cape Town Holocaust Centre; Durban Holocaust Centre; Johannesburg Holocaust And Genocide Centre.</i>
Brasil	3	<i>Memorial do Holocausto de São Paulo; Memorial do Holocausto do Rio de Janeiro; Museu do Holocausto de Curitiba.</i>
Polônia	3	<i>Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum; Museum and Memorial in Sobibór; Muzeum Treblinka.</i>
Alemanha	2	<i>Bergen Belsen Memorial Museum; Dachau concentration camp Memorial.</i>
França	2	<i>Fondation pour la Memoire de la Shoah; Le Memorial de la Shoah.</i>
Itália	2	<i>Fondazione Museo fasc Shoah; Museo Nazionale dell'Ebraismo Italiano e fasc Shoah.</i>
Reino Unido	2	<i>The Holocaust Exhibition and Learning Centre; The National Holocaust Centre and Museum</i>
Romênia	2	<i>Northern Transylvania Holocaust Memorial Museum; The Virtual Museum of the Holocaust in Northern Transylvania.</i>
Austrália	1	<i>Melbourne Holocaust Museum (MHM).</i>

Canadá	1	<i>Montreal Holocaust Memorial Centre.</i>
Eslováquia	1	<i>Sered' Holocaust Museum.</i>
Grécia	1	<i>Holocaust Museum of Greece.</i>
Hong Kong	1	<i>The Hong Kong Holocaust and Tolerance Centre.</i>
Hungria	1	<i>Budapest Holocaust Memorial Center.</i>
Indonésia	1	<i>Indonesia Holocaust Museum.</i>
Japão	1	<i>Auschwitz Peace Museum.</i>
Latvia	1	<i>Riga Ghetto and Latvian Holocaust Museum.</i>
Lituânia	1	<i>Holocaust Museum (The Green House).</i>
Macedônia	1	<i>Holocaust Memorial Center for the Jews of Macedonia.</i>
México	1	<i>Museo Histórico Judío y del Holocausto Tuvie Maizel.</i>
Noruega	1	<i>The Norwegian Center for Holocaust and Minority Studies.</i>
Portugal	1	<i>Museu do Holocausto do Porto.</i>
República Checa	1	<i>Památník Terezín – (Terezín Memorial).</i>
Taiwan	1	<i>Taiwan Holocaust Museum.</i>
Ucrânia	1	<i>Holocaust Museum – Memory of victims of fascismo.</i>

Fonte: Levantamento da autora (2021).

## ANEXO III

### Transcrição do poema “Sapatos de Treblinka”, de Moshe Schulstein

Eu vi uma montanha mais alta que o Monte Branco e mais sagrada que o Sinai.  
Era uma montanha de sapatos de judeus em Treblinka.  
De repente, a montanha de sapatos se levantou.  
Aos pares, em fileiras.  
Sapatos grandes e pequenos, de Varsóvia e de Paris.  
De Amsterdam e de Praga.  
Sapatos de rabinos, comerciantes e trabalhadores.  
Todo tipo de sapato.  
E os sapatinhos de tricô de uma criancinha.  
Como seus pais, ela foi morta.  
Nós fomos trazidos a Treblinka marchando.  
E agora saímos marchando para longe da matança que havia dia e noite.  
Que o mundo nos ouça percorrer essa estrada.  
Que o mundo ouça nossa história de sangue.  
Nós não os deixaremos descansar novamente.